

(AUTO)BIOGRAFIAS

E A POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE

GLEDSON LIMA ALVES



EDISE

(AUTO)BIOGRAFIAS

E A POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Governador

Belivaldo Chagas Silva

Vice-Governadora

Eliane Aquino Custódio

Secretário de Estado do Governo

José Carlos Felizola Soares Filho



SEGRASE - SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE

Diretor-Presidente

Ricardo José Roriz Silva Cruz

Diretora Administrativa-Financeira

Maria das Graças Souza Garcez

Diretor Industrial

Milton Alves



EDISE

Gerente Editorial

Jeferson Pinto Melo

Conselho Editorial

Antônio Amaral Cavalcante

Cristiano de Jesus Ferronato

Ezio Christian Déda Araújo

Irineu Silva Fontes

João Augusto Gama da Silva

Jorge Carvalho do Nascimento

José Anselmo de Oliveira

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

(AUTO)BIOGRAFIAS **E A POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE**

GLEDSON LIMA ALVES

 **EDISE**

Aracaju
2019

COPYRIGHT©2019 BY GLEDSON LIMA ALVES

CAPA

CLARA MACEDO

DIAGRAMAÇÃO

CLARA MACEDO

REVISÃO

RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRA BARRETO

YURI GAGARIN

PRÉ-IMPRESSÃO

DALMO MACEDO

MARCOS NASCIMENTO

A474a Alves, Gledson Lima
(Auto)biografias e a policia militar de Sergipe / Gledson Lima
Alves. – Aracaju : Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe -
Edise, 2019.
236 p.: il.; 22 cm. E'book PDF.

Modo de acesso: world wide web:
<https://segrase.se.gov.br/>

ISBN 978-85-53178-50-6

1. (Auto)biografias. 2. Narrativas. 3. Policia Militar – Sergipe.
4. Formação de Oficiais. I. Título.

CDU: 356.35

Elaborado por Neide M. J. Zaninelli - CRB-9/ 884

Editora filiada



Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - EDISE
Rua Propriá, 227 · Centro
49010-020 · Aracaju · Sergipe
Tel. +55 (79) 3205 7421 / 3205 7420
edise@segrase.se.gov.br

*Que é a história,
Senão um repensar de ideias e de rumos.*

Oswald de Andrade

AGRADECIMENTOS

Aos amáveis familiares, em especial a mãe guerreira e amada Solange Maria Lima Alves, cada conquista de um filho seu é você, mãe, a real vencedora, somos seus coadjuvantes em tudo. Você sacrificou a sua felicidade em prol dos seus filhos e isso jamais esquecerei; a esposa Luciana Alves e aos filhos Gledson Júnior e Marina Maria Alves por terem suportado e aturado as ausências de momentos tão significativos, bem como, as minhas impaciências, o meu cansaço.

Agradeço o suporte e preocupação da sogra querida, Marita Santana, e também todo amor e carinho que recebi dos meus amigos de jornada de vida, em especial Luis Antônio e Família, aos Meus Primos Amados Ítalo Lima e Lísia Fontes, e ao meu Tio Augusto Tavares; Aos Amigos José Péricles, Genival Santos, Lúcio Vasconcelos, Rita de Cássia, Adriano Reis, Elias Souza, Mildon Santos e a Isabela Araujo por toda força e carinho a mim dispensados. Agradeço também aos queridos filhos da alma Victor Santana e Julianne Pitanga.

Agradeço a todos os homens e mulheres que fazem a Polícia Militar do meu Estado. Profissionais incríveis!

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT) por terem me permitido adentrar nesse universo mágico do conhecimento acadêmico, em especial à Professora Ada Augusta (*in memoriam*), querida linda da minha alma, à Professora Ilka Miglio de Mesquita por ter sido sempre solícita e carinhosa, à Professora Vera Maria pela atenção, respeito e contribuição neste trabalho.

Agradecimento especial a Professora Lia Ciomar Faria por ter aceitado o desafio em participar da avaliação desse trabalho, vindo de um Estado longínquo, propondo-me aportes significativos.

Agradeço aos queridos do grupo de estudos, em especial Luziane dos Santos, Joaquim Santos, Laísa Dias, Aldeni, Ana Paula, Salete, Stefane Colman, e a Maryluze Siqueira por todo apoio, contribuições, gentilezas e até pelas preocupações. Foi uma convivência maravilhosa!

Agradeço de maneira muito especial a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto por todo apoio, dedicação, respeito, profissionalismo, como também pelo que há de humano em ti. Simplesmente imenso! Sois a verdadeira representação de Mestre! Ganhei um presente de Deus quando te conheci! Você será sempre uma fonte de inspiração em minha vida! Que a Espiritualidade Amiga e Protetora te guarde e ampare por toda vida! Foi uma convivência inesquecível! Gratidão é a palavra!

Por fim, deixo aqui o meu agradecimento à Espiritualidade Amiga que proporcionou o devido amparo, suporte e proteção para que eu encontrasse força para continuar e seguir em frente. Registro os meus Amigos da minha Alma desencarnados: José Smith, meu avô Eronildes e ao meu Anjo da Guarda. Vocês sabem quantas preces! Gratidão!

Agradeço ao Mestre Maior das Nossas Vidas, o Mestre Jesus Cristo, por ser tão presente em minha vida e em meus propósitos! Por todas as bênçãos alcançadas, por todos os caminhos abertos e permitidos, como também, agradeço à Deus pela vida, pela existência, até mesmo pelos desafios e sofrimentos.

Paz e bem para todos!

PREFÁCIO

Prof^a Dr^a Vera Maria dos Santos

No presente livro, *(Auto)biografias e a Polícia Militar de Sergipe*, resultado de uma exaustiva pesquisa realizada durante o Mestrado em Educação, Gledson Lima Alves nos possibilita adentrar em um universo ainda pouco estudado pelos pesquisadores, a instituição Polícia Militar de Sergipe. Este esquecimento proposital deve-se ao fato de esta ser considerada historicamente, pela maioria das pessoas, inimiga da sociedade, configurando-se como repressora dos movimentos sociais organizados. Este emblema nos causou um imenso distanciamento da polícia militar, sobretudo no desenvolvimento de pesquisas nas Universidades brasileiras, fato que nos impossibilitou de conhecer o “suposto inimigo”.

Ter um inimigo, lembra-nos Umberto Eco (2011), é muito importante, até mesmo para mostrar o nosso valor e para nos fortalecer, na medida em que nos apresentamos como ameaça para o outro. Mas sejamos realistas e entendamos que é igualmente importante compreendê-lo e nos colocarmos no seu lugar e, deste modo, conhecer os rostos daqueles que fizeram e fazem a polícia militar sergipana.

Somente um pesquisador astuto como Gledson Lima Alves, e com o olhar de dentro da Instituição, leva-nos a percorrer o caminho de surgimento do modelo moderno de organização policial, na Inglaterra, no século XIX, e como esse modelo influenciou

várias nações europeias. Nos permite ainda, com esta pesquisa, compreender os aspectos constitutivos da formação do oficial militar, pós-1985, a partir de narrativas auto(biográficas) dos oficiais militares que galgaram o posto de Coronel, última patente naquela corporação.

A partir de um diálogo coeso com o seu referencial teórico e da sua “ipseidade”, ou seja, da condição de ser ele mesmo, o pesquisador Gledson, distinto dos seus próprios colegas oficiais militares, teceu os fios de uma narrativa e nos conta sobre o percurso escolar de cada sujeito da pesquisa, desde a sua formação básica, até as capacitações obrigatórias e continuadas para a ascensão da carreira militar.

O surpreendente neste livro é descobrir como cada indivíduo biografado construiu distintamente o seu caminho que o levou a se tornar um Coronel da polícia militar sergipana. O leitor se encantará com a magnífica história de um homem quilombola, que teve pai e mãe analfabetos e só foi alfabetizado aos 19 anos de idade, quando se mudou para Aracaju, por falta de escola no local de moradia, povoado Caititu, município de Maruim, Sergipe. Isso em pleno século XX! Esse homem honrosamente e com demandado esforço chegou ao mais alto posto da corporação militar. Relata também o pesquisador, a história de uma mulher que fala das inúmeras dificuldades cotidianas de trabalhar numa instituição tipicamente machista, assediadora, e mesmo assim ascendeu a tal posto vencendo obstáculos e desafios inimagináveis.

Outro ponto-chave do trabalho de Gledson é que, ao articular essas histórias (auto)biográficas, tracejou contornos de diferentes vidas, permeadas de valores humanos, ao tempo em que propôs um repensar da formação do policial militar hoje, a qual permaneceu engessada durante anos, seguindo os moldes de outrora.

Pela sua originalidade, o trabalho do autor deve ser lido, pois representa uma contribuição relevante que rompe com um este-

reótipo criado em torno da instituição Polícia Militar no âmbito da pesquisa acadêmica.

Inverno Aracajuano em 13 de agosto de 2019.

Profª Drª Vera Maria dos Santos

Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas: Colonização, Cultura e Educação Unit/CNPQ. Doutorado (2011) e Mestrado em Educação (2004) pela Universidade Federal de Sergipe. Associada à Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e desenvolve suas pesquisas na área de educação, sob o patamar da História da Educação, envolvendo os seguintes temas: disciplinas e impressos escolares, intelectuais, e sobre o Período Colonial, considerando a relação Sergipe/Brasil e o Império Atlântico Português.

PREFÁCIO

Prof^a Dr^a Lia Ciomar Macedo de Faria

O livro *(Auto)biografias e a Polícia Militar De Sergipe*, de Gledson Lima Alves apresenta aos/às leitores/as, os resultados de sua dissertação em Educação, defendida em 2019, pela Universidade Tiradentes (Sergipe), sob a competente orientação da professora doutora Raylane Andreza Dias Navarro Barreto.

A investigação buscou identificar os aspectos constitutivos da formação dos oficiais da Polícia Militar de Sergipe (PM-SE), após o período do regime militar. O autor selecionou 04 coronéis da PM, compreendendo homens e mulheres, aos quais aplicou um questionário, focando etnia e condição socioeconômica, entre outros fatores. Também pesquisou os documentos curriculares acadêmicos das formações militares policiais.

A partir de algumas perguntas norteadoras: Como você se tornou oficial da PM? Como a sua escolha se refletiu no seu processo de formação e de inserção profissional? E, por fim: Considerando que você representa um coletivo, entende que ao revelar a sua formação, você assinala a formação de uma geração de oficiais PMs de Sergipe?

Do ponto de vista metodológico, Gledson se utilizou da história oral biográfica, se baseando na obra de Bardin (2007) e Alberti (2004), associado a outras fontes, como documentos oficiais da PM de Sergipe.

Ao longo do estudo, o autor confere especial importância às narrativas da formação familiar, destacando como o papel da personalidade materna, muitas vezes se sobressaía.

Quanto à formação escolar, assinala a presença relevante de aspectos do civismo e da religiosidade.

Cabe também o registro da importância observada claramente no estudo, ressaltando a escola pública republicana na formação desses sujeitos possibilitando o acesso e aquisição do capital cultural.

Para Gledson, “... um dos aspectos significativos deste trabalho foi adentrar nas instituições policiais militares do Brasil, um tanto ‘esquecidas’ do universo cientificista acadêmico brasileiro, fruto (talvez) do papel que desenvolveram no regime de governo autoritário protagonizado pela opressão e usurpação de direitos civis”.

As discussões focalizam modalidades orais inscritas na experiência cotidiana e nos processos humanos de configuração e reconfiguração identitárias ao interrogar as narrativas biográficas e autobiografias como fontes de pesquisa.

Logo, é um estudo local/regional sobre Memórias plurais e coletivas que se produzem e circulam em contextos históricos do nordeste brasileiro.

Deste modo, o interesse por trajetórias esquecidas pelos pesquisadores, que também produzem redes de sociabilização, resistência, enquanto pertencentes à sociedade sergipana.

O livro trata de abordagens teórico-metodológicas de escuta dos sujeitos por meio de modos de narrar que revelam os encontros que tornam possível humanizar as relações.

Os percursos que essa contribuição à pesquisa (auto)biográfica pode vir a produzir são estudos que se abram a outros grupos sociais, contemplando a diversidade de modos de narrar a trajetória humana, recuperando outras VOZES.

Portanto, considerando que os sujeitos se movem nas organizações, apontando novos horizontes de investigação em edu-

cação, numa perspectiva epistemô-política, dando visibilidade a histórias de vida e memórias pessoais e coletivas que circulam em meio à sociedade brasileira, podemos afirmar tratar-se de uma pesquisa inovadora. No que tange ao presente livro, recupera olhares e interpretações diversas sobre a sociedade nordestina, em particular, sergipana.

Enfim, narrativas que assinalam formas de resistência e empoderamento ao biografar enredos das histórias da vida dos PMs naquele estado.

Neste sentido, a investigação amplia o debate sobre o enfoque biográfico nas Ciências Humanas e Sociais.

Deste modo, recomendo a leitura a todos/as pesquisadores/as e professores/as interessados/as em estudos (auto)biográficos, esperando que este livro sirva de provocação para novas pesquisas, acerca de outras trajetórias.

Rio de Janeiro-RJ, agosto de 2019.

Lia Ciomar Macedo de Faria

Pós-Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa. Pós-Doutora em Ciência Política pela IUPERJ. Doutora em Educação pela UFRJ. Mestre em Filosofia da Educação pelo IESAE/FGV. Bacharela e licenciada em História pela UFRJ. Graduada em Jornalismo pela UERJ. Professora associada da Faculdade de Educação da UERJ. Coordenadora do Laboratório Educação e República (LER).

PREFÁCIO

Prof^a Dr^a Maria do Socorro Sales Mariano

Sinto-me imensamente honrada por Gledson Lima Alves para prefaciá-lo seu livro, destaco que Lima sempre se apresentou com intencionalidade afetiva para *grandes feitos* e este livro é uma das várias concretizações de seus feitos. O percurso trilhado até a produção desta obra requereu deste autor bravura, dedicação e compromisso com sua formação profissional, especificamente a formação de Oficial da Polícia Militar de Sergipe. A implicação com as atividades desenvolvidas na corporação exalta o quanto o anseio e perspectivas sobrepõem a identificação com a sua profissão e o compromisso em *humanizar* cada vez mais as relações sociais, mesmo em uma corporação policial militar.

Como esta obra retrata sobre trajetórias e percursos, acrescento que além da formação de Oficial Policial Militar, o autor também tem formação como Psicólogo Clínico. Ressalto que também participei como professora/docente na construção de seu processo de formação Universitária. Recordo-me do semestre de algumas décadas atrás, quando adentra minha sala de aula, aquele aluno com muitas questões e cheio de inquietações, ali, naquele momento, observei que Lima já experienciava a desconstrução de um discurso que era permeado pela acomodação de um conhecimento já adquirido em sua formação na corporação militar, e, ao mesmo tempo em que sentia fluir o processo que desperta

o encanto, o vislumbre e o desejo pulsante pela assimilação na descoberta de outros discursos, por uma nova configuração que o permite pensar os sujeitos/as, pessoas/as, relações sociais para além das instituições totais, pautadas pela reflexão crítica, teórica e prática no campo dos *saberes* da Psicologia.

Dentre as atividades desenvolvidas na Corporação Militar, juntamente com outro oficial, destaco como *grande feito* a iniciativa na criação do NAPSS – Núcleo de Atenção Psicossocial na Polícia Militar de Sergipe. Sua *expertise* como Psicólogo Clínico possibilitou um olhar diferenciado com relação às recorrentes *queixas e demandas* de saúde apresentadas pelos policiais militares. Desta forma o NAPSS se configurou em um espaço diferenciado pautado na atenção da saúde integral do Policial Militar, uma atenção voltada para a escuta, acolhimento e orientação psicossocial, desenvolvido por uma equipe interdisciplinar interna e com apoio externo firmado por convênios com Instituições de Ensino Superior do Estado de Sergipe. A partir do NAPSS foram desencadeadas outras atividades expressivas na atenção a saúde direcionadas a Escuta Terapêutica, Grupos de apoio ao uso abusivo de álcool para dependentes e co-dependentes, Intervenções Grupais direcionadas ao desenvolvimento de Habilidades Sociais, Atenção a Saúde Mental no Trabalho e Grupos de Discussão e Reflexão com as Policiais Femininas. Das Práticas do Estágio Obrigatório, culminaram as atividades científicas como Projetos de Pesquisa de Graduação e de Pós-Graduação em Nível de Doutorado. Nas produções acadêmicas os Relatórios de Estágio Obrigatório, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e Tese de Doutorado, assim como, as Publicações Científicas referentes a Capítulos de Livro e Resumos em Anais de Eventos Científicos/ Congressos Regional, Nacional e Internacional.

Desta forma sua trajetória profissional é marcada pela busca incessante de conhecimento, aprimoramento e aprendizagem, mas também, pela busca de novos desafios, de enfrentamento de

obstáculos, de reconhecimento de erros e acertos e pela disposição em sair de sua zona de conforto. Estes assimilados como critérios basilares e indispensáveis para a concretização de seus *feitos* e realização de sonhos!

Portanto, esta obra apresenta a partir das narrativas (auto)biográficas um convite ao leitor para que possa conhecer e despertar o interesse em refletir acerca das trajetórias na formação do oficial da polícia militar. A leitura deste livro transforma nosso olhar acerca dos agentes oficiais da polícia militar, pois desloca-o para a pessoa por trás da patente de oficial e nos afasta dos estigmas impregnados pela corporação policial militar. Permite identificar pelas suas narrativas a construção de suas histórias de vida pessoal e profissional.

Como perspectiva da pesquisa acadêmica, estas narrativas foram analisadas a partir de metodologia científica com o propósito de investigar e compreender os aspectos constitutivos da formação do oficial da Polícia Militar em Sergipe. Porém é descrito com um olhar mais atento e também imerso sobre as experiências e vivências destes profissionais, narradas por acontecimentos, atividades e situações relatadas pelos protagonistas destas vivências, portanto, resgata o que há de mais genuíno em suas emoções, sentimentos e experiências cotidianas, conforme o contexto de origem, ingresso na corporação, identificação e formação profissional de cada um desses oficiais, que elencaram aos processos de aprendizagens e percursos às suas biografias na corporação.

Aracaju-SE, 19 de agosto de 2019.

Profª Drª Maria do Socorro Sales Mariano
Graduação-Licenciatura em Psicologia pela UFPB.
Formação em Psicologia pela UFPB. Mestra em Psicologia Social pela UFPB. Doutora em Sociologia pela UFS. Docente da Universidade Tiradentes-SE.

PREFÁCIO

Cel. QOPM Paulo César Gois Paiva

A priori, registro a imensa satisfação e gratidão pela confiança depositada pelo autor/amigo de jornada laboriosa nesses trinta anos de polícia militar, amizade essa iniciada desde a infância, ao convidar-me a prefaciar a presente obra literária. Com efeito, esta nos convoca a pensar a Instituição policial militar de fora para dentro, isto é, da academia cientificista para os intra muros dos quartéis através dos sujeitos oficiais diante do processo formativo inicial até o fim das suas carreiras profissionais.

Inicialmente, destaco a importância de se historicizar a experiência profissional dos representantes da PM sergipana, em que pese registrar os fatos de gerações de policiais, mantendo-se “viva” a memória da instituição policial diante do futuro desafiador que nos aguarda. Outro aspecto relevante é o convite que o Coronel Gledson Lima Alves nos propõe no sentido das reflexões profundas acerca da polícia militar sergipana no tocante à cultura formacional e à sua missão precípua a qual se destina junto à comunidade.

A partir da obra, torna-se nítida a necessidade do revisar constante de práticas educativas formativas, visando o aprimoramento do aparelho policial militar e a transformação da sua cultura de acordo com as demandas da sociedade nesses tempos de pós-modernidade. Valho-me do presente para trazer o enten-

dimento de Boaventura Santos (2008) ao retratar o paradigma emergente promovido pela ciência moderna em não mais admitir a distinção entre o sujeito e o objeto. Desse modo, a subjetividade do indivíduo passa a ser considerada naquilo que antes era desprezada, como também os valores morais, interligando assim o objeto estudado ao próprio sujeito, evidenciando uma nova concepção de vida. Esse entendimento fora visto na obra, tornando-a única diante da sua “ousadia” necessária!

Faria sentido o não revisar de práticas, de cultura, das atividades e procedimentos aos quais são eminentemente afetos à atividade policial militar? Por que esse olhar paradigmático questionador e avaliador que a academia de ciência promove estaria ausente na instituição policial militar sergipana? Não seria a polícia militar uma instituição pertencente a sociedade brasileira delegada a atividade de proteção social? Seria a PM de importância vital para a democracia no estado brasileiro?

A Polícia Militar e a ciência não podem se afastar da exigência de um novo paradigma a fim de atender aos anseios da sociedade da pós-modernidade, estes refletidos nas necessidades de reinvenção do homem atual, que desde já ensaia um diálogo com o futuro das próximas gerações.

O paradigma emergente compreende que todo conhecimento deve ser considerado. Nele não há desprezo do senso comum, pois se assim o fosse estaria negando a própria existência humana. Dele se extrai as experiências humanas colaboradoras para se conhecer o não revelado. O senso comum dialoga com o conhecimento científico face a sua praticidade, superficialidade, transparência, dentre outras características, produzindo conhecimento compreensível refletido naquilo que Boaventura Souza (2008) chamou de sabedoria de vida, promovendo uma nova racionalidade.

Assim, essa obra torna os homens e mulheres da Polícia Militar de Sergipe “humanos”, pessoas simples, no entanto, incríveis. Pessoas constituídas de valores, costumes, anseios, medos, proje-

tos, filhos de famílias brasileiras que fizeram da superação a real arma de transformação de uma cultura institucional, transformando-a nas suas bases piramidais.

Resta-me, parabenizar o autor pela relevância e atualidade do trabalho, que promove o rompimento das amarras da “invisibilidade social” uma instituição de tamanha importância, podendo-se diante desse “raio X” ressignificá-la com respeito à ética, à dignidade e à moral humana.

Aracaju-SE, agosto de 2019.

Cel. QOPM Paulo César Gois Paiva
Sub Comandante da PMSE

Bacharel em Direito pela Universidade Tiradentes. Oficial da Polícia Militar pela Academia de Polícia Militar do Rio de Janeiro. Especialista em Segurança e Cidadania da Sociedade pela Academia de Polícia Militar da Bahia. Especialista em Gestão e Estratégia em Segurança Pública pela Universidade Federal Sergipe.

APRESENTAÇÃO

Tratar de biografias não se traduz tarefa fácil, mais difícil ainda é falar de si. A coisa se complica ainda mais quando implicamos a si e a outros sob as expensas das ciências humanas na tentativa de produzir conhecimento que seja apreendido não somente pelos interessados especificamente, mas por todos os que de certa maneira se representa. Foi isso o que o Coronel Lima Alves fez ao analisar a vida e formação sua e de mais quatro colegas seus na Polícia Militar do Estado de Sergipe.

Foi na condição de mestre em Educação que ele adentrou em meandros muito específicos da formação do policial militar em Sergipe. Contou, para isso, com colegas seus que mais do que constarem como sujeitos investigados, compuseram um objeto de pesquisa que revelaram informações, caminhos e escolhas de pessoas simples que chegaram ao mais alto topo da hierarquia policial.

Os estudos (auto)biográficos, como concebe o italiano Franco Ferrarotti ao analisar a *práxis* humana, apresenta-se como meio de mediação entre a história individual e a história social. Para ele: “[...] o nosso sistema social encontra-se integralmente em cada um dos nossos atos, em cada um dos nossos sonhos, delírios, obras, comportamentos. E a história deste sistema está contida por inteiro na história da nossa vida individual” (Ferrarotti, 1988, p. 26). Tal entendimento vai ao encontro do que pensa o brasileiro Elizeu Clementino de Souza e a francesa Marie-Christine Josso quem, já nos anos 1980, vislumbravam “[...] um novo horizonte teórico no campo da educação de adultos para uma abordagem da formação centrada no sujeito-aprendiz, utilizando

a mediação de uma metodologia de pesquisa-formação articulada às histórias de vida” (Josso, 1999, p.14).

À tais autores filiou-se Lima que ao “ouvir contar” seus colegas, como diria Verena Alberti (2004), aprendeu mais de si e do outro a ponto de fazer com que este livro para além de (auto)biográfico, fosse catártico. Contou de si, ouviu e contou do outro, elaborou a si, buscou a subjetividade do outro e foi assim entre o si e o outro que o autor colocou em evidência os estudos (auto)biográficos, também, como prática investigativa.

Lima que teve por objetivo “compreender os aspectos constitutivos da formação do oficial da polícia militar de Sergipe depois do período do regime militar, contou com um referencial teórico-metodológico baseado nos estudos (auto)biográficos que o permitiu fazer “[...] uma ficção histórica, entrecruzando o estilo historiográfico das biografias com o estilo romanesco das autobiografias imaginárias”, como anunciaria Paul Ricouer (1991, p. 138) tão bem apropriado nas análises do autor.

A partir da “teoria de esquemas” o coronel autor, professor, pesquisador e que também é psicólogo clínico, revelou seu entendimento de memória a partir do Young (2008, p. 22) para quem o esquema é “[...] um padrão amplo, difuso; formado por memórias, emoções e sensações corporais; relacionado a si próprio ou aos relacionamentos com outras pessoas; desenvolvido durante a infância ou adolescência; elaborado ao longo da vida do indivíduo; disfuncional em nível significativo, como também funcional”. Foi assim entendendo que Lima adentrou no universo das (auto)biografias e concebeu, a partir da “transcrição”, os perfis dos 5 coronéis policiais.

Foi a partir das memórias acessadas pela metodologia da história oral que ele traz as narrativas (auto)biográficas como potência para entender a instituição polícia militar, tão essencial, mas muitas vezes mal entendida e estigmatizada. Ao colocar os membros da instituição na condição de sujeitos simples e revelar trajetórias

de esforço, de luta e superação de traumas, ele dota a instituição, ao menos para você, leitor que não faz parte da corporação, de personagens históricos que, como diria Eric Hobsbawm (2005), são “pessoas extraordinárias”, pois elas, de fato, “fazem a história”. Estão lá, com suas singularidades, mas também como representantes de coletivos que compõem a história. É assim com “O Menino de Aço”, com o “O Andante de um Tempo”, com a “A Determinada”, com o “O Gigante no Pardieiro” e com o “O Aprendiz” revelados neste livro que agora apresento.

Tais perfis, como poderá notar, mais do que uma análise biográfica, traz experiências vividas que foram determinantes para a ascensão na carreira policial militar que mais do que uma instituição que garante a segurança, a ordem e a lei, comporta pessoas e histórias que a legitimam enquanto espaço passível de ser ocupado por qualquer um que adentre as instâncias formativas e façam da carreira militar um ideal de vida e formação.

No inverno de 2019.

Profª Drª Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
*Cientista Social. Pós-Doutora pela Universidade de Lisboa.
Doutora em Educação pela UFRN. Mestra em Educação pela UFS.
Professora do Centro de Educação e do Programa de Pós-graduação
em educação da Universidade Federal de Pernambuco. Membro
pesquisadora do Grupo Historiar – Pesquisa, Ensino, e Extensão da
Educação da UFMG e do Grupo de pesquisa desenvolvidos em rede
com outras IES brasileiras.*

SUMÁRIO

Dos Prefácios

Prof ^a Dr ^a Vera Maria dos Santos.....	9
Prof ^a Dr ^a Lia Ciomar Macedo de Faria.....	13
Prof ^a Dr ^a Maria do Socorro Sales Mariano	17
Cel QOPM Paulo César Gois Paiva	21

Apresentação 25

Prof^a Dr^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

1^a Seção Introdutória – Da Peregrinação em mim, nasce um Problema de Pesquisa 35

- 1.1 O Cenário Cultural da Ideia de Polícia: de onde vem a formação do policial? 41
- 1.2 Do Universo De Estudo: As Narrativas Biográficas 52

2^a Seção – Das narrativas (Auto)Biográficas como objeto e fonte de estudo da Formação do Policial Militar em Sergipe 63

- 2.1 A Narrativa, o Si Mesmo e a Discussão Ricoeuriana 63
- 2.2 Por entre os Fios das Narrativas (Auto)Biográficas 71
- 2.3 Da Análise Categorical das Narrativas Biográficas 105

3^a Seção – Dos Percursos da Formação-Atuação do Oficial Policial Militar em Sergipe 129

- 3.1 Da Concepção de Sujeito à Formação Policial Militar..... 129
- 3.2 Da Análise Categorical da Concepção de Sujeito à Formação Policial Militar..... 168

3.3 Dos Aspectos da Formação Policial Militar: Teoria <i>Versus</i> Prática?	186
3.4 Da Análise Categorical dos Aspectos da Formação Policial Militar: Teoria <i>Versus</i> Prática.....	201
Considerações Finais	213
Posfácio	223
<i>Prof^a Lisia Fontes</i>	
Referências	225

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Roteiro de entrevistas com categorias (1ª Parte)	74
Quadro 2 – Descrição caracterizadora dos sujeitos da pesquisa.....	75
Quadro 3 – Roteiro de entrevistas com categorias (2ª Parte)	131
Quadro 4 – Curso de Formação de Oficiais – CFO.....	175
Quadro 5 – Cursos de Formações Continuadas.....	179
Quadro 6 – Roteiro de entrevistas com categorias (3ª Parte)	187

LISTA DE SIGLAS

- APMP- Academia de Polícia Militar do Pau D'alto
- AVC- Acidente Vascular Cerebral
- BGO- Boletim Geral Ostensivo
- CAO- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
- CFAP- Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
- CFO- Curso de Formação de Oficiais
- CSP- Curso Superior de Polícia
- CEGESP- Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública
- COPOM - Centro de Operações da Polícia Militar
- EPB- Estudo de Problemas Brasileiros
- ESA- Escola de Sargento das Armas
- GETAM- Grupamento Tático Motorizado
- HPM- Hospital da Polícia Militar
- IGPM- Inspetoria Geral das Policias Militares
- MDB- Movimento Democrático Brasileiro
- MEC- Ministério da Educação
- NAPSS- Núcleo de Atenção Psicossocial da Polícia Militar Sergipana
- NPOR- Núcleo Preparatório de Oficiais de Reserva
- PM- Polícia Militar
- PMSE- Polícia Militar de Sergipe
- PPED- Programa de Pós-Graduação em Educação
- QTS- Quadro de Trabalho Semanal

QCG- Quartel do Comando Geral

NTCBA- Núcleo de Terapias Cognitivas da Bahia

ROTA- Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar

SENASP- Secretaria Nacional de Segurança Pública

SMTT- Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes

SSP- Secretaria de Segurança Pública

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFS- Universidade Federal de Sergipe

UNIT- Universidade Tiradentes

V.C.- Verificações complementares

V.F.-Verificações finais

V.I.- Verificações imediatas

– SEÇÃO INTRODUTÓRIA – DA PEREGRINAÇÃO EM MIM, NASCE UM PROBLEMA DE PESQUISA

Meus deveres caminham com meu canto. Sou e não sou: é esse meu destino. Não sou, se não acompanho as dores dos que sofrem: são dores minhas. Porque não posso ser sem ser de todos, de todos os calados e oprimidos. Venho do povo e canto para o povo. Minha poesia é cântico e castigo. Me dizem: “pertences à sombra”. Talvez, talvez, porém na luz caminho. Sou o homem do pão e do peixe, e não me encontrarão entre os livros, mas com as mulheres e os homens: eles me ensinaram o infinito. (PABLO NERUDA, 2011)

Nesta forma percebida de viver, Pablo Neruda (2011) destaca a sua individuação transitória, inserida na condição de reinventar-se a si mesmo, principalmente quando associa o seu trabalho, seu ofício à condição análoga ao prazer, a satisfação. “Minha vida é assim” retrata o percurso de um homem, um trabalhador que atado às raízes do lugar, da família, do povo, agrega valores, conquistas, dúvidas, saberes, certezas, dores e felicidades, todas vivências transcendendo à condição da formação, pois as experiências vividas dependem de uma didática própria: o experienciar-se, este não se encontrando tão somente em bancos acadêmicos.

Desse modo, diante da perspectiva da complexidade da experiência humana e de seus saberes anunciado na epígrafe, com a intenção de compreendê-los com profundidade de maneira ampliada e relacional, Macedo (2015) afirma que:

[...] o contexto da valorização socioeconômica dos conhecimentos científicos e acadêmicos vem estigmatizando e normatizando os saberes da experiência, bem como criou um *ethos* e um *habitus* pelos quais esses saberes são percebidos como epifenômenos, sem valor explicativo ou mesmo um perigo para o esclarecimento de realidades humanas. (MACEDO, 2015, p.17)

A criação do *ethos* e do *habitus* a que o autor se refere, diz respeito aos valores, hábitos e ações comuns a um indivíduo ou a uma comunidade, bem como aos modos de sentir, pensar e agir do ser humano que são moldados pela trajetória experiencial, vistos pelo conhecimento científico como epifenômenos, sem exercer qualquer influência sobre as realidades humanas. Nessa perspectiva, os saberes da experiência não possuem eficácia causal, bem como não exercem qualquer influência sobre os conhecimentos científicos. Dessa forma, o autor destaca que se criou um certo desprezo preconceituoso pelas contribuições heurísticas desses saberes.

No entanto, enfatiza ainda o autor que, em meio a essa realidade, o campo da educação vem notando o quanto a experiência do trabalho produz aprendizagens específicas, importantes para se pensar a formação para e pelo trabalho, conforme relata:

[...] assim, a experiência do trabalho vai emergir como um princípio educativo e a experiência construída no trabalho assume um *status* epistemológico, formativo e político significativo nos cenários sociotécnicos e profissionais. (MACEDO, 2015, p.18)

Portanto, a experiência necessita da reflexão, da vivência e organização das ideias, as quais são proporcionadas pelo trabalho, produzindo especificidades aprendentes. Dado o contexto, o au-

tor argumenta que os saberes da experiência resultam do vivido, pensado e que a compreensão da experiência só se fará por atos de compartilhamento de sentidos e de significados. Por outro lado, está na base dos processos de autorização, porque, em se fazendo autora de si, a experiência não precisa de autoridades para se fazer como tal. Dessa forma, a experiência é sempre criação,

[...] o rigor clássico pautado no controle, na pretensão da transparência, no verificacionismo é incapaz de se aproximar da singularidade e da complexidade que configuram a experiência humana. A experiência não se verifica, se compreende. (MACEDO, 2015, p. 19)

Nesse sentido, constrói-se, cria-se e recria-se nossas referências e o aprendizado com elas. As formas de experiências podem ser descritas por acontecimentos, atividades, situações ou encontros que servem de contexto a determinadas aprendizagens. Como, então, não refletir a partir de experiências próprias e, por vezes singulares, acerca da preferência de uma profissão, por exemplo? Decerto que, não somente neste caso, diversos fatores como psicológicos, emocionais, sociais, familiares, culturais, vocacionais, educacional dentre outros, fazem parte integrante do processo de escolha, seja ela qual for, não importando a sua dimensão na vida do indivíduo.

Desse modo, foi com o convite problematizador da Prof.^a Dr.^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, minha orientadora do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes, que pude conjecturar sobre tais questões referentes a minha formação de oficial de polícia militar, aproximando-me desta temática, quando dos questionamentos a mim direcionados: “Como você se tornou oficial da Polícia Militar de Sergipe?”, “Como se deu o seu percurso de formação de oficial de Polícia Militar?”, “Como a sua escolha se

refletiu no seu processo de formação e de inserção profissional?”, “Considerando que representa um coletivo, você entende que ao revelar a sua formação, você dá a ver a formação de uma geração de oficiais policiais militares de Sergipe?”. Naquele momento, diante de tais questionamentos, senti-me instigado, estimulado a direcionar a pesquisa para aquele cenário tematizado, vislumbrando ali um objeto que necessitava ser mais bem trabalhado e delimitado.

Nesse sentido, experienciei o desafio de me (auto)biografar e por conseguinte à minha geração, enquanto um profissional imerso em uma formação militar inicial, e tantas outras continuadas, sem ainda ter refletido sobre aquela condição. Ali, naquela tarde de sexta-feira, desenhou-se um novo tema de pesquisa – (auto)biografias: da formação do oficial da polícia militar de Sergipe – o que me possibilitou atender ao proposto pelo modelo da pesquisa/formação relatado por Passeggi (2016, p.74): “Quem pesquisa?”; “O que se pesquisa?”; “Como se pesquisa?” e “Por que se pesquisa?”.

Assim, iniciei a revisão dos referenciais teóricos e metodológicos sobre a (auto)biografia, recomendada pela orientadora Prof.^a Dr.^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, junto aos textos, artigos e obras dos autores Christine Delory-Momberger, nos artigos *Fotobiografia e Formação de Si* (2016), *Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa Biográfica em Educação* (2011); Marie-Christine Josso, no seu artigo *Os Relatos de Histórias de Vida como Desvelamento dos Desafios Existenciais da Formação e do Conhecimento: Destinos Sócio-Culturais e Projetos de Vida Programados na Invenção de Si* (2016); Elizeu Clementino de Souza e Maria da Conceição Passeggi, na obra *Tempos, Narrativas e Ficções: A Invenção de Si* (2016), *(Auto)Biografias, Histórias de Vida e Formação: Pesquisa e Ensino* (2016), sendo o primeiro autor organizador das duas obras citadas anteriormente e os artigos da segunda autora *As Narrativas Autobiográficas como Fonte e Método de Pesquisa Qualitativa em Educação* (2016), *Escritas de Si, Lite-*

ratura e Cinema: Diálogos (Auto)Biográficos (2016), *Gêneros Acadêmicos Autobiográficos: Desafios do GRIFAS* (2008); Lúcia Maria Vaz Peres no artigo *Artes e Ofícios do GEPIEM: Dialogar com os Processos (Auto)Formadores à Luz das Interfaces do Imaginário e da Memória* (2008); e Paul Ricouer na obra *O Si-Mesmo Como Um Outro* (1991). Através de buscas nos repositórios eletrônicos da Capes (teses e dissertações), identifiquei que não havia trabalhos sobre essa temática, fortalecendo ainda mais o encontro com o meu objeto de pesquisa: as narrativas acerca da formação do oficial de polícia militar de Sergipe.

Diante desse cenário, muitas outras perguntas inundaram as paredes da minha mente, como por exemplo: Quais aspectos seriam relevantes para a contribuição e para o entendimento da formação do oficial policial militar em Sergipe através da minha (auto)biografia e de outras proveniente de sujeitos selecionados? Como poderia a minha história, através das memórias, fatos e experiências por mim vividos, fornecer elementos contributivos para o entendimento da formação do oficial policial militar? Não estaria eu afrontando as bases da instituição policial militar que tem na hierarquia e disciplina pilares fundamentais, desconstruindo conceitos de obediências e ordenamentos com uma (auto)biografia produzida por um de seus membros? A cultura da instituição hierarquizada verticalmente de maneira ortodoxa não poderia ser afetada negativamente diante da pesquisa? Foram tais questionamentos que me fizeram adentrar no campo da pesquisa (auto)biográfica e biográfica na tentativa de compor o cenário de formação na Polícia Militar de Sergipe.

A este respeito, encontrei em Josso (2004, apud Silva e Maia, 2010) um direcionamento ao afirmar que a narrativa (auto)biográfica consiste em uma

[...] tentativa de dar acesso a um percurso interior que evolui correlativamente (mesmo quando há desfasa-

mentos temporais) para um percurso exterior caracterizado por acontecimentos, atividades, deslocamentos, relações contínuas e encontros, pertencas etc. É precisamente na exposição por meio da linguagem das componentes objetivas deste itinerário exterior que se exprime, implícita ou explicitamente, o olhar lançado sobre ele e as dimensões sensíveis que dão cor a essas vivências ou experiências [...]. (JOSSO, 2004, p.186, apud SILVA e MAIA, 2010, p.7)

Nesse entendimento, a narração de si propiciará o envolvimento do indivíduo que narra com o indivíduo narrado, de acordo com as suas experiências, revelando a sua história de vida sob a perspectiva daquilo que se vê, sente, ajuíza, analisa a partir de uma concepção de sujeito. Trata-se ainda, do significado de experiências vividas, crenças, comportamentos quando da representação auferida de si, do outro e das diferentes situações. Por outro lado, compreende uma elaboração representacional da realidade ao qual está inserido, refletindo a sua condição tanto em nível intelectual quanto emocional, a partir da utilização e dos recursos que a linguagem oferece.

Neste mesmo percurso, Delory-Momberger (2008), aborda que é a narrativa a responsável pela construção de si, entre as circunstâncias, os acontecimentos, as ações, as relações de causa, de meio, de finalidade, que polariza as linhas de enredos pessoais entre um começo e um fim e os leva para sua conclusão. Na perspectiva da autora é a narrativa que faz de nós o próprio personagem de vida; enfim que dá uma história a nossa vida. Não se faz a narrativa de uma vida porque se tem uma história; tem-se uma história porque se faz a narrativa da nossa vida.

De acordo com Macedo (2015, p.48) “(...) as pessoas constroem e dão sentido a sua vida através dos relatos que elas criam. Isto é, nesse âmago se descreve, descobre-se e se interpreta o sentido

da experiência”. Deste modo a revelação de importantes temas narrativos via às experiencialidades contadas, ajudam-nos a compreender questões que ultrapassam a concepção da experiência, repousando no sentido tão somente individual, mediante *insight*¹ formadores e promotores de conexões, antes abertas, soltas, praticamente sem sentidos, e que quando ressignificadas produzem um processo em cadeia de entendimentos e percepção de si, antes não acessada.

Dado o exposto, posso compreender que relembrar a experiência é expor as relações que se estabelecem com os acontecimentos. Dessa forma, o saber deve ser percebido como ação. O encontro com os saberes experienciais se realiza quando há o amparo daquela compreensivamente. Para tanto, necessário se faz torná-las reais por meio da escrita, objeto de autorreflexão, para a externalização acerca da construção da subjetividade daquele que narra e ao mesmo tempo é narrado.

1.1 - O CENÁRIO CULTURAL DA IDEIA DE POLÍCIA: DE ONDE VEM A FORMAÇÃO DO POLICIAL?

A partir desse ponto de vista, para compreender melhor o objeto de estudo ora apresentado, que aborda sobre a formação do oficial policial militar de Sergipe, bem como o problema a ser pesquisado que fora levantado no seu entorno, faz-se necessário apresentar um histórico das organizações policiais, a fim de se estabelecer um entendimento das implicações que podem ocorrer na estrutura organizacional da corporação da Polícia Militar ser-

1 Termo relevante para a psicologia da Gestalt. De acordo com Wolfgang Kohler (1887-1967), considerado o mais prolífico promotor do movimento da Gestalt, significa também a espontânea e aparente apreensão ou compreensão da relações, exprimindo compreensão ou percepção imediata. A palavra que Kohler usou para descrever o fenômeno foi “*Einsicht*”, traduzida para o inglês como “*insight*” ou compreensão. Faz referência a visão mental ou entendimento que capacita ver situações ou verdades que estão encobertas pelo sistema psíquico. (SCHULTZ, 2017, p. 265-273)

gipana e demais coirmãs. Nesse sentido, mister conhecer como surgiram essas instituições, seus objetivos iniciais, em que base filosófica foram ancoradas, como também, os seus desdobramentos diante do percurso temporal, instituidor de suas histórias.

Deste modo, pode-se depreender de acordo com Bittner (2003, p.107) que a polícia de hoje descende de uma criação inglesa do século XIX, cujo lugar da sua origem refletia, em termos de desenvolvimento, como uma sociedade urbana industrial, e que a sua fundação se constituiu naquilo que ele intitulou de “(...) o último tijolo da construção básica na estruturação do governo executivo moderno”, pois, já havia o recrutamento militar, a cobrança de impostos, o planejamento econômico e fiscal, o serviço social e um conjunto de outros órgãos administrativos, todos antecedentes da polícia por várias gerações. Em vista disso, registra o autor ainda, como outro exemplo da ação do estado moderno, que até mesmo a educação pública existia, de maneira limitada na Prússia e na França antes mesmo da existência do aparelho policial, de igual modo as monarquias absolutistas dos séculos XVII e XVIII reuniram amplas razões para disporem desse tipo de instituição, que nasce com fins coercitivos, e também não a instituíram.

Há de se questionar então acerca de qual *Zeitgeist*² vivia a Inglaterra quando desse momento da criação do que viria a ser corpo policial londrino. Não estava a Europa sobre os efeitos do tratado de Paz de Viena (1815) após a derrota da França napoleônica? Não fora a Inglaterra, nessa época, o berço da reforma democrática que fez impor aos continentes uma nova ordem econômica, a chamada Primeira Revolução Industrial?

De acordo com Thompson (1987), havia no início do século XVIII um movimento em torno da organização dos trabalhadores

2 *Zeitgeist* – expressão alemã que significa “espírito ou clima de uma época”. Indica que a atmosfera intelectual, política, científica, cultural ou espiritual da época pode determinar se a ideia será aceita ou rejeitada, elogiada ou desprezada (SCHULTZ, 2017, p.17).

industriais, principalmente na França e Inglaterra. Os movimentos ocorridos na Inglaterra vincularam-se ao movimento democrático radical, em que se exigia direitos políticos iguais para todos. Em 10 de maio de 1768 houve uma repressão por parte do governo junto a uma multidão que protestava pela liberdade de John Wilkes, líder político da classe operária que se encontrava preso. O resultado do confronto foram seis mortos e muitos feridos, como também o desencadeamento de uma greve geral. A Inglaterra vivia uma instabilidade política, associada a revoltas sociais, até então, tidas como “marginais”, em que, de acordo com o autor, após o ano de 1795, houve uma separação com desdobramentos profundos entre as classes sociais naquele país, ocorrendo uma espécie de *apartheid*³ com efeitos de discriminação social e educacional. O país mergulhou numa onda de greves e de prejuízos face a desintegração de alianças capazes de conduzir um processo de negociação entre os atores pertencentes à burguesia industrial impaciente e entre os trabalhadores que assistiam ao recuo dos direitos sociais e políticos. Em 1819, o exército inglês atacou os manifestantes, distribuindo cadáveres no campo de Peterloo⁴.

Bittner (2003) analisa que Londres, em 1820, mergulhou numa onda de crimes violentos e extremamente brutais, corroborando o histórico de crimes percebido no início do século XVIII. Havia uma necessidade de se valer de um instrumento que restabelecesse a paz social, abalada pelas lutas trabalhistas por direitos sociais e políticos afetadas pelas leis antisindiais, enfrentadas pelos movimentos grevistas que sempre termina-

3 É uma palavra do idioma africânder que significa separação. Nome este dado ao sistema político que esteve em vigor na África do Sul e que exigia a segregação racial da população negra que vigorou entre 1948 a 1994, comandada por uma minoria branca (MICHAELIS, 2018, p.15).

4 O autor se refere a Peterloo ou o Massacre de Manchester, na Inglaterra, em 16 de agosto de 1819, em que foram mortas 11 pessoas e mais de 600 ficaram feridas. O fato ocorreu quando a multidão de 50 a 60 mil pessoas que se concentrava em frente da igreja de São Pedro para ouvir Henry Hunt, orador que pregava a reforma do parlamento inglês, foi dispersada pelos guardas-montados.

vam com a força da violência desmedida praticada pelo exército inglês. Havia, portanto, uma resistência de uma força pública que funcionava como instrumento coercitivo em favor do braço executivo do governo, que suprimia liberdades e direitos civis já conquistados e consolidados.

Para a sociedade inglesa os métodos herdados de controle de criminalidade e promotor da paz social estavam longe de atingir a capacidade necessária para atender os seus anseios sociais. A busca pela paz naquele momento, para o povo inglês, necessitava de revisões; o funcionamento das cidades já não era mais os mesmos de outrora, o sentimento de não mais haver massacres, como o ocorrido em frente da Catedral de São Pedro, demarcava um passado obscuro e cruento que não mais se queria, havia assim uma expressão de mudança cultural e ideológica, por mais risco que se tivesse (BITTNER, 2003).

Nesse direcionamento, conforme o anunciado em Alves (1996), em sua obra intitulada *Forças de segurança e corpos militares de polícia*, foi a partir da Revolução Burguesa, iniciada na França, que na Inglaterra em 1829, Sir Robert Peel, quando Secretário de Estado para os Assuntos Internos, preocupado com o problema da criminalidade desenfreada no território inglês, cria o corpo de policiamento municipal londrino estabelecendo como princípio geral que aqueles que se ocupavam da captura de criminosos trabalhariam sob a direção dos que os julgavam, isto é, o Juiz de Paz. Assim, anuncia que a polícia deveria ter os seguintes princípios: ser estável, eficaz e desmilitarizada, para que pretendesse bem atender aos interesses de segurança da época, debaixo do controle do Governo. Seguindo tais princípios, em 1833 nos Estados Unidos da América do Norte, mais precisamente em New York, foi criado o Corpo Policial, inspirado nos mesmos moldes.

De acordo com Alves (1996, p.6), “(...) outra corrente de origem do modelo de polícia contemporânea é firmada e admitida

por países da Europa, das Américas e da África”, o modelo da gendarmaria⁵ francesa, este inclusive adotado pelo Brasil, o qual denominou de Polícias Militares, que juntamente com as Polícias Cíveis, subordinadas administrativamente aos Governos Estaduais, executam as atividades do ciclo de polícia.

Nesse sentido, Borges Filho (1994) ao analisar historicamente a atuação policial no Brasil, destaca que as instituições voltadas à guarda palaciana do Período Imperial brasileiro eram incipientes organismos, tidos como policiais, surgidos simultaneamente com os primeiros núcleos de colonização do Brasil quinhentista e aprimorados a partir da chegada da Divisão Militar da Guerra Real de Polícia (D. João VI), mostrando-se frágeis e incapacitados para responder à complexidade do momento, pois cuidavam dos assuntos palacianos e de cobranças de impostos. Com muitas crises e turbulências na época, as forças do império se mostravam inabilitadas profissionalmente o suficiente para serem dignas de confiança pelo então Ministro da Justiça, o padre e deputado Diogo Antônio Feijó, que em ato de 10 de outubro de 1831 conclamou os governos provinciais a extinguir todos os corpos milicianos então existentes. Em substituição ao modelo, criou-se um único corpo de guardas municipais voluntários por província.

A respeito, complementa De Souza (1986, p.10), que o padre e deputado Feijó determinou que a nova polícia brasileira deveria ter os pilares pautados na Hierarquia e Disciplina, composta por voluntários, que se dedicassem permanentemente, em tempo integral e com todas as suas energias às funções públicas policiais, além de serem remunerados exclusivamente pelos cofres públicos e subordinado direta e unicamente ao Chefe do Executivo

5 As *Maréchaussées*, forças policiais, eram colocadas sob a autoridade dos marechais, daí a origem do seu nome, compostas de guerreiros disciplinados, encarregados de controlar e de vigiar outros guerreiros fugitivos e entregues à pilhagem. Ocorreu que a competência desses guerreiros foi alargada progressivamente até a população. Assim, durante muitos anos essa força armada foi a responsável pela unificação nacional da França, assegurando por todos os lados a autoridade real (ALVES 1996, p. 7).

Provincial, com o propósito de “manter a tranquilidade pública e auxiliar a Justiça”. Este modelo proposto adaptado a realidade brasileira se aproximou do modelo londrino, diferenciando-se no tocante à militarização, modelo escolhido pela província brasileira. Assim, durante o Segundo Reinado (1845-1889), estas forças foram estruturadas de tal forma que participaram ativamente de muitas revoltas armadas intensas, embrenhando-se com o Exército e a Armada, num ciclo encerrado com a campanha contra o Paraguai⁶ (1864-1870).

Durante a República, segundo Souza (1986, p. 10) “[...] as forças policiais passam por uma reorganização e recebe novas denominações, tais como Força Pública do Estado, Força Estadual ou Força Militar do Estado”. Com o reconhecimento dos governantes pela confiança, lealdade, competência, isenção que o Brasil republicano necessitava, investem na sua expansão organizacional, enquanto que outras corporações, como a Velha Guarda Nacional do Império, vão sendo postas no esquecimento, paulatinamente.

Para Souza (1986), com o advento da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, o Congresso Constituinte prevê a intervenção do Governo Federal em negócios peculiares dos Estados, quanto ao restabelecimento da ordem e tranquilidade pública, que estavam condicionados à requisição dos respectivos governos ou por solicitação de seus legítimos representantes. Nesse sentido, o liberalismo clássico da Constituição de 1891 deu aos governadores dos Estados muitos poderes que causaram no Governo da União

6 Foi a maior guerra ocorrida em continente sul-americano. De uma lado, a tríplice aliança formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, do outro lado o Paraguai, que disputava com o Brasil o controle da bacia platina. A região apresentava tensões por ser estratégica, tanto para a navegação, quanto do ponto de vista alfandegário. Uma captura de um navio de guerra brasileiro, somado a invasão do Mato Grosso pelo Paraguai, a guerra então foi declarada com milhares de mortos de ambos os lados, sendo que o Paraguai chegou a perder 50% da sua população. Foi também o momento da construção de uma identidade nacional, mediante o sentimento de integração do país, promovido pelo Exército brasileiro que saíra fortalecido (FREITAS NETO; TASINAFO, 2007).

muita preocupação em face da militarização das forças estaduais que poderiam representar, o que aconteceu posteriormente, um poder militar paralelo, ameaçando os interesses da União.

Diante de tal preocupação, o governo da União promulgou a Lei n.º 3216, de 3 de janeiro de 1917, que fixando a organização das forças terrestres, deu o passo mais significativo para a vinculação das Corporações Policiais Militares estaduais ao Exército Brasileiro, mantendo o controle federal sobre as Polícias Estaduais. Isso fora efetivado no que se convencionou denominar Era Vargas, que diante de tamanha centralização proporcionou o desmantelamento cuidadoso do aparato bélico das Polícias Militares, privando-as da artilharia, aviação, engenhos motomecanizados e armas automáticas, intervindo em suas escolas de formação, com o objetivo de redirecionar a estrutura técnico-cultural das corporações policiais, principalmente, após a atuação da Força Pública de São Paulo, na Revolta Constitucionalista de 1932 (OLIVEIRA, 1998).

Após a desmobilização, segundo Souza (1986), o próprio presidente Getúlio Vargas se encarregou de dirigir a revitalização das Polícias Militares, agora não mais voltada para as funções bélicas, e sim para o exercício de missões de segurança pública mediante a promulgação da Lei Federal n.º 192 de 17 de janeiro de 1936, que reorganizava as policias militares, atribuindo-lhes, precipuamente, responsabilidade policiais, estabelecendo o controle do efetivo, a organização, a instrução e ensino, o emprego e definição de finalidades das instituições policiais, que ficariam a cargo do Exército Brasileiro visando o controle dessas forças. Com a dissolução do Congresso em 10 de novembro de 1937, através da revogação da Constituição de 1934 e da decretação da Carta Constitucional de 1937, regularizou-se a referência às Forças Públicas Estaduais, ditando exclusivamente a competência privativa da União para deter o poder de legislar sobre o ordenamento e a utilização das Polícias Militares como reserva do Exército Brasileiro.

No ano de 1946⁷, de acordo com Oliveira (1998) foi promulgada a nova Constituição Democrática do Brasil, a qual atribui à União a competência exclusiva para legislar sobre a organização, instrução, justiça e garantias das polícias militares, sob o pretexto de elevar homogeneamente o nível profissional das várias corporações estaduais. Ressalta-se, entretanto, que em 31 de março de 1964⁸, as polícias militares novamente vão às ruas como forças repressoras do governo, deixando de lado a atividade de policiamento preventivo, passando meramente para uma atividade de policiamento ostensivo repressivo. A Constituição seguinte, a de 1967, tratava as Polícias Militares sob a mesma ótica das Constituições de 34, 37 e 46, porém com inclusão dos Corpos de Bombeiros. Com a revogação da Lei n.º 192/36 e a entrada em vigor do Decreto Lei n.º 667 de 02 de julho de 1969, regulamentava-se assim as atuações das Polícias Militares na manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, Territórios e no Distrito Federal.

Neste sentido, Oliveira (1998) menciona ainda que a centralização do poder através da intervenção federal promoveu nos rumos da segurança pública uma edição na legislação, reorganizando o ensino das Corporações, ampliando o controle sobre as

7 A Constituição de 1946 elaborada por Assembleia Constituinte, promulgada por Eurico Gaspar Dutra. Trazia dispositivos principais avançados para o momento em que o País vivia como por exemplo a igualdade perante a lei; a liberdade de manifestação de pensamento, sem censura, a não ser em espetáculos e diversões públicas; A inviolabilidade do sigilo de correspondência; A liberdade de consciência, de crença e de exercício de cultos religiosos; A liberdade de associação para fins lícitos; A inviolabilidade da casa como asilo do indivíduo; Extinção da pena de morte; Separação dos três poderes e a prisão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente e a garantia da ampla defesa do acusado. Por esses pontos foi considerada uma Constituição democrática, garantidora de direitos e de liberdades individuais que quando do Regime Militar de 1964 foi imediatamente suspensa por seis meses pelo Ato Institucional Número Um, sendo posteriormente substituída pela Constituição de 1967, proposta pelo Ato Institucional Número Quatro (OLIVEN, 1986).

8 Para o sociólogo George Ruben Oliven (1986), esta data no Brasil marcou o Golpe Militar no governo de João Goulart, dando início a uma era de regime civil-militar, violência e opressão, sendo estas duas últimas institucionalizadas, pois os direitos democráticos do povo brasileiro foram suprimidos em decorrência da nova ordem. Os principais mecanismos de controle utilizado para garantir os intentos do governo federal nesse aspecto foram as polícias militares estaduais, mediante ordenamento Constitucional (OLIVEN, 1986).

Polícias Militares por intermédio da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) e pela designação de diversos Comandantes Gerais oriundos das fileiras do Exército, oficiais de alta patente e experiência. Não obstante ao período tumultuado em virtude do ambiente revolucionário instalado no país, em que cidadãos eliciados por forte motivação ideológica e convictos de que pela luta armada, reverteriam os rumos da política nacional, desencadearam dezenas de atentados a bomba, sequestros, assaltos a bancos e quartéis, metralhamentos de sentinelas e execuções sumárias.

Mediante o contexto acima mencionado, o repórter Caco Barcelos (1994), em sua obra intitulada *Rota 66*, relata que em 1970 foi criada a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), no Estado de São Paulo, visando a repressão desses grupos, sendo este o marco inicial da repressão ideológica no Brasil, que se tornou preocupante, pois em nome da resposta às ações de grupos extremistas, passou-se admitir o desenvolvimento de uma leitura simplista e genérica do fenômeno da violência e da criminalidade, igualando-se, indevidamente, a repressão ao terrorismo e a criminosos comuns, pelo que se justificaria o enfrentamento do crime pelo uso da força excessiva.

Em contrapartida, com o fim do regime civil-militar e após o advento da Constituição de 1988, segundo Toledo (apud Oliveira, 1998, p.11) a polícia “[...] redireciona seu foco de atenções na atualidade, ontem, voltada à segurança do Estado, hoje, voltada à segurança do cidadão”. Dessa forma, a fase democrática do país exigiu uma força policial mais próxima do cidadão, uma polícia voltada para os interesses da coletividade, da paz social e da cidadania. Sua missão constitucional, segundo o autor, é de natureza civil e seus integrantes, cada vez mais, pautam suas condutas pela busca ao atendimento da necessidade de segurança das pessoas, para a garantia da liberdade e igualdade de todos.

Por conta do relatado, as origens das Polícias Militares se confundem por demais com a história das Forças Armadas do Brasil.

No passado, dado a inexistência de órgãos especializados no serviço de policiamento, os integrantes das segundas e terceiras linhas das Forças Armadas eram normalmente empregados neste serviço, em milícias, zelando pela segurança e manutenção da ordem nos primeiros núcleos populacionais do país.

Em Sergipe, a história da Polícia Militar como organização policial, teve início, conforme historiografia local, em 1835 com o nome de Força Policial da Província, com um efetivo fixado em 201 integrantes, entre oficiais e praças, através da Carta de Lei de 28 de fevereiro daquele mesmo ano. De acordo com Monet, (2001, p.16) esse tipo de instituição se apresenta como “(...) um tipo particular de organização burocrática, que se inspira ao mesmo tempo na pirâmide das organizações militares e no recorte funcional das administrações públicas. Hierarquia e disciplina como palavras-chave desse universo (...)”.

A polícia sergipana militarizou-se pelo decreto de nº 658, de 26 de dezembro em 1917, tornando-se força auxiliar do Exército de 1ª linha, uma honraria para a época, uma vez que, as forças policiais compunham a 2ª e 3ª linhas de reserva da força terrestre brasileira. Com o passar dos anos a PM sergipana foi se desenvolvendo tanto em nível de atribuições, de burocracia, quanto em nível de efetivo.

Valores e culturas foram sendo agregados constituindo e materializando sua identidade consolidadora da Instituição. Também no contexto da sociedade, a exemplo do Oficial Militar Sergipano Hermeto Rodrigues Feitosa que combateu diretamente o movimento conhecido como “cangaço” e que participou da revolução constitucionalista no Rio de Janeiro e São Paulo, recebendo, na ocasião, duas promoções por bravura, exercendo posteriormente as funções, quando na ativa do serviço militar, de Subcomandante Geral e Comandante Geral, respectivamente. Em seguida, exerceu o mandato de Deputado Estadual de Sergipe, sendo reeleito, momento em que ocupou a Presidência da Assembleia

Legislativa, e por um curto período, face os afastamentos do Governador Arnaldo Garcez e do Vice Edézio Vieira, assumiu o governo de Sergipe (DE SOUZA, 2009).

Nesse contexto histórico percorrido, a Polícia Militar sergipana nos idos do século XX organiza as suas legislações⁹, face às necessidades impostas pelo desenvolvimento alcançado, com base na Portaria de n.º 027, datada de 16 de junho de 1977, da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), do Estado Maior do Exército Brasileiro. O seu Estatuto Policial Militar, a Lei n.º 2.066, de 23 de dezembro do ano de 1976, determina as condições de direitos e deveres dos policiais, bem como, os critérios para ascensão aos postos mediante cursos de formação para os oficiais e praças.

A partir dessa lei, implantava-se um direcionamento inicial que se modificaria e sofreria alterações interna *Corporis*, interferindo, inclusive, nas bases constituidoras da Instituição Policial sergipana: A hierarquia e a disciplina, tendo em vista os interesses apresentados pela sociedade sergipana por uma segurança pública mais proficiente. Assim, essa cultura na Instituição Policial Militar tem se tornado cada vez mais relevante para todos os que se interessam pela compreensão dos fenômenos e comportamentos humanos nessas corporações, uma vez que os valores básicos compartilhados influenciam sobremaneira o modo como os seus membros pensam, sentem e agem.

Portanto, com base nessa cultura que tem por base a disciplina e a hierarquia, tomei como objeto de estudo as narrativas biográficas de policiais militares sergipanos de última patente, da reserva, a fim de compreender a formação do oficial policial militar em Sergipe. Para tanto, foram consideradas suas vivências, atuações e experiências profissionais.

9 Estatuto Policial Militar, Lei n.º 2.066, de 23 de dezembro do ano de 1976; Lei de Promoção 2.101, de 11 de outubro de 1977; o Decreto Regulamentador da Lei de Promoção de n.º 3.874, de 15 de dezembro de 1977;

1.2 - DO UNIVERSO DE ESTUDO: AS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS

A partir da perspectiva de (auto)biografização e biografização, dos sujeitos desta obra, tendo por mote a formação do oficial policial militar de Sergipe, o que se buscou foi a análise dos estudos e do percurso da construção profissional de acordo com a dinâmica de vida de cada um desses em uma perspectiva de ligar o passado, presente e futuro diante de situações, motivos, projetos pessoais e profissionais experienciados. Os saberes encontrados e/ou identificados nesta análise teve a modesta pretensão de oferecer contributo para a compreensão da formação policial militar no Brasil, em maior ou menor êxito, mediante a exposição desse material autobiográfico. Há de se ressaltar a possibilidade que a pesquisa biográfica proporciona, uma vez que, a partir do processo de individuação há o fortalecimento do conjunto multifacetado das individualizações no tocante à aprendizagem e da formação nos diversos campos do saber humano, conforme entende Josso (2006, apud Souza, 2016, p.297) quando afirma “[...] a vivência cotidiana apresenta-se desde então como uma mediação rica de promessas para o conhecimento e a educação individuais e coletivas”.

Diante de tais direcionamentos, no presente livro o objetivo geral foi compreender os aspectos constitutivos da formação do oficial da polícia militar em Sergipe, a partir de pesquisa (auto) biográfica e biográfica. Para tanto, foram objetivos específicos: identificar e descrever os processos representacionais simbólicos que tratam das origens familiares e dos percursos de formação acadêmica escolar e como estes incidem na escolha do oficialato policial militar, como também mapear e examinar a correlação formação-atuação militar em Sergipe.

O fato de ser policial militar e me permitir ser objeto, fonte e autor do livro, propondo-me uma discussão acerca da constituição da subjetividade a mim pertencida, pelo modo de narrar a

minha própria história, mediante uma análise autobiográfica, ao tempo em que figuro como pesquisador, tem me possibilitado experienciar e analisar os fenômenos psicológicos, sociais e comportamentais como agentes influenciadores na construção do profissional desejado. Nesse ponto concordo com o psicanalista Kets De Vries (2010, p.16), quando afirma que

[...] Atitudes inconscientes desempenham um importante papel nos encontros humanos. Assim, o fato de se valer de você mesmo como instrumento pode ser algo extremamente efetivo. Além disso, compreender o que motiva as pessoas nos ajuda a melhor interpretar problemas de personalidades interpessoais e a enxergar além dos fenômenos grupais e das defesas sociais. Faz-se necessária uma abordagem holística no estudo das pessoas se de fato quisermos entender melhor os fenômenos relacionados a elas.

A partir desse entendimento, considero minhas memórias de fatos vividos, dos momentos marcantes, das significações percebidas no transcurso da profissão militar, como constituidores dos diversos pontos de partida para a propositura da interpelação do inconsciente. Estes, muitas das vezes, manifestados por processos intuitivos desafiadores dos constructos racionais, necessitando uma dimensão maior de aprofundamento, somente encontrado nos procedimentos analíticos do psiquismo humano, o qual disporei de dispositivos teóricos psicológicos a serem postos mais adiante a fim de explicá-los.

Portanto, a metodologia empregada no desenvolvimento dessa compreensão literária encontra-se no âmbito da abordagem qualitativa, pois como afirma Haguette (1995), há um entendimento aprofundado de certos fenômenos sociais em virtude da relevância do aspecto subjetivo por detrás da ação social, como

também da incapacidade estatística diante de elementos complexos e únicos. O trabalho segue o método de pesquisa narrativa (auto)biográfica e biográfica que segundo Passeggi (2017, p.8), “[...] consiste em configurar narrativamente a sucessão temporal da sua experiência”. A narrativa pode ser desenvolvida a partir da mais tenra idade, de acordo com a autora se conforma este em um dos pontos nucleares da pesquisa (auto)biográfica e biográfica. Deste modo, aliado ao escopo das fases da vida do sujeito, há também a assimilação da linguagem, imagens, gestos, dentre outros, a fim de se narrar o vivenciar da experiência, estabelecendo-se a sua sucessão temporal.

Dessa forma, destaco que o gênero a que se remete esta obra é o de formação do pesquisador, ou pesquisa-formação em que se torna relevante narrativas (auto)biográficas de formação, entrevistas biográficas, relatos orais, dentre outros, demarcando-se o campo disciplinar em Educação, conforme aponta também Delory-Momberger (2005, apud PASSEGGI, 2016, p.8):

A primeira tarefa da pesquisa biográfica seria a de apreender mais exatamente o que constitui seu campo de investigação e de fabricar instrumentos terminológicos e nocionais que sejam apropriados [...], o espaço do biográfico não se reduz às narrativas de vida; o discurso autobiográfico [...] se enraíza numa atitude mais fundamental do ser humano que consiste em configurar narrativamente a sucessão temporal de sua experiência.

Assim, compreende uma orientação teórico-metodológica utilizada no campo das ciências sociais e humanas, em que visa a produção de conhecimento na educação relativo ao ensino, à formação profissional. Tendo em vista a singularidade do discurso (auto)biográfico que confirma o sujeito como objeto de estudo de

si mesmo, como o “campo” a ser pesquisado, observado, através da biografização, reinterpretando-se, a partir de uma nova condição, que a de narrador e narrado.

Nesse sentido, para Josso (2006, apud SOUZA, 2016, p.114), essa condição, a de narrador e de narrado, é uma problemática de tal método, pois trata de momentos significativos associados à sua interpretação voltados diretamente naquilo que a autora denominou a ‘invenção de si’, que somente se torna possível mediante a polissemia representada pelo agente através dos signos, dos traços e dos símbolos constituintes, todos nas dimensões daquele ser no mundo em que habita, mediante suas interpretações. Por outro lado, reforça ainda, que para que se concretize a invenção de si, é necessário imaginar projetos de si vislumbrado em futuros para que possa tornar-se único, dentro de uma singularidade própria que, decerto, o tornará visível e reconhecido socialmente. A respeito, Josso (2006, apud SOUZA, 2016, p.123) ressalta:

Não é inútil repetir aqui que o trabalho biográfico não é um remoer do passado, mas uma reconfiguração do presente e do futuro graças a esse olhar retrospectivo de um lado e, de outro lado, ao fato de que cada evento ou contexto singular remete imediatamente para referenciais coletivos, quer se seja consciente disso ou não.

Portanto, esse olhar retrospectivo sobre mim mesmo, através da apuração e retomada das minhas memórias relacionadas aos eventos que me dizem respeito, tanto aqueles com os conteúdos individuais, quanto coletivos, como também as narrativas produzidas pelos sujeitos pertencentes a esta análise, forneceu-me materiais valiosos para que, mediante a utilização do ideal, aquele sonhado, fosse possível a ponte entre o tempo presente (que hoje é passado) e o futuro (que hoje é presente), todos calcados nas experiências pretéritas reais vividas, que conforme entende a autora,

esses saberes adquiridos promovem a integração dos conhecimentos e aprendizagens, solidificando-se nas competências de práticas desenvolvidas.

Ainda de acordo com o modelo auto(biográfico) e biográfico, como afirma Josso (2006, apud SOUZA, 2016), torna-se possível identificar a ruptura entre o processo de aprendizagem com o processo tradicional de formação calcado na lógica da disciplina e/ou a de pesquisas que são oferecidos pelo professor, uma vez que, o foco passa ser aquele do ponto de vista do aprendiz, que a partir das suas experiências vividas, das suas representações, das articulações das ideias desenvolvidas, coloca-se como o elo central de maior responsabilidade nesse contexto de auto formação. Busca-se nesse modelo de pesquisa o adentrar na subjetividade aliada às experiências em um ato interativo de interpretação, construindo-se um saber epistemológico a partir de três planos de conhecimento conforme entende Josso (2006, apud SOUZA, 2016, p.370), quais sejam: “[...] o processo de formação do sujeito [...]”, “[...] seu processo de conhecimento tal como ele foi construído ao longo de suas experiências biográficas [...]”, e “[...] o conhecimento do sujeito em suas competências de aprendiz [...]”.

Paralelamente, compondo ainda o referencial metodológico, utilizo-me da metodologia da história oral biográfica, em virtude da busca da rememoração do passado percebido pelas lentes daqueles que o vivenciaram, conforme entende Alberti (2007, p.14):

É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro; aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes.

Nesse sentido, a autora entende que as narrativas produzidas através da história oral trazem o passado vivo pelo seu autor, estando ali contidas as características idiossincráticas como emoções, reações, observações, descrições excêntricas, inusitadas e até reconhecidamente especiais. Trata-se de uma história que se entrelaça com fatos, enredos, dando-nos a sensação de continuidade, sem cortes. De outro modo, considere-se ainda que é através dela que ocorre a recuperação daquilo que não fora visto em outras fontes de conhecimentos, como por exemplo documentos quaisquer que pela sua condição, tornam-se produtores de lacunas. Assim, a metodologia da história oral biográfica representa uma fonte produtora de conhecimento que permite a sua própria checagem e comparações com outros dados levantados.

Ainda para Alberti (2007), a história oral, de acordo com a natureza do fascínio, permite o encontro com aquilo que fora denominado de “vivacidade” do passado, isto é, a partir do narrado pelo entrevistado ocorre a possibilidade de se ter contato com todo aquele processo de vivência experienciada, tornando-se não mais único e sim compartilhado. Para a autora, “só é possível recuperar o vivido pelo viés do concebido”, face a possibilidade da combinação do contínuo com o descontínuo. Essa condição demarca a singularidade do indivíduo e da sua existência identificada a partir do seu olhar e das representações ali postas em atendimento aos seus processos mentais, fruto da maneira de pensar hermenêutica, delimitando assim a sua compreensão. Conforme explicou Alberti (2007, p.18) quanto ao modo de pensar:

[...] consiste em valorizar o movimento de se colocar no lugar do outro para compreendê-lo e em acreditar que as coisas (o passado, os sonhos, os textos, por exemplo) têm um sentido latente, ou profundo, a que se chega pela interpretação.

Nesse contexto, faz-se necessário a compreensão da historicidade do outro, em virtude do caráter valorativo das suas experiências. Daí, o encontro com o dito por Wilhelm Dilthey (1833-1911), mencionado por Alberti (2007, p.18): “Compreender é reencontrar o eu no tu”, significando a necessidade de se permitir em novas possibilidades de se vivenciar a experiência do outro a partir da hermenêutica apresentada. Essa compreensão, conforme relata a autora nunca será completa, pois também dependerá de fatores como, por exemplo, o ponto de observação de onde se está colhendo esses subsídios. Essa condição exigirá do pesquisador um maior esforço em esclarecer o objeto estudado, pois as entrevistas detentoras de valor documental se destinam ao exercício de sua interpretação.

Para tal, diante da necessidade de produção de fontes orais, calcadas em memórias de fatos vividos e experienciados acerca do objeto de estudo, a coleta de dados para a composição deste livro foi realizada a partir de roteiro de entrevista semiestruturada, que de acordo com Flick (2004), está focalizada em um assunto sobre o qual se confecciona um *script* com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Segundo Flick (2004, p.90), “o entrevistador deve abster-se, na medida do possível, de fazer avaliações precoces, devendo desempenhar um estilo não-diretivo de conversa”. Baseado em Merton e Kendall (1946), o autor sugere que a especificação das questões deve ser explícita o suficiente para auxiliar o sujeito a relacionar suas respostas a determinados aspectos da situação de estímulo.

Flick (2004, p. 94) salienta que,

(...) com esse método é possível estudar pontos de vista subjetivos em diferentes grupos sociais. O objetivo pode ser a geração de hipóteses para estudos quanti-

tativos posteriores, mas também a interpretação aprofundada de descobertas experimentais.

Assim, como entende Alberti (2007, p.35), a entrevista da história oral visa a obtenção da memória, um relato de ações passadas e um resíduo de ação. Ao tempo da construção (auto)biográfica e biográfica com suas memórias, ações, fatos e situações, necessário se atentar para os “recortes”, isto é, resíduos de ações produzidos a partir da interação entre entrevistador e entrevistado em um processo de intercomunicação, um influenciando o outro, e vice-versa, a partir de ideias e concepções distintas. Nessa perspectiva de se interpretar o passado, como um resquício de uma determinada ação ocorre a possibilidade de se documentá-lo.

Desse modo, Ricouer (1991) acrescenta que a investigação do si ocorre pela mediação da operacionalização da teoria narrativa entre a teoria da ação e a teoria moral. Assim, a função narrativa é remetida ao “descrever, relatar, prescrever” visando a construção em grau de reciprocidade da ação e do si, entendida como nunca eticamente neutra.

Neste sentido, com o intuito de ampliar os olhares sobre o objeto pesquisado, desenvolvi um roteiro de entrevista semiestruturado da história oral biográfica, previamente elaborado com questões abertas para integrantes da corporação da Polícia Militar de Sergipe. Para o estudo foram selecionados, para além de mim, mais quatro oficiais coronéis, do chamado último posto da corporação, oficiais superiores, integrantes da reserva remunerada da Polícia Militar de Sergipe, a partir da trajetória e atuação profissional.

Para além de estar no último posto da carreira e da representatividade, a escolha considerou a condição da idade, em que o marco foi estar acima dos 48 anos de idade, fator este que indica mais de 25 anos de serviço ativo, como também foi considerado os gêneros masculino e feminino. Assim, decidi buscar a representação de etnia, a fim de tornar mais bem representativa a

amostra, como também a condição socioeconômica, quando do seu acesso à Corporação policial. A condição de voluntariado foi *sine qua non* para dar prosseguimento às entrevistas.

Portanto, os sujeitos dessa pesquisa foram selecionados do quadro de oficiais superiores, do posto de Coronéis da Polícia Militar de Sergipe, integrantes da reserva. Tomou-se como base, a fim de quantitativo amostral, o quadro de Coronéis da ativa, que atualmente é composto por um número total de treze oficiais compreendendo homens e mulheres. A partir dessa premissa quantitativa foram selecionados 05 sujeitos, sendo que, 03 sujeitos do gênero masculino compoendo comigo uma amostra de 04 oficiais, perfazendo um percentual de 30,76% e 01 sujeito do gênero feminino, coronela feminina, perfazendo um percentual de 7,69%. Percentuais esses proporcionais ao quantitativo da ativa. Há de se registrar que do total geral de coronéis na PM sergipana da ativa, 08 são coronéis masculinos e 05 são coronéis femininos. Logo as representatividades das amostras foram proporcionalmente dispostas aos gêneros existentes no efetivo estudado como sendo o primeiro critério de inclusão, que diante da apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de forma individual, foi-lhes oferecido no momento da adesão, a possibilidade de dispor-se de pseudônimos de livre escolha dos entrevistados.

A instituição dos pseudônimos deveu-se a preservação do sigilo, a fim de ocultar os nomes dos participantes, caso assim fosse optado. Ato contínuo foi realizada uma discussão acerca da escolha do pseudônimo com as suas justificativas. As representações foram em torno de virtudes e valores dentro da percepção de si por parte dos sujeitos da pesquisa ao se observar como oficiais militares associados às suas histórias. As entrevistas foram gravadas e transcritas no programa Microsoft Word e ficaram a cargo do pesquisador e dos próprios entrevistados, a quem foram dadas cópias dos respectivos áudios e transcrições.

Deste modo, como complementar a composição da metodologia, vali-me do levantamento de documentos, dentre eles currículos da formação inicial e das formações continuadas dos sujeitos, como o curso de formação de oficiais, CFO, o de aperfeiçoamento de oficiais, CAO, e o curso superior de polícia, CSP e/ou CEGESP, estes como sendo obrigatórios na carreira, e também fotografias. A análise documental, incluiu um marco temporal do ano de 1983 até o ano de 2018, isto é, 35 anos, que me permitiu identificar os princípios diretivos da formação do oficialato militar adotados na organização policial militar de Sergipe, nesse hiato temporal, voltados para uma “polícia cidadã” garantidora de direitos constitucionais.

Como já ressaltado, utilizei-me do aporte teórico-metodológico da história oral biográfica, acerca das narrativas autobiográficas dos oficiais militares – sujeitos da pesquisa, que compuseram comigo um retrato do experientiar profissional militar, mediante suas representações acerca do objeto temático dessa investigação, em que, também, serviram-me de ferramental para que conseguisse eu adotar o distanciamento necessário para encontrar êxito no processo de objetivação próprio e também coletivo, propiciadores de um trabalho profícuo de interpretação intersubjetiva diante das etapas da formação militar ora identificadas e pesquisada.

Assim, de acordo com esse entendimento, trouxe nesta primeira seção o encontro com o tema, a apresentação do objeto de estudo, os objetivos geral e os específicos, o problema de pesquisa levantado, a justificativa, o referencial teórico da (auto)biografia e da biografia com base em Christine Delory-Momberger (2016), Marie-Christine Josso (2006), Maria da Conceição Passeggi (2016), Elizeu Clementino de Souza (2016) e Paul Ricouer (1991); O referencial metodológico se deu com base na abordagem qualitativa, mediante a metodologia da história oral biográfica, através do método da análise de conteúdo das biografias e (auto)biografia, associado à análise documental, de fotografias e do histórico da Polícia Militar de Sergipe.

Na segunda seção, a partir das análises das entrevistas, inicio o desenvolvimento dos objetivos específicos, em que procedo a identificação e descrição dos processos representacionais simbólicos que tratam das origens familiares e dos percursos de formação acadêmica escolar e como estes incidiram na escolha do oficialato policial militar, a partir das narrativas dos sujeitos da aludida obra.

Na terceira seção procedo o mapeamento e a análise dos percursos de formação militar, como também, examino a correlação da formação-atuação militar em Sergipe. Nas considerações e/ou conexões finais, apresento o fechamento das discussões apresentadas, utilizando-me das teorias ora estudadas e das histórias de vida analisadas.

– 2ª SEÇÃO –

DAS NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS COMO OBJETO E FONTE DE ESTUDO DA FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR EM SERGIPE

2.1 - A NARRATIVA, O SI MESMO E A DISCUSSÃO RICOEURIANA

A narrativa pode ser sustentada pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas estas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopeia, na história, na tragédia, [...], no cinema, nas histórias em quadri-nhos, no *fait divers*, na conversação. [...] está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; [...] não há, não há em parte alguma povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas [...] e são apreciadas por homens de cultura diferentes, e mesmo oposta: a narrativa ridiculariza a boa e má literatura [...] a narrativa está aí, como a própria vida. (BARTHES, 2001)

No asserto introdutório, de autoria de Roland Barthes (2011), evidencia-se a relevância histórica da narrativa, como sendo uma manifestação inalienável de se constituir humano, face atingir praticamente todas as suas dimensões, não importando a época, a condição social, o tipo literário-cultural, e o que mais houver dentro dessa manifestação do viver. Nesse lugar, o do não lugar, conforme entende o autor, essa infinita di-

versidade de representação do existir através das narrativas direcionadas a contar histórias de outrem, biográficas, e das (auto)biográficas quando da sua própria história de vida são analisadas neste. Assim, pautou-se como um dos objetivos específicos identificar e descrever os processos representacionais simbólicos que perspectivam uma visão de mundo, mediante apresentação das (auto)biografias, minha e dos sujeitos convidados – oficiais da polícia militar de Sergipe, de acordo com o *Zeitgeist* próprio de cada época, no tocante às ações, percepções, sentimentos, experiências e direcionamentos, vivenciados na aprendizagem da auto(formação) do oficial policial militar de Sergipe.

Dessa forma, procurei investigar os aspectos dimensionais das histórias narradas, a partir das memórias dos sujeitos, objetos de estudos desta obra, quais fossem: históricos, sociofamiliares, educacionais, econômicos, psicológicos e culturais, dentre outros, todos com foco na formação do profissional, pois assim compreende Josso (2006, apud SOUZA, 2016, p.297):

Todos os relatos de histórias de vida, sem exceção, apresentam-se como uma sucessão ou uma co-habitação de buscas que valorizam aspectos particulares da existência: a felicidade, os conhecimentos sobre o mundo, o conhecimento de si e dos outros, a pesquisa de vínculos férteis, o sentido da vida, e, finalmente, o desenvolvimento de uma melhor acuidade de nossa capacidade de observação ou dito de outro modo de nossa atenção consciente.

Desse modo, conforme o entendimento da autora, cabe indagar: Como se daria o desenvolvimento do estado de “atenção consciente” junto ao indivíduo que narra a história de si mesmo? O que é transcrito assemelhar-se-á ao relatado oralmente? Para que importaria saber quem sou eu, no tempo? Ou então,

o que sou eu, no tempo? Eis-me em que lugar enquanto indivíduo? O que a narração de mim mesmo poderá trazer para a minha identidade pessoal? O que a narração de mim mesmo poderá trazer para a minha identidade profissional de acordo com o presente estudo?

Logo, envidando esforços no sentido de seguir nessa estrada da problematização que a narrativa de si proporciona, entendendo que na busca dessa “atenção consciente” como sendo uma hermenêutica de si, Paul Ricoeur (1991, p.137) em sua obra *O si-mesmo como um outro*, mais precisamente no capítulo intitulado “Quinto Estudo – A identidade pessoal e a identidade narrativa”, concluiu que a identidade do indivíduo só pode ser trabalhada e percebida na extensão temporal da experiência humana. A partir da narrativa temporal, o principal fator para o discernimento e reflexão acerca das identidades.

Vale ressaltar que Ricoeur (1991, p. 138), em sua tese, assinala a importância de se trabalhar como condição *sine qua non*, inicialmente, a problemática conceitual da diferença de ipseidade¹⁰ e mesmidade¹¹, sendo este o ponto principal a ser esmiuçado em sua teorização. Essa compreensão de sujeito se dá a partir da subjetividade que o termo carrega consigo, quando da noção de identidade.

Segundo o autor, ante a aporia entre as posições tradicionais há uma má compreensão filosófica do problema em torno da subjetividade ocasionadora de discordâncias sobre a noção de identidade associada à ideia de permanência no tempo, obtendo-se

10 Ipseidade: significa também “*hecceidade*”; a sua etimologia de acordo com o filósofo escolástico Duns Scotus (1265-1308), quer dizer aquilo que dá ao homem a possibilidade de ser ele mesmo, distinto dos outros; sua essência individuadora, que faz dele esta ou aquela pessoa; hecceidade, ipseidade, princípio de individuação. O termo foi recuperado no século XX pelo heideggerianismo (MICHAELIS, 2018, p.621)

11 Mesmidade: Substantivo feminino que exprime característica ou condição daquilo que se mantém sem alterações; igual, uniforme. Também significa ausência de mudanças; monotonia, marasmo. Sua forma mais usada e preferencial: mesmice (MICHAELIS, 2018, p.648).

assim o mesmo sujeito. Trata-se da relevância da conceituação de ipseidade e mesmidade como basilar da sua teorização, entendendo-se as condições dicotômicas como os conceitos se exprimem. Por outro lado, considerando-se a temporalidade como um fator determinante, possibilitando promover a dessemelhança, o afastamento e a diferença, interferindo portanto, na consolidação da identidade como mesmidade.

Assim, a confrontação filosófica tradicional apresenta de um lado Descarte e Kant que entendem a existência de um indivíduo única ao longo do tempo, permanecendo inalterável às mudanças, aquilo que Ricoeur (1991, p. 149) chamou de “denegação da mudança” em si mesmo, ainda que diante das experiências vividas. Do outro lado, estão as concepções de Hume e Nietzsche em que argumentam, mediante pré-concepções diferenciadas que a subjetividade de cada um é uma ideia imaginada, irreal. Já D. Parfit, de maneira singular, não somente admite à unidade da subjetividade uma condição ilusória, como vislumbra a deposição da questão da identidade pessoal do cenário de relevância filosófica (RICOUER, 1991, p.151-158).

Quando se fala que o aspecto apresentado por Ricoeur (1991) reside numa busca de uma hermenêutica do “si”, na obra em questão sob análise, percebe-se que o autor desvela intenções nos seus estudos. Inicialmente, ao remeter-se do apoio das gramáticas das línguas naturais visa um distanciamento das elucubrações filosóficas acerca do sujeito, em que destaca a plena influência do “*Ergo Cogito*¹²” descartiano, do “*Ich denke*¹³” kantiano, e

12 Termo atribuído a René Descartes (1596-1650), matemático e filósofo francês. O Século XVII foi marcado pela ruptura com a filosofia aristotélica e teológica de séculos anteriores. O empirismo, considerado nova força, deslançava em busca do conhecimento por meio da observação e da experimentação. Assistiam-se assim aos anos dourados do iluminismo face às suas descobertas e percepções científicas, refletoras da mudança na natureza da investigação científica. Descartes simbolizou a transição científica para a era moderna e aplicou a noção do mecanismo do relógio ao corpo humano (SCHULTZ, 2017, p.29).

13 Immanuel Kant (1724-1804), filósofo prussiano, considerado o principal filósofo da era

o “*Eu¹⁴*” – todo constituinte husserliano, escolhendo o “si”, detentor dentre outros significados, principalmente da reflexividade. Na segunda intencionalidade contestadora, ele volta-se para o termo “mesmo” decompondo duas acepções do estatuto da identidade pessoal e identidade narrativa de acordo com a recepção etimológica compreendida por “idêntico”, diante de sua equivoicidade por estar no ponto central das reflexões sobre tais identidades, análogas às noções temporais, sendo elas: identidade-*idem* e identidade-*ipse*.

Para Ricoeur (1991, p. 12-13-14) identidade-*ipse*, intimamente associada a temporalidade, é individual, única, singular, diferente, sem perda de traço da universalidade, significando portanto “a manutenção de si” mediante a “promessa” que passa às alterações da personalidade, e, assim, marca uma identidade. Já na identidade-*idem* – como caráter de mesmidade – a alteridade é vista como algo sem originalidade, isto é, o “outro” seria o “mesmo” sem singularidade, caracterizada pela “permanência no tempo”, tendo-se nesta condição o seu contraditório, a ipseidade. Portanto, percebe-se que mesmo diante do fato dos dois conceitos remeterem à semelhança, ainda que de maneiras diferentes, a ipseidade não é a mesmidade e vice-versa.

A terceira e última intencionalidade filosófica do autor, anunciada no título da obra, propõe uma articulação tensionada entre

moderna. Desenvolveu o “criticismo” kantiano, confluência do racionalismo, do empirismo inglês de David Hume e da ciência física-matemática de Isaac Newton. Este modelo filosófico é caracterizado por considerar que as análises críticas da possibilidade, da origem, do valor, das leis e dos limites do conhecimento racional se constituem no ponto de partida da reflexão filosófica (MAYOS, 2008).

14 Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859-1938) filósofo e matemático alemão que estabeleceu a filosofia da fenomenologia. Rompe com o positivismo da sua época. Utiliza-se do empirismo, buscando uma descrição imparcial da experiência imediata conforme ela ocorre, e não analisada ou reduzida aos elementos. Trabalhou um método de redução fenomenológica pelo qual um assunto pode vir a conhecer diretamente uma essência (SCHULTZ, 2017, p.83).

o “*si e o outro que o si*”. Nesse sentido, o outro parte do pressuposto da identidade-*ipse* mediante uma dialética que não fora encerrada, contrariando a “denegação da mudança”. Assim, o outrem não adquire sentido de outro, enquanto processo comparativo, mas um outro em si originado de uma condição reflexiva oriunda e de propriedade da ipseidade. No tocante ao termo “como” a proposta quando do seu emprego vislumbra uma “implicação” do si-mesmo com o outro, derogando assim a ideia de comparação de si com seu semelhante.

Desse modo, ancorado nessa lógica, Ricoeur (1991, p.137-143) ainda considerou que, no tocante à identidade temporal e à identidade narrativa, a permanência do tempo elicia os pontos de seu entendimento em torno do uso dos conceitos de identidade: ipseidade e mesmidade, asseverando que o tempo pressupõe transformação, comprometendo a fixação da identidade como mesmidade. Contudo, entende que a ipseidade do si corresponde a uma forma de permanência no tempo, mas que para isso não seja convertido à determinação de um esquema de categoria de substância, conforme previu Kant. Nesse sentido, exemplifica dois modelos de permanência no tempo: o caráter e a palavra considerada, como sendo ambos um exemplo de permanência dita sobre nós mesmos, conforme anuncia em sua hipótese:

[...] a polaridade desses dois modelos de permanência da pessoa resulta de que a permanência do caráter exprime a ação de recobrir quase completamente uma pela outra da problemática do *idem* e da do *ipse*, enquanto que a fidelidade a si na manutenção da palavra dada marca o afastamento extremo entre a permanência do si e a do mesmo e, portanto, atesta plenamente a irredutibilidade das duas problemáticas uma à outra. (RICOEUR, 1991, p.143)

O caráter se apresenta como sendo noção reativa, em virtude das disposições provenientes de aquisições do hábito, caracterizado pela manifestação de estabilidade de uma permanência difícil de ser alterada, face a sua origem de dupla valência, isto é contraído, e adquirido. No tocante a palavra considerada, a noção aponta para uma pro-atividade, uma vez que, vislumbra o alcance de maneira própria, de um compromisso futuro, uma permanência de si, que não se faz valer de outros caracteres de invariabilidade, a não ser a manutenção da palavra empenhada (RICOEUR, 1991, p.146).

Ainda segundo Ricoeur (1991, p.146) o *ipse* do indivíduo não se desfaz mesmo diante das mudanças que ameaçam, como também das ações provenientes do tempo. No exemplo citado anteriormente, o caráter tem uma manifestação de “aparência” de mesmidade, isto é, mantém escamoteada uma ipseidade, uma vez que a origem do hábito repousa em estruturas adquiridas, duráveis, constituindo-se em um traço de caráter. A palavra considerada se constitui no exemplo da ipseidade em seu estado mais claro, com afirma o autor, em estado de flagrante. Quando unidos esses modelos, em virtude da operação da narrativa, equilibram, estabilizam os três pontos da temporalidade, como sendo: a eferidade do passado e a imprevisibilidade do futuro através de instrumentos do presente.

De acordo com o autor, diante da noção da narrativa como sendo o desenvolvimento de compreensões capazes de sistematizar perspectivas distintas, que estando desapercibidas e não compreendidas, não existiriam, pode-se entender é que será a dos fragmentos de relações entre ocorrência de um mesmo sujeito. Não o sujeito propriamente dito. Estes são o si, como não dizer o ipse, como um outro, como uma representação. O reconhecimento do sujeito não se dará mais em uma unidade específica, estática, mas na trama narrada, a partir de uma unidade móvel constituída de alteridade, integrada, beneficiada, engajada, que a partir da variedade de

uma narrativa será considerada a anuência traçada de um contexto aproximadamente inteligível entre eventos discordantes entre si. Vislumbra-se então que a maior contribuição da “teoria narrativa” está na constituição do si ser revelado pela dialética da ipseidade e da mesmidade. (RICOUER, 1991, p.168).

Desse modo, para Ricoeur (1991, p. 167-175) a função da narrativa (descrever, relatar e prescrever) nunca será eticamente neutra quando da constituição recíproca da ação e do si, diante da relação operacionalizada pela configuração¹⁵, explicando assim a correlação entre ação e personagem. Entende que relatar é mencionar “quem fez o que, por que e como”, evidenciando-o no tempo a ligação dos diversos tipos de visão ali reunidos. No processo da narrativa, aquele que narra, não se constitui num ser desapaixonado das suas experiências, há sim uma relação daquela personalidade transitória com a história descrita, esta construtora da identidade do sujeito, o que pode ser nomeado de “identidade narrativa” construtora da “história narrada”, que gerará uma identidade produtora da identidade do personagem.

Nesse sentido, a identidade narrativa do sujeito irá mediar os pólos da mesmidade e ipseidade a partir daquilo que o autor chamou de variações imaginativas que, por sua vez, irá submeter-se todas ao processo. Assim, o pensamento poderá trabalhar as significações do idem e do ipse a partir das suas diferenças na variante do tempo, promovendo a estabilidade do caráter mesmo diante das suscetibilidades que venham a lhes atingir. Nesse sentido, considera que o ambiente literário, quer seja ele ficcional, quer seja ele romanesco e/ou de outros estilos adequados e fértil para

15 O termo “configuração” é empregado pelo autor em sua tese referindo-se a arte da composição que faz mediação entre concordância e discordância, relata ainda: “Por concordância entendo o princípio da ordem que preside ao que Aristóteles chama de ‘agenciamento dos fatos’. Por discordância entendo as reviravoltas da fortuna que fazem da intriga uma transformação regulada desde uma situação inicial até uma situação terminal.” (RICOUER, 1991, p.169).

as relações entre as duas modalidades encontradas na identidade narrativa (RICOEUR, 1991, p.176).

Assim, o autor ao enfrentar a questão da identidade pessoal e da identidade narrativa considerando, como fora visto, a temporalidade um dos elementos norteadores, pois ao se desdobrarem, podem promover o entrecruzamento de gêneros estilísticos específicos, como a historiografia, a biografia e a (auto)biografia romanesca, conforme o relatado na nota textual a seguir:

[...] a compreensão de si é uma interpretação; a interpretação de si, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros signos e símbolos, uma mediação privilegiada; esse último empréstimo à história tanto quanto à ficção fazendo da história de uma vida uma história fictícia ou, se preferirmos, uma ficção histórica, entrecruzando o estilo historiográfico das biografias com o estilo romanesco das autobiografias imaginárias. (RICOEUR, 1991, P. 138)

Desta forma, esse olhar desenvolvido por Ricoeur (1991) propõem que ao se contar uma história de vida, através da narrativa de si, o indivíduo passa a compreender-se a partir de uma representação, construindo expansivamente a sua identidade, principalmente quando se faz valer de recursos estilísticos de escrita, aqui especificamente o da escrita (auto)biográfica propiciadora do processo de conhecimento de si e de uma geração.

2.2 - POR ENTRE OS FIOS DAS NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS

A narrativa [...] conferindo ao personagem uma iniciativa, isto é, o poder de começar uma série de acontecimentos, sem que esse começo constitua um come-

ção absoluto, um começo do tempo, por outro lado, dando ao narrador como tal o poder de determinar o começo, o meio e o fim de uma ação. Desse modo, fazendo coincidir a iniciativa do personagem e o começo da ação, a narrativa satisfaz à tese sem violar a antítese. (RICOUER, 1991, p.175)

Como anunciado na epígrafe, a narrativa promove àquele que dela se apropria um empoderamento do curso da ação narrada, numa ordem própria, tornando-a singular, única e específica. A sequência dos fatos é a do contador daquela história. Não há definição estética que estipule regras para o seu início, meio e fim, principalmente, quando essa narrativa é sobre si.

Nesse contexto, a narrativa (auto)biográfica, conforme entende Passeggi (2016, p.114) tem a sua legitimidade garantida como fonte de investigação e método de pesquisa a partir do reconhecimento daquele que narra (crianças, adolescente ou adulto), enquanto sujeitos de direitos, com condições de narrar a sua própria história e também de promover reflexões sobre ela. Assim, esse estilo narrativo faz com que o sujeito perceba a sua força de desfazer e refazer nossa relação com nós mesmos, com outros e com as coisas, a partir da elaboração proposta pelas representações formadas.

Antes de apresentar as narrativas biográficas que envolvem os participantes desse trabalho, apresento os procedimentos metodológicos desenvolvidos para com os mesmos após o processo da seleção amostral, ora anunciado na seção anterior. Os primeiros contatos para com todos os sujeitos foram feitos individualmente, através de ligações telefônicas que visaram e efetivaram o convite para a participação na pesquisa, o seu objetivo, sua finalidade, bem como os termos condicionantes para ingressar na mesma. Todos os convites quando das ligações telefônicas foram aceitos, agendando-se datas

prévias e específicas para cada uma das entrevistas que ocorreram, individualmente, em dias alternados e sucessivos. Das quatro entrevistas agendadas, as três primeiras ocorreram nas residências dos entrevistados, todas em Aracaju, sendo que a última (com o Gigante no Pardieiro) no Instituto Reviver, localizado no bairro Salgado Filho, também no município de Aracaju, em uma sala preparada para esse fim, em virtude do sujeito morar na cidade de São Cristóvão e coincidir a data agendada com atividades suas na aludida Capital sergipana. Todas as entrevistas foram realizadas pela manhã com uma duração média de noventa minutos, gravadas, e descritas posteriormente, em decorrência de autorização prévia por parte de todos os sujeitos.

Assim, enfatizo que a partir desse momento assumo a condição de pesquisador em detrimento da condição de sujeito-pesquisado e passarei a tratar a minha (auto)biografia como um objeto, assim como as demais biografias, procurando, dessa forma o distanciamento necessário propiciador das análises junto aos fenômenos e categorias identificados nas narrativas.

Ademais, de acordo com o apoio metodológico da transcrição, textualização e transcrição, entendido a partir de Caldas (1997) para quem transcrição parte “(...) de um escrever a oralidade para um metafísico modelo do dito, não dito, não-pretendido, não-vivido, não-pensado, não-sentido que foi ouvido ou pretendido ser ouvido para ser escrito, sendo uma não-escrita do escrito, mas do escutado e percebido”. Dessa maneira, apresentarei os perfis dos sujeitos pesquisados refazendo os percursos, alinhavando as narrativas, costurando as partes pronunciadas afim de que o sentido íntimo da história narrada se estabeleça. Tal processo foi feito a partir das seguintes perguntas temáticas:

Logo, a partir desse momento faço uma apresentação sintética sobre a amostra dos escolhidos, em que procuro responder quem são esses personagens, mulheres ou homens (gênero), branco, negros, pardos (etnia), se oriundos do meio urbano ou rural, como também a que classe social pertenciam, conforme quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Roteiro de entrevistas com categorias (1ª parte)

Primeiro Bloco de Perguntas:
Fale-me sobre sua família, sua origem: Quando criança “o que queria ser quando” crescesse? Quais as instituições educativas pelas quais você passou? O que te motivou a ser um policial militar? Em que ano foi o seu ingresso na corporação policial militar de Sergipe, e como ele se deu?
Temas Principais e Secundários:
- Origem (condição sócioeconômica); - Figura materna e/ou paterna; - Formação familiar; - Desejos de Infância; - Formação Escolar (pública e/ou privada); - Ingresso na Corporação Policial.

Fonte: Autoria própria

Quadro 2- Descrição caracterizadora dos sujeitos da pesquisa

Pseudônimo	Gênero	Etnia	Classe Social (infância)	Moradia / Urbano x Rural (infância)	Natural	Escolaridade/ Público x Privado
“O Menino de Açõ”	Masc	Pardo	Classe baixa	Urbano	Aracaju	Ensino Superior completo especializado/ Escola pública
“O Andante de um Tempo”	Masc	Pardo	Classe baixa	Urbano	Aracaju	2º Grau Completo/ Escola pública Ensino Superior Completo; Especializado
“A Determinada”	Fem	Negra	Classe média	Urbano	Aracaju	Ensino Superior completo especializado/ Escola privada
“O Gigante no Pardieiro”	Masc	Negro	Classe baixa	Rural	Maruim	Ensino Superior completo especializado/ Escola pública *Alfabetizou-se aos 19 anos
“O Aprendiz”	Masc	Pardo	Classe média	Urbano	Aracaju	Ensino Superior completo especializado/ Escola privada

Fonte: Narrativas dos Entrevistados

Doravante, apoiado nesse enunciado dou a ver o início das (au-to)biografias compositoras deste trabalho conforme seguem. Iniciei pelo “Menino de Açõ” que atualmente é Coronel da Polícia Militar de Sergipe, promoção esta por via judicial, face reconhecimento de direitos anteriormente aviltados, 49 anos, casado, pai de um casal de gêmeos, com 29 anos de efetivo serviço, Especialista em Segurança e Cidadania, Especialista em Gestão Estratégica em Segurança Pública, psicólogo, segundo oficial na história da PM sergipana a ser promovido por ato de bravura em serviço, no ano de 2006.

“O MENINO DE AÇO”¹⁶

Foi em uma manhã de sete de setembro, do ano de 1974. Lembrou-se da correria em casa para que não chegassem atrasados às comemorações do dia da independência, que ocorreria na Av. Getúlio Vargas, em Feira de Santana/BA. O sol beirava alto e intenso. O calor afogueava o seu rosto e a sua cabeça, esta dotada de uma cabeleira negra vistosa, lisa e reluzente. Os passos apressados e ansiosos que venciam as ruas determinavam os propósitos de se alcançar o melhor lugar para aquele núcleo familiar constituído naquela ocasião por ele, com exatos quatro anos e onze meses, seu irmão de três anos e a sua zelosa mãe, que como guiada pelo destino, sem perceber, estaria a lhes apresentar às futuras profissões. A ausência paterna estaria justificada pela não simpatia com o evento, nem com aqueles propósitos, face à sua infância psicológica emocional percebida por ele hoje.

Algo estranho aconteceu naquele dia. O clima da Cidade era diferente, havia uma expectativa no ar, uma euforia. O encantamento se deu logo quando avistou os soldados em forma, perfilados, imóveis em atitude marcial. A maneira como estavam ali expostos com todo aquele vigor, força, comprometimento, seriedade, com uma convicção inabalável expressa em movimentos controlados, unidos e harmônicos sob o comando de um único soldado, foi-lhe chamando a atenção e sem perceber se viu contagiado por aquele entusiasmo. Sentiu o seu corpo ser tomado por emoções avassaladoras, um misto de ansiedade, uma alegria, um estado de felicidade, diria ele hoje, um sentimento de paixão. Du-

16 Diferentemente das entrevistas propostas aos sujeitos desta pesquisa, a (auto)biografia aqui posta, deu-se mediante uma proposta da Dr^a Raylane Andreza Barreto Novaes, minha orientadora, para que eu trabalhasse uma escrita que atendesse às questões propostas na primeira seção. A partir dessa percepção de mim, compus juntamente com a orientadora o roteiro de entrevista, delimitando o espaço circundante do objeto pesquisado: as narrativas acerca da formação do oficial policial militar de Sergipe. A adjetivação faz alusão à fibra, a capacidade de superação de adversidades, aliadas ao sonho de se perceber como super herói das revistas em quadrinhos.

rante muitos anos conviveu com o questionamento de como poderia em condição de tão tenra idade ser contagiado por aquelas emoções intensas e fortes diante daquela demonstração do desfile cívico-militar: Como poderia esquecer das lágrimas que lhe lavavam a face como uma resposta diante do assistido? Hoje percebe que sentiu ali um amor inexorável à Pátria, ao civismo, uma identificação sem precedentes.

Tudo lhe encantou, os pelotões, os cânticos em coro, os gritos de “guerra”, a vibração dos movimentos marciais, as diferentes fardas, os carros de combate, os instrumentos bélicos, os cães, os cavalos. Pareciam que as dezenas de bonecos de soldados que detinha naquele saco mágico de suas brincadeiras, haviam saído do seu anonimato onde eram guardados e tomado vida, e de repente estavam ali em sua frente brincando de “verdade”. O seu entusiasmo com pulos, gritos de alegria e de espanto satisfez a sua mãe, que via com isso a missão cumprida naquela jornada cívica matinal.

Ao saírem da Avenida, logo pediu a sua genitora que lhe comprasse uma bandeirinha do Brasil e disse para ela que quando crescesse gostaria de ser um soldado. Desejo esse validado por um sorriso de aprovação da sua mãe. Durante o percurso de retorno para casa, lembrava de falar apenas de tudo que havia visto, dos detalhes dos soldados, das fardas, dos carros de combate e a sua mãe como a lhe entender plenamente participava também da observação dos detalhes. Ali, pediu-lhe um tambor de presente alusivo ao dia da criança, pois gostaria de se exercitar naquele papel idealizado através das brincadeiras infantis, no seu mundo mágico realizador de sonhos.

Até o dia da criança chegar, brincavam de soldados e ensaiavam as marchas para quando os seus instrumentos chegassem. Faziam os seus chapéus com jornais velhos e com o auxílio de adultos que estivessem disponíveis na casa. Cada dia que se anunciava chegavam também a ansiedade e as inquietações pertinentes. A sua infância fora marcada por muitas brincadeiras, e também por

uma mãe zelosa que se desdobrava na educação e cuidados para com as suas crias, a esta época apenas ele e seu irmão mais novo. As dificuldades da família eram muitas, a figura paterna provedora materialmente do lar, era também aquela que promovia dissenções provindas de uma imaturidade psicológica e emocional, associado ao uso/abuso do álcool fazendo da violência doméstica uma de suas manifestações mais marcantes e, infelizmente, inescusáveis para ele.

O seu desenvolvimento na casa deu-se sempre mediante muitos diálogos promovidos pela “heroína” materna, falando-lhe da importância dos estudos para se atingir aos objetivos profissionais desejados. Rememorando, afirmou que muitas das vezes chegou a se convencer que aquele soldado idealizado seria talvez a personificação paterna faltante que lhe deveria proteger e cuidar ao invés de agredi-los. Aos sete anos, a família se encontrava constituída com a irmã caçula já com dois anos, esta preferida e desejada pelo ente paterno. Nesse tempo, foram todos surpreendidos com a morte trágica do seu pai, noticiado em todo o município face às circunstâncias trágicas do acidente automobilístico em que aquele representante de vendas sofrera, sendo totalmente carbonizado naquele desastre. Ficou em sua memória sobre aquele momento, quando se encontravam no cemitério, o que foi a imagem de um homem de macacão sujo de cinzas que, segundo os comentários descuidados o anunciavam como sendo aquele que tivera o papel de retirar os restos mortais do acidente, naquele local que imaginou ele ser de todo horroroso. Tudo era muito sem controle, feito brinquedo conduzido por forças superiores a lhes arrebatam, sentia-se perdido, comprimido, acuado, não dava para sair, era tudo inacreditável, feito uma corrente marinha que lhe conduzia bruscamente, sendo inútil qualquer esforço para sair daquele contexto.

Após esse acontecimento fatídico, a família fora desmembrada em virtude da necessidade de sua mãe providenciar às questões legais e indenizatórias em torno do fato trágico. Ele foi para

a cidade de “Valente”, alto sertão baiano, ficar sob os cuidados do seu avô paterno, criatura muito amada por ele; já seu irmão ficou na própria cidade de Feira de Santana, sob os cuidados de uma Tia, a “Dinha Leda”, juntamente com a sua mãe, e a caçula havia sido levada para Aracaju, sob os cuidados da avó materna. Como não anunciar da saudade sentida dos seus entes familiares amados? Como não mencionar o sentimento de impotência diante daquela situação? Era tudo muito confuso para ele. A sua sorte talvez, foi estar rodeado de tias educadoras, pedagogas que mesmo diante de todos esses enfrentamentos continuaram a lhe conduzir nos seus estudos. A personalidade do avô paterno, o vô “Tucano”, como era chamado, com a manifestação do seu amor, cuidados e companheirismo, para com o seu neto, representação materializada do filho amado falecido, era talvez para ele a possibilidade da segunda chance em que poderia sublimar o seu amor, e talvez rever erros e acertos, de certa maneira, amenizou os sofrimentos sentidos daquele menino que almejava propor cuidados e proteção para a sua família, principalmente para a sua mãe, naquele momento tão distante.

Passados alguns meses, um certo dia pela manhã, ao retomar as brincadeiras com os seus carrinhos e bonecos na calçada em frente da casa do seu avô, avistou aquela mulher, de preto, magra, vindo em sua direção, parecidíssima com a sua mãe. Parou. Olhou-a atentamente, e ao ser anunciado o seu nome, aquela voz selava a identidade esperada. Correu para os seus braços e testemunhou novamente o amor fraternal que uma mãe, abnegada, somente pode dar. Naquele dia, deu-se início a recomposição da família com os seus membros, em que a mudança de endereço para Aracaju havia se tornado um imperativo por demais concreto e certo.

“Recomeço”, “foco”, “estudo”, palavras ditas por ele mesmo diariamente, mesmo com apenas oito anos. Com o dinheiro da indenização trabalhista, sua genitora adquiriu uma casa na zona

norte de Aracaju e juntamente com seus irmãos foram matriculados no então Colégio Tiradentes, na época uma das escolas de referência da cidade. A escola praticava o modelo educacional vigente da ocasião, em que a disciplina e o empenho aos estudos eram as bandeiras lá praticadas. Havia também um veigo religioso muito forte, este católico, com práticas de orações e missas em determinadas datas semanais e mensais.

O culto ao civismo era outro ponto que merece destaque naquela agremiação escolar, toda quinta-feira, antes das aulas serem iniciadas, havia o hasteamento do Pavilhão Nacional, em que os alunos eram postos perfilados por turmas e diante do símbolo nacional o canto do hino com o seu hasteamento, que era feito por um aluno destaque em notas e disciplina e por um professor desse estudante. Muitas vezes foi ele esse aluno. Estava no caminho certo. Estudou ali até a sexta série do primeiro grau.

O sétimo e oitavo anos foram feitos na escola pública “Presidente Costa e Silva”¹⁷ face às condições financeiras não permitirem o acesso à escola privada, como também pela impossibilidade de bolsa de estudos. Atualmente a escola foi nominada Escola Estadual Professor João Costa por força de decreto estadual assinado no dia 14 de janeiro do ano de 2016, pelo então Jackson Barreto, governador de Sergipe. Ali o estudo e empenho continuaram e logo houve a simpatia de mestres em virtude da

17 Arthur da Costa e Silva nasceu em 03/10/1899, na cidade de Taquari/RS. Militar de carreira do Exército brasileiro, participou do movimento tenentista em 1922, quando foi preso e anistiado. Dez anos após, participou da Revolução Constitucionalista ocorrida em São Paulo. Envolveu-se com a política indo trabalhar na Argentina, na embaixada brasileira. Promovido a general de divisão em 1961 momento em que liderou o Comando da 4ª Exército em Recife (1961-1962). Ao lado do general Castelo Branco, brigadeiro Correia de Melo e do Almirante Augusto Rademaker foi um dos principais articuladores do golpe militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, fazendo parte da junta militar batizada de Comando Supremo da Revolução. Foi nomeado ministro da guerra na gestão de Castelo Branco (1964-1966), afastou-se para concorrer às eleições indiretas pela Arena (aliança renovadora nacional) sendo eleito presidente em 03 de outubro de 1966 mediante abstenção da bancada oposicionista composta pelo MDB (movimento democrático brasileiro). Instituiu o AI-5, período marcado por diversas manifestações populares, e no ano de 1969 sofreu um aneurisma cerebral sendo afastado do governo, falecendo em 17 de dezembro de 1969 (UOL, 2018).

sua dedicação e esmero aos estudos. Já não havia naquela escola a disciplina, respeito e o culto aos símbolos nacionais e religiosos, como identificado na escola anterior, embora o seu patrono fosse o presidente militar Costa e Silva.

Já o antigo segundo grau, hoje ensino médio, foi realizado no colégio Atheneu Sergipense, na época, referência de escola pública. Havia laboratórios de química, de física e de línguas, com uma biblioteca estruturada e organizada. Ali pairava um sentimento de honra, orgulho, de bem estar em se fazer integrante daquela agremiação escolar tanto por parte dos alunos quanto dos professores em virtude do seu peso histórico e importância na educação de Sergipe, relatava ele. O Atheneu era “a menina dos olhos” do governo do Estado àquela época. Afirmou acerca de uma política de administração em andamento e operacionalização, em que vislumbrava a recuperação da tradição do Atheneu. Professores destacados, os mais renomados da Secretaria de Educação à época estavam reunidos naquela escola que já era conhecida como a maior escola pública de Sergipe e de ensino de qualidade. Como não recordar e citar a professora de português Teresinha Belém com sua dedicação e esmero, a professora de história Maria Luiza e sua estética impecável em lhes ensinar e envolver, o professor de geografia Genival Santos com o seu rigor e competência, o saudoso, amigo e gentil professor Walter de química, haviam tantos outros que compunham aquele timaço de mestres, relatava. Disse ainda que a prática do civismo, o culto aos símbolos, a arte e a implantação de feiras de ciência faziam parte daquela identidade institucional. Retratou que naquela época, após ser aprovado em processo seletivo, ocorrido na própria escola para alunos que houvessem se destacado no laboratório de idiomas, ganhou uma bolsa de estudos integral na aliança francesa, onde estudou por três anos. Face o seu prenúncio da adolescência, acompanhada das preocupações com o futuro, já estava a se inteirar da carreira militar e sobre as suas possibilidades de acesso.

Aos dezessete anos e seis meses de idade, no ano de 1987, ingressou na Universidade Federal, no curso de letras português-francês, o qual cursou apenas três períodos, momento em que foi aprovado no mesmo momento na seleção do exército para o Núcleo Preparatório de Oficiais da Reserva (NPOR¹⁸), ocorrido no 28º Batalhão de Caçadores. Trancou a universidade e fez o curso do exército no ano de 1988 que durou cerca de onze meses. Esse curso visava formar e preparar Oficiais Combatentes temporários, conhecidos como R/2, para servir na tropa mediante êxito no curso de formação, assim, jovens universitários eram recrutados, selecionados via exame teórico, psicológico e físico, além de investigação social, a fim de compor esses quadros profissionais com claros não preenchidos regularmente pela Academia das Agulhas Negras do Exército brasileiro, que formava oficiais de carreira conhecidos como R/1.

Dedicou-se ao curso de formação de Oficiais do Exército e após estágio no ano seguinte em 1989, foi convocado para servir na tropa como 2º Tenente de Infantaria do Exército Brasileiro no ano de 1990. Serviu por dois anos na tropa, quando prestou vestibular novamente para o curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de Sergipe, sendo aprovado. O início do curso de formação de oficiais foi na Academia Militar do Estado de Alagoas, no ano de 1992 até o ano de 1994, data da declaração de aspirante a oficial. A decisão em ser militar fora de fato efetivada naquele instante, concretizando o desejo da infância. Com o passar dos anos havia a certeza da sua identificação com a profissão, em que

18 Os CPOR e os NPOR são respectivamente, centro e núcleos preparatórios de oficiais da reserva do exército brasileiro. A sua principal finalidade é formar oficiais do exército de todas as armas habilitados ao exercício dos postos de 2º e 1º tenentes para servirem na tropa amenizando o alto déficit desses profissionais nesses quadros. O tempo de serviço é de até seis anos com todas as prerrogativas de um oficial formado na Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN. Com isso, aqueles alistados com curso superior ou que estejam cursando são submetidos a exames de seleção para aqueles voluntários, e se aprovados e aptos passam por uma formação de um ano, depois estágio e após avaliações podem ser convocados para exercitarem-se como oficiais temporários, os chamados R-2.

se exigia o exercício do “bom caráter”, dos “bons costumes”, do “cumprimento dos dispositivos legais”, do “culto à saúde física e mental” e de muito estudo e preparo técnico-profissional.

“O ANDANTE DE UM TEMPO”¹⁹

O Andante de Um Tempo, aracajuano, é atualmente Coronel da Reserva Remunerada da Polícia Militar de Sergipe, 56 anos, casado, pai de duas filhas, uma neta, pedagogo, 30 anos de efetivo serviço, Comandante Geral da Polícia Militar de Sergipe por duas vezes, em dois governos distintos e opositores políticos, nos biênios 2005/2006, 2007/2008.

Costuma se apresentar retratando a sua origem do bairro Santos Dumont, periferia de Aracaju, zona oeste. Seu pai tinha como profissão carroceiro, sua mãe era dona de casa, não trabalhava formalmente, ajudava-o naquilo que fosse possível, como por exemplo, costurava em casa, contribuindo com a renda familiar. Oriundo de uma família de dez irmãos com ele, sendo seis mulheres e quatro homens, informou que seu genitor já se encontrava falecido e sua mãe também. Que o falecimento da sua mãe se deu no ano de 2001, quando ela tinha 74 anos de idade, vitimada por um acidente vascular cerebral, também conhecido como AVC, motivo este também do passamento do

19 A entrevista com Andante de Um Tempo aconteceu em sua residência, um condomínio fechado de casas na zonal sul da capital aracajuana. Lugar aprazível, em que a tranquilidade transpirava naquele ambiente repleto de jardins gramados e de flores. A entrevista foi iniciada às 09:00 horas da manhã, do dia 06 de setembro do ano de 2018, na agradável varanda da sua casa em companhia além do entrevistado da sua neta M.A de 04 anos, que constantemente, o interrompia buscando ‘espaços’ da sua atenção agora dividida comigo. Constantemente, o entrevistado ‘perdia’ o fio da narrativa, sendo auxiliado por mim, que já estava atento diante dos movimentos de inquietudes peculiares à infância da sua netinha. Então, por vezes retomei o ponto daquelas paradas, passando-lhe a palavra. Algumas vezes, parei a gravação, retomando posteriormente. Foi a entrevista que mais tempo levou, aproximadamente, uma hora e quarenta minutos. A sua adjetivação representa aquele que segue sempre em frente, movendo-se, não como um andariço, mas como alguém que se esforça por chegar a algum lugar, independentemente das adversidades apresentadas na vida.

seu pai, cinco anos depois em 2006, aos 91 anos de idade. Atualmente está casado com a senhora R.C.O., professora do ensino público do Estado de Sergipe, tendo duas filhas, M.C.O e M.C.O. Ambas estudantes de direito, já próximas de formação, e uma neta de 04 anos, M. A.

Como era filho de uma pessoa muito humilde, era comum estudar em colégio público, e se recorda que quando criança não pensava muito em uma profissão específica. Na medida que o tempo foi passando, exatamente no segundo grau, teve o pensamento de ser odontólogo. No entanto, diante da necessidade que tinha para trabalhar e ajudar aos seus pais, bem como a sua família de uma forma geral, declarou que passou a ficar atento às possibilidades de empregos que pudessem aparecer. Quando completou os seus 19 anos, surgiu o concurso da polícia militar para o curso de formação de soldado, em 1982, e então resolveu se submeter, mesmo sem ter conhecimento algum das singularidades daquele labor, dizia ainda que não detinha sequer conhecimento das características daquela profissão, nem tão pouco se seria detentor das aptidões que lhe habilitassem para tal, apenas queria e desejava naquele momento uma profissão, que decerto a exerceria de maneira digna para poder ajudar seu pai, como também contribuir para a melhoria das finanças da família. Ao término do concurso, quando do resultado foi aprovado e no ano de 1982 entrou para a polícia militar do Estado de Sergipe, na condição de aluno do curso de soldados.

Como não passou pela experiência do serviço militar obrigatório, não pôde agregar experiências nesse campo profissional, em virtude da sua dispensa das fileiras do exército brasileiro por excesso de contingência, então toda aquela situação vivida naquele momento, constituía-se de novidades e de surpresas, pois nem por ouvir dizer, nem tão pouco por alguém que lhe fosse próximo veio a saber daquela cultura miliciana da PM sergipana. Lembrou-se que aos dezoito anos, diante da possibilidade do serviço

militar obrigatório, não nutria sentimentos bons pelo serviço do exército, pois não gostava da sua missão. Entendia ser uma organização muito fechada e aquilo iria de encontro ao fato dele gostar de trabalhar de uma maneira mais aberta com o público. Por essa razão a atividade profissional do exército brasileiro não lhe fascinava, tão pouco lhe balançava ao ponto de exercê-la.

De igual modo, a Polícia Militar também não lhe encantava naquele início, pois o encontro com aquela profissão só fora possível pela necessidade de trabalho que imperava naquela condição de sobreviver, pois a sua natureza sociofamiliar era de muita pobreza. No entanto, comentou que quando se deu conta da sua atividade profissional de policial militar, dos seus objetivos, dos seus valores e da sua missão de proteção à sociedade, o encantamento foi lhe envolvendo de tal maneira que quando foi perceber já estava se especializando cada vez mais, ao ponto de um ano depois da formação de soldado que alcançara, já estaria cursando a academia de formação de Oficiais de Minas Gerais, uma das instituições de ensino e formação de polícia militar mais respeitada da América do Sul.

Ao fazer uma pausa, retomou falando do início da sua formação escolar. Relatou que começou seus estudos com seis na iminência de completar os sete anos. Enfatizou que era a idade ideal naquela época para se iniciar a formação escolar, diferenciando do ensino atual em que as crianças já são inicializadas nos estudos infantis com dois, três anos. Lembrou-se que esse seu início se deu no grupo municipal Manoel Eugênio do Nascimento, onde estudou por dois anos. Afirmou ter entrado lá no primeiro ano do primário, pois naquele período não existiam as subdivisões escolares conhecidas como pré-primário, infantil. Cursou depois o segundo ano e passou para o terceiro ano. Nessa época, ocorreu que o aludido grupo escolar pertencente a Prefeitura de Aracaju, ainda existente hoje no mesmo local, não comportava o terceiro ano do primário, então a sua família se movimentou no senti-

do de encontrar outra escola municipal para que ele pudesse dar prosseguimento aos seus estudos. Por conta disso, foi transferido para o grupo municipal Alencar Cardoso, no bairro Matadouro cursar o terceiro e o quarto anos do primário.

Quando concluiu o primário, passou pelo mesmo movimento em ter que conseguir outra escola, pois não havia ali o curso do primeiro grau. Foi quando novamente mudou de escola, enfatizando que sempre dentro da rede municipal. Matriculou-se na escola Presidente Vargas, onde estudou da quinta a oitava série do primeiro grau, como também, o segundo grau por inteiro. Afirmou ter sido o colégio que ele mais estudou, sendo no total sete anos consecutivos, as quatro séries do primeiro grau e as três séries do segundo grau. Formou-se no presidente Vargas, situado no bairro do Siqueira Campos.

Assim, demonstrou o seu desafio enfrentado ao fazer toda essa trajetória na condição de criança, caminhando sozinho do bairro Santos Dumont até às escolas já mencionadas, em todo o cursar do primário, estando apenas com oito anos de idade. Naquela época, dizia ele, “era muito mato, distante, havia muito perigo”. Aos dez e aos onze anos de idade, já na quinta série do primeiro grau saía do bairro Santos Dumont para o Presidente Vargas situado no bairro Siqueira Campos. Era sempre caminhando, a pé, uma vez que, não havia recursos que possibilitassem o usufruto do sistema de transporte público existente naquela época. A pobreza material determinava a condição natural humana de locomoção como o principal meio, dessa forma, a vida com o seu desenvolvimento ia ocorrendo, e ele, o ‘andante’, prosseguia rumo ao seu destino, exercitando-se, não importando sequer as questões climáticas, que eram por demais adversativas, muito calor promovido pelo sol alto e intenso a maior parte do ano, como também pelas chuvas no período do inverno, no entanto ignoradas.

Após concluir o segundo grau, recordou-se do fato de presenciar quase que diariamente uma viatura da polícia militar ir pegar

em casa o seu cunhado de cognome Gilberto Resende, naquela ocasião era tenente da polícia militar, casado com a sua irmã mais velha. O aludido oficial não conversava com ele sobre a polícia militar, nem tão pouco ele o procurava. Limitou-se a apenas observá-lo. Relatou ser interessante o seu completo desconhecimento acerca da profissão policial militar naquela período, pois sequer sabia o que seriam as designações hierarquizadas, como por exemplo: tenente, sargento. Somente muito depois tomou conhecimento dos seus significados e respectivas representações. Lembrou-se também de um posto policial da PM do seu bairro com alguns policiais. Os percebia distantes da população, reservados, chegou a sentir até um pouco de medo, e da parte deles os via também como observadores.

Recordou-se nessa época de um amigo em que comungavam das mesmas dificuldades, estudavam juntos e começaram a preparação para as submissões ao vestibular, como também para os concursos que aparecessem. Asseverou que ambos, visavam um trabalho, uma profissão. Foi nessa ocasião que surgiu o concurso para a polícia militar, no ano de 1982, que objetivava selecionar pessoas para o curso de formação de soldados da PM. Lembrou-se das dúvidas que dividiam acerca de ficar ou não na polícia militar, o concurso era por etapas, uma intelectual, outra de aptidão física e uma outra médica, dessa forma, conversavam entre si, diziam: “vamos ou não vamos?”, e a dúvida permanente os acompanhava, afinal era um mundo novo, uma experiência também nova, inusitada, e de fato, o que lhes convenceu a ir ao encontro da profissão policial militar foi a questão premente da necessidade de trabalho iminentes na ocasião daqueles dois amigos.

Conforme declarou que as etapas foram sendo vencidas chegou a hora de entrar no quartel, momento em que se viu demasiadamente assustado juntamente com o seu amigo de jornada. O seu amigo era de Aquidabã, policial aposentado atualmente,

que inclusive chegou a ser coronel juntos. A amizade permaneceu até hoje com I. C. de S. O interessante desse começo profissional deles era o fato de não saber ao certo se desejariam ser ou não policiais militares, no entanto recordou-se que as etapas foram vencidas e adentraram naquele exercício profissional. Ao chegar o dia da apresentação no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, conhecido como CFAP, lembrou-se da gritaria, relatou ser terrível. No seu entendimento o militarismo que vivenciou naquele início era pesado e assustador inclusive, exigia-se muito vigor físico, emocional e psicológico, eram diferentes as atividades diárias, todas pressionadas pelo tempo reduzido, além das aulas e das outras instruções relativas ao exercício profissional e à prática do militarismo.

Lembrou-se de quão forte era aquela formação para soldado da polícia militar, chegou a dizer que desumana, porque não concordava com aqueles tratamentos: era um tal de deitar, rolar no chão, colocar na lama, castigos físicos, todos os deslocamentos no momento do curso em acelerado (corrida), era um estado de vigília no mais alto nível, muito sofrimento. Chateou-se muito com tudo aquilo, mas entendia que precisava continuar, a fim de propor a ajuda voltada para a família, e assim seguiu o seu desafio. Era um nicho de coisas, ao tempo que era aquele purgatório, havia condição também de prestar atenção em alguns instrutores. Recordou-se do tenente Dos Anjos, atualmente coronel da reserva, por ter sido uma referência para ele em virtude da sua postura decente, uniforme alinhado, educado, gestos finos, muito diferente daqueles oficiais arrogantes, prepotentes e às vezes até violentos. O supramencionado tenente usava como instrumento o diálogo, pois segundo recordações suas, a conversação, a orientação, todos esses instrumentos poderosos que terminavam convencendo a todos a partir de uma prática diferente, com aquele seu jeito, sem o imperativo da imposição, era sim o convencimento, mediante um olhar crítico/

analítico sobre as coisas e situações. Recordou-se do quanto da admiração para com aquele oficial.

Rememorou ainda um outro oficial de destaque, o Tenente Gilberto Santos (*in memorian*) que havia sido o professor de português da formação de soldado. No início do curso relatou ter ficado com um pé atrás, desconfiado com o militar epígrafa-do. Com o transcurso do tempo passou a simpatizá-lo. Relatou que certa feita o professor lançou um desafio, quando na sala de aula. Era em torno de uma questão formulada acerca do emprego das semivogais. O mestre falara-lhes para quem acertasse a questão ganharia um prêmio. Depois de ter perguntado umas três vezes decidiu arriscar e respondeu a questão acertando-a. De repente, foi surpreendido com um arremesso do apagador sobre si, atingindo-lhe. Ficou sem entender aquela atitude do seu mestre. Certo dia, estando-o ainda chateado, como também assustado, quando do resultado da prova de português, logo depois, recebeu do seu professor as congratulações por ter sido o único dez da turma. Afirmou que a partir dali começou a ter o seu potencial explorado naquela posição de aluno, recebendo mais estímulos e incentivos, sentindo-se bem, fato que corroborou para a efetivação da aproximação junto ao professor, nascendo assim uma grande admiração.

Recordou-se ainda sobre esse fato que no final do curso, uns três, quatro meses para o seu término, o professor admirável fora assassinado na rua Bahia, bairro Siqueira Campos, zona norte de Aracaju. Lembrou-se do quanto ficou perplexo com aquele fato promovido por um desafeto daquele tenente que se valendo de um revólver ceifou-lhe a vida. Recordou-se da repercussão junto a imprensa. Chorou bastante, lembrou-se muito bem disso, um episódio que lhe marcou, pois ele era aquele oficial, no seu entendimento, exemplo para todo o corpo de alunos a ser seguido.

“A DETERMINADA”²⁰

A “Determinada”, aracajuana, atualmente Coronela da Reserva Remunerada da Polícia Militar de Sergipe, 29 anos e um mês de efetivo serviço, 54 anos de idade, casada, economista, bacharela em direito, primeira oficiala negra de destaque de Sergipe.

Nascida na maternidade Santa Isabel, bairro 18 do Forte, em Aracaju, na estrutura genealógica familiar figurou como sendo a segunda filha de uma prole de cinco filhos, três homens e duas mulheres. Primeiro, veio um filho homem, quando da segunda gravidez havia uma expectativa dos seus pais pelo segundo filho ser homem também, pois naquela época de acordo com a sua genitora, não tinha como saber o sexo do bebê, fazia-se o pré-natal, mas não era possível identificar se seria menino ou se seria menina, então prevaleciam os indicativos da sabedoria popular no tocante ao gênero, como por exemplo, formato da barriga, manchas na pele, tipos de desejos. Dessa forma, com o enxoval todo para menino, veio ao mundo (risos), contrariando as crenças populares.

No início, a sua família era formada por sete pessoas: seu pai, sua mãe, já falecida, o irmão mais velho, por ela, dois outros irmãos homens em sequência de idade e pela irmã mais nova. Do ponto de vista socioeconômico familiar, considerava-se como de classe média, seu pai, militar de carreira do Exército, sargento das armas, formado pela Escola de Sargento das Armas-ESA, em Minas Gerais. Oriundo de uma família extensa constituída por treze pessoas, das quais haviam militares integrantes da Marinha

20 A entrevista ocorreu na sua residência, um condomínio de casas fechado na zona oeste da cidade, conforme fora previamente marcada. Foi iniciada pontualmente às 08:00 horas da manhã, do dia 05 de setembro do ano de 2018. Sentamo-nos em um espaço *gourmet* da casa, por demais agradável. A entrevista fora gravada, conforme sua autorização, ocorreu sem interrupções e durou aproximadamente cerca de 59 minutos. A adjetivação que lhe fora proposta buscou representar o esforço, a vontade de vencer, de alcançar os seus objetivos, por mais que houvessem quedas em sua vida, a persistência fora uma de suas marcas a ser destacada.

e da Aeronáutica, hoje todos falecidos, restando somente ele. Conforme relatou, seu genitor era o provedor da casa, o qual, como lhe era característico, primava sempre pelos estudos de todos os seus filhos, chegando até a estudar com eles, estando assim sempre presente, devidamente cobrando-os nas tarefas escolares e comportamentais. Sua mãe cuidava da casa, dos filhos e do marido, não trabalhava fora, dando-lhes a assistência que precisavam para que todos se desenvolvessem com valores, amor e respeito ao próximo. Cresceu num lar em que haviam pessoas que lhe eram referências tanto no campo pessoal, moral e espiritual, quanto no profissional.

Atenta à sua realidade, como também consciente do esforço dos seus pais em lhes educar, abraçou aquela oportunidade que lhe estava sendo ofertada pela vida e se dedicou por demais aos estudos, pois via que muitas outras pessoas que lhe circundavam não dispunham das mesmas condições que as suas. A sua formação escolar quando da infância e da adolescência foi toda em escolas particulares conceituadas de Aracaju.

Lembrou-se que quando criança, tinha o sonho inicialmente de ser médica, essa escolha provinha quase sempre de influências em virtude de relações sociais mantidas, confessou que quis ser também muitas coisas nessa fase da vida, no entanto, registrou que nunca foi forçada a nada em casa quando das conversas em torno de profissão. Seus pais sempre lhe diziam: “a escolha é sua!” Aluziu que quando se está nessa fase da infância o céu e o infinito constituem-se em verdadeiros caminhos sem limites. Tinha o entendimento naquela tenra idade em poder ser tudo, então, sonhou em ser também enfermeira, dentista, tantas outras coisas, mas depois ao se perceber diante dos processos do amadurecimento, inclusive formacional escolar, entendeu que deveria pegar carona em outros sonhos, outros projetos, outros rumos, até se consolidar naquilo almejado. Dessa maneira, relatou que acabou por se tornar uma oficiala militar de carreira da Polícia Militar de Sergipe.

so da Polícia Militar, movida por um impulso que não soube explicar, uma vez que não havia planejado, fez a inscrição na PM/3, Setor de Ensino e Instrução da PM de Sergipe, no próprio Quartel do Comando Geral, na rua de Itabaiana, para as duas modalidades abertas, a de sargento, que tinha duas vagas, e para oficial, que havia uma vaga apenas. Recordou-se que as provas foram no mesmo dia, uma pela manhã e a outra à tarde no colégio Atheneu Sergipense, respectivamente. Na prova de sargento não havia passado e na prova para oficial ficou colocada em terceiro lugar. Após o resultado, foi convocada com outras duas candidatas totalizando cinco candidatas selecionadas. Todas foram submetidas aos testes restantes e exames conforme edital. Como as outras candidatas não apresentaram os exames no prazo, estando ela com tudo em dia, veio a ser contemplada com a vaga e viajou para a Academia de Polícia Militar do Pau D'alto (APMP), Estado do Pernambuco, exatamente no dia 21 de fevereiro do ano de 1989, carregando naquela mala além do enxoval muitas incertezas e apreensões diante do inesperado que estava por lhe aguardar.

Sentiu ainda a necessidade de falar acerca da sua formação escolar, que considerou ter sido boa, alegre e feliz. Recordou-se de quando era criança. Estudou no educandário Nossa Senhora de Fátima, onde a sua infância foi muito aproveitada. O primário e o ensino médio, tanto um quanto o outro, estudou-os no colégio Salesiano, que segundo comentou sempre foi uma escola tradicional de Aracaju, cuidada e dirigida pela Igreja Católica, e onde a disciplina, o respeito de uma maneira geral, a religiosidade e o estudo eram pontos basilares tradicionais daquela escola. Quando se falava que fulano de tal era do Salesiano, logo se comentavam dos valores cívicos/morais daquela instituição escolar. Assim, pôde se experenciar muito bem naquela escola, pois também puxava muito pelo ensino. Daí recordou-se também dos momentos de estu-

dos intensos que seu pai os acompanhava. Segundo relatou, ele dizia que o estudo era a ponte para o roteiro de vida, principalmente profissional. Entendia que havia muito empenho da parte dele e também da sua parte, pois todos os seus filhos, segundo frisou, estudaram direitinho, não houve decepção para a sua família.

O segundo grau, atual ensino médio, o fez também em escola particular, na época colégio Visão, também bem recomendado, pois era naquela tempo uma referência para se passar no vestibular, este realizado pela Fundação Carlos Chagas, do Rio de Janeiro, e aquele colégio reunia um grupo de professores com muita experiência naquele tipo de prova e de preparação. Assim que terminou o segundo grau, imediatamente foi aprovada no vestibular de economia, que cursou na Faculdade Integrada Tiradentes. Depois, já alguns anos atrás concluiu o curso de direito na universidade Pio Décimo em Aracaju/SE. Recordou-se que nessa fase de cursar economia foi também a fase que prestou diversos concursos, como o concurso da Polícia Militar, no ano de 1989, encerrando um ciclo e iniciando outro.

“O GIGANTE NO PARDIEIRO”²¹

Gigante no Pardieiro, aracajuano, atualmente Coronel da Reserva Remunerada da Polícia Militar de Sergipe, 59 anos de idade, casado com S.P.F.S., três filhos – um rapaz universitário e duas meninas – 36 anos, 10 meses e 29 dias de efetivo serviço na PM-SE, administrador e bacharel em direito.

21 A entrevista ocorreu no dia 14 de setembro do ano de 2018, às 10:00 horas, no Instituto Reviver, na sala de n.º 01, preparada para esse fim. Durou aproximadamente uma hora e dez minutos, ocorreu de maneira tranquila, sem interrupções, estando o entrevistado à vontade demonstrando satisfação naquele intento. Quando falou do seu casamento, fez questão de frisar que primeiro fora em busca de se firmar profissional e financeiramente, somente após consolidar a parte profissional que se predispôs ao casamento e ao fato de ter os seus filhos, por isso justificou ter casado relativamente tarde.

De família pobre e de origem humilíssima, nasceu no povoado Caititu, comunidade quilombola do município de Maruim-SE. Relatou que a profissão do seu pai era a de carreiro²² de uma fazenda naquele município, nas imediações do próprio povoado. Sua mãe era uma empregada doméstica daquela fazenda em que o seu pai trabalhava. Ressaltou: “como o povo da roça falava, havia sido ela cria da fazenda de Dr. Magelo e Dona Santa da Beleza”.

Naquela propriedade rural os seus pais se conheceram, iniciaram um namoro e se casaram. O interessante dessa história que seus pais compuseram é que a proprietária da fazenda, Dona Santa da Beleza Jarbelinda de Goes Meneses, fez o casamento dos dois, comprou-lhes terreno, construiu a casa, mobiliou-a, adquiriu tudo e ainda organizou e providenciou uma “festa” bonita para eles. Essa senhora era uma personalidade muito forte ali daquela região de Marium, era a mãe de Glorita Portugal, a professora Glorita, que fora durante muitos anos diretora do colégio Ateneu Sergipense, e tinha como irmão o Dr. Geraldo Magela, um dos primeiros médicos do Estado de Sergipe, sendo essa, uma família muito tradicional do Estado sergipano, conhecida por quase todos.

Oitavo filho de uma prole de nove, sendo cinco homens e quatro mulheres, não tendo nenhum militar na família, sua vida de criança era aquela vida de interior, sem tanta perspectiva quanto ao futuro profissional. O que trazia consigo era o interesse pela educação, disso alegou se recordar com muito carinho. Em toda fase de criança queria ser professor, espelhado nos ensinamentos

22 Ofício atribuído ao homem que detinha a habilidade de adestrar e conduzir os carros de bois. Tem-se registrado em documentos diversos que, no período colonial e também após a independência do Brasil, eram esses os trabalhadores “livres”, aqueles que desempenhavam funções remuneradas de trabalho árduo e pesado, principalmente nas lavouras de café, haja vista à tradição de nação agrícola que contribuíram significativamente para a movimentação econômica, tendo em vista a precariedade de estradas e dos transportes dos bens de produção no país. (VIOTTI, 2010). Essa adjetivação é sinônimo de superação, de garra, de força por mais que os dias fossem nebulosos e o futuro impreciso. O conhecimento foi alcançado, mesmo quando não lhe fora oferecido.

da sua mãe, que por ironia do destino, era uma pessoa analfabeta, não sabia ler, tão pouco escrever, no entanto detinha ela um conhecimento geral formidável, admirável, porque sendo criada na casa dessa família naquela fazenda, observando ali os costumes, as conversas, foi aprendendo muito sobre diversas coisas. Relatou que ela aprendeu a cozinhar, a bordar, até francês sabia falar devido a professora Glorita, que a ensinou, pois como era esposa do professor Portugal, ambos praticavam constantemente o francês naquela casa como hábito comum. Recordou o quanto esse fato lhe causava admiração, pois ela nunca tinha frequentado sequer uma escola. Era dotada de uma pedagogia própria que lhe encantava, ensinando-o sobre várias coisas da vida. Sua mãe era uma pessoa que sempre sonhara com a educação e que almejava ver os seus filhos todos formados, que frequentassem ao menos alguma universidade. Então, foi essa situação que lhe proporcionou uma força impulsionadora voltada para essa perspectiva de vida que o conduziu ao encontro do caminho da educação, tornando-se ele, o único integrante daquele núcleo familiar a alcançar a universidade, obtendo o grau acadêmico superior.

Rememorou, como se fosse ontem, das dificuldades porque teve que passar. Sua vida e a da sua família foram forjadas perante adversidades de toda ordem. Seu pai era carreiro, um puxador de boi, e naquela época era cultural aquele manejo para com os animais. Não detinha aquela habilidade para chamar e manejar boi, no entanto, pescou de redinha ou tarrafa como era conhecida, cortou cana, limpou as tarefas de terra a base da enxada, trabalhou de servente de pedreiro, todo tipo de serviço honesto fez, realizou.

Recordou-se que os seus passos para encontrar o caminho da educação foram árduos e difíceis. Foi alfabetizado aos 19 anos de idade, por incrível que pareça. Isso se deveu ao fato de que no interior de Maruim não existia uma escola regular. Alguns períodos apareciam os professores e lhes davam aula e toda orientação

possível, outros períodos não aparecia um mestre que fosse. Dessa maneira, relatou que não havia aquela sequência de semestres e anos letivos face a não regularidade de professores. Era de fato uma dificuldade sem precedentes. Disse ainda, que naquela época era complicado até o transporte para sair do povoado Caititu e chegar ao município de Maruim. E nesse ritmo, ele e dezenas, centenas de crianças foram ficando sem escola, sem aulas, sem professores, sem sequência em qualquer projeto pedagógico que fosse, sem sonhos, o fato é que, conforme rememorou, isso se repetiu por vários anos e ele só pôde ser alfabetizado aos 19 anos de idade, no colégio General Siqueira, quando foi para Aracaju trabalhar, momento em que se valeu daquelas noites para enfrentar os estudos com regularidade, assiduidade e dedicação, por mais exaustivo que lhes tivessem sido os seus dias de labor.

Aos 19 anos, mesmo diante de todas as desventuras enfrentadas na sua formação educacional, sabia ler, escrever, as quatro operações, tudo porque sua mãe, apesar de ser analfabeta, soube-lhe ensinar o pouco que conhecia, pois ela dominava as quatro operações da matemática, a multiplicação, a divisão, ela tinha entendimento de uma diversidade de coisas. E mesmo ele sofrendo os prejuízos daquela escola não regular, no entanto tinha o querer, a vontade, a determinação e o desejo, pois sempre fora fascinado pela leitura, e nesse sentido, quando as oportunidades lhe eram favoráveis, lia tudo que aparecesse, como afirmou: “até bula de medicações!”.

Recordou-se que quando chegou em Aracaju, ao procurar o já mencionado colégio para se matricular, enfrentou ali a primeira dificuldade do ensino formal regular. Simplesmente não possuía histórico curricular, tão pouco grade de alguma disciplina cursada que fosse, não trazia nada. Nesse momento, bateu-lhe um desespero, foi quando a professora que lhe acolhera entendeu por bem matriculá-lo no primeiro ano do primário, pois não haveria outra possibilidade. Diante daquela condição, reco-

brou-se do sentimento de frustração que lhe tomara, expressado através das lágrimas, e que somente diante da sua insistência e determinação para não ser matriculado naquela série e sim em uma outra maior, a diretora da escola propôs-lhe submeter a um exame para que a equipe pedagógica da escola e ela pudessem avaliá-lo melhor e também nivelá-lo adequadamente, colocando-o numa turma que correspondesse à sua condição de acordo com o seu aprendizado até ali. Concordou, fez o teste, e ela lhe disse como parte do acordo, que seria ele alocado na turma do terceiro ano primário e que quando chegasse no meio daquele ano seria submetido a uma outra avaliação a fim de constatar o seu desempenho, que caso fosse aprovado continuaria naquele ano, e se não fosse aprovado retornaria para a primeira série do primário. Nesses termos, fechou com ela aquele compromisso, o semestre passou, dedicou-se por inteiro obtendo êxito no exame, sendo aprovado com nota dez em todas as provas e então pôde dar continuidade aos seus estudos no colégio General Siqueira. No ano seguinte ao concluir o 4º ano primário fez o supletivo do 1º grau, o qual passou, seguindo então para o 2º grau, equivalente ao ensino médio hoje.

Recordou-se ainda, que com a certificação do primeiro grau na mão iniciou a sua submissão aos concursos que apareciam e que admitissem esse grau de escolaridade, como o da Deso, o da Energipe. Pelo dia trabalhava de servente de pedreiro com o seu irmão na construção civil e à noite dava prosseguimento aos estudos. Certo dia ao passar pela rua de Itabaiana, centro de Aracaju, visualizou um anúncio do concurso da Polícia Militar para soldados, imediatamente sem pestanejar, adentrou ao Quartel e procurou todas as informações alusivas àquele certame, parou a narração para enfatizar que isso se dava quando tinha 22 anos de idade. Ao relatar isso, lembrou-se também que a sua simpatia e admiração pela instituição policial vinham da época da sua infância, pois sua mãe pagava-lhe ‘banca es-

colar' no sentido de propiciar o melhoramento do seu aprendizado, reforçando-lhe a leitura, nas operações da matemática, enfim em ter um embasamento escolar no mínimo que fosse. Assim, relatou que no povoado havia um posto da Polícia Militar, um destacamento com dois ou três soldados e que um daqueles integrantes era quem lhe dava banca, de acordo com a sua descrição o soldado da polícia portava-se como um verdadeiro pedagogo. Naquele momento, recobrou que passou a ter muita admiração pelos policiais militares, pois aqueles que compunham aquele destacamento eram amigos, colaborativos, ajudavam por demais as pessoas da comunidade. E essa impressão guardou consigo, gerando-lhe um sentimento de simpatia pela PM sergipana.

Diante da admiração percebida com a escuta da sua história, pôs-se a esclarecer que o povoado Caititu era constituído por uma comunidade quilombola²³. Vários moradores dali atendiam às fazendas da circunvizinhança com os profissionais diversos para acolher as necessidades das atividades laborais praticadas naquelas terras, desde o plantio de cana-de-açúcar, até a prática de manejos de criações extensivas e de corte, como gado, ovelhas, porcos, galinhas, peixes, dentre outras.

Enfatizou ainda que as crianças da comunidade logo estavam a desempenhar esses papéis, pois era aquilo algo muito natural e também seguia uma tradição de família. Quando possível era aceitável o ingresso às escolas. Havia na região fazendas que eram

23 Os quilombos eram sociedades constituídas por escravos fugidos que procuravam viver por meio do trabalho livre e a partir de suas bases socioculturais e econômicas. Por muito tempo, a maior parte dos estudiosos do tema considerou que os habitantes dos quilombos vivessem totalmente apartados da sociedade escravista da qual fugiram e para a qual eles representavam uma constante ameaça. Pesquisas realizadas na última década, demonstram que as comunidades quilombolas não eram isoladas pois se relacionavam com outros grupos organizados. Recentemente as comunidades quilombolas com outros movimentos sociais camponeses conquistaram o direito à educação básica do campo. Esta é uma educação particularizada com características diferenciadas do ensino tradicional. Direitos e garantias outros, como à terra, à propriedade, à cultura passaram a ser garantidos e considerados pela Constituição Federal de 1988. (FREITAS NETO; TASINAFO, 2007)

mais próximas da cidade sendo mais fácil a sua acessibilidade, outras como a que ele morava e trabalhava eram mais distante, daí o acesso ter sido muito difícil e dependiam de uma série de fatores para que tivessem essa aquisição à escola de maneira regular. Inicialmente, começavam as dificuldades pela escassez de transporte. Não havia transporte escolar para aquela região, sequer transporte público, pois as distâncias eram muitas, as estradas ruins, os deslocamentos eram feitos quase sempre à base de tração animal, tornavam-se longos e demorados. Outro empecilho se via na precariedade dos prédios destinados às escolas, se é que poderia se utilizar de tal denominação, como havia dito, e para completar, não eram às escolas atendidas com regularidades no tocante à presença de profissionais da educação em qualquer nível, fosse ele do primário, ginásio ou do colegial.

Daí algumas fazendas, através de movimentos dos seus proprietários com prefeitos terem recebidos, de vez em quando, professores e educadores que promoviam aulas, ousou dizer sazonais, de tempos em tempos para que as crianças daquela região, dentre outras não ficassem abandonadas. A vida na fazenda relatou ser dura, o trabalho mesmo para as crianças era também penoso, acordava-se praticamente todos os dias às 04:00 horas da manhã, a luta era constante. Assim, a sua vida escolar infanto-juvenil ficou mais no campo da ilusão do que na realidade. Preocupada com essa situação, bem como vendo o seu interesse, a Dona Laura pagava banca escolar no povoado para que pudesse ao menos aprender a ler e a fazer contas.

E isso ocorreu e se concretizou tendo em vista ter ali naquele fim de mundo um “letrado” dentre aqueles policiais, que lhe possibilitou estudar ao menos três vezes por semana, entrando mês, saindo mês, e devagarinho foi aprendendo, até o dia com exatos 19 anos, quando mudou-se para Aracaju com o objetivo de trabalhar e estudar, tornando realidade o seu sonho compartilhado pela grande mulher da sua vida, a sua mãe.

“O APRENDIZ”²⁴

“O Aprendiz”, aracajuano, atualmente Coronel da Reserva Remunerada da Polícia Militar de Sergipe, 48 anos de idade, casado com J.I.S.V., dois filhos, G.V.S. – universitário em odontologia – e G.V.S. – Colegial; 28 anos de efetivo serviço, administrador e bacharel em direito. Exerceu como última função na PM sergipana o Sub Comando no biênio de 2016-2018.

De família com raízes no interior do Estado de Sergipe, cidade da Ilha das Flores, local de nascimento da sua mãe e município de Neópolis lugar de origem do seu pai. Ambos se criaram no município de Ilha das Flores, onde se conheceram e namoraram. Quando jovem, o seu pai juntamente com um primo seu, interessaram-se em fazer o concurso para oficial da polícia militar na capital sergipana. Os dois foram aprovados no certame público vindo a morar em Aracaju.

Rememorou que seu pai lhe contara, que naquela época, o curso de oficiais da Polícia Militar era feito no próprio Estado de Sergipe. A academia da polícia era em um prédio situado na avenida Hermes Fontes, que tempos depois, exatamente no ano de 1973, foi desativado, sendo a academia transferida para o último andar do Quartel do Comando Geral, hoje sede da Polícia Militar do Estado de Sergipe, funcionando ali até o ano de 1975. Depois ela foi desativada por completo e os alunos e oficiais de Sergipe passaram a ser encaminhados para outros Estados, a fim de se formarem em outras academias de Polícias Militares do Brasil.

24 A entrevista aconteceu em sua residência, um condomínio fechado situado na zona sul da capital, às 08:00 horas da manhã. Havia da sua parte uma certa apreensão, pois foi necessário voltar algumas perguntas, sendo necessário checar acerca de desconfortos. Registrou que estava sendo difícil aquele momento em virtude de ter sido surpreendido a poucos dias com a ida para a reserva compulsoriamente, face manobra desrespeitosa do alto escalão da Secretaria de Segurança Pública juntamente com o Governo do Estado. Depois a entrevista seguiu bem, sem nenhum problema. A adjetivação proposta procurou representar aquele que observa, depreende e aprende diante da vida, diante dos exemplos que lhes foram oferecidos em sua vida.

Dessa forma, seu pai se formou na polícia militar, tornando-se um oficial de carreira, depois se casou com a sua mãe e fixou residência em Aracaju. Lembrou-se que morou por muitos anos no bairro Industrial, lugar onde nascera e se criou juntamente com a sua irmã mais nova. Depois, já no final dos anos 70, mudaram-se para o conjunto Leite Neto, onde pai e mãe residem até hoje.

Recordou-se que a influência pelo militarismo sempre rondou a sua família. Destacou que os dois irmãos mais velhos da sua genitora eram, respectivamente, da marinha de guerra e fuzileiro naval. Relatou ainda que, há pouco, foi descobrir em conversa com familiares, que havia um parente militar distante, pertencente ao círculo familiar da sua avó paterna, que inclusive já fora interventor do Estado de Sergipe, também natural de Neópolis, uma figura ilustre daquele município, o general Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, conhecido como o general Valadão, que leva o nome de uma praça famosa, ponto de referência do centro comercial de Aracaju. Assim, juntamente com o seu pai e seu primo, esses foram os primeiros militares da família e, estes últimos, fontes de inspiração para a escolha da profissão que abraçou em virtude do convívio familiar diário.

Recordou-se ainda que quando criança, por ser apaixonado por futebol e por ser detentor de habilidades que o diferenciava dos demais, desejava ser jogador. Coincidência ou não, recobrou-se que seu pai também na sua juventude havia tentado ser jogador de futebol, não dando certo em virtude do amorismo do esporte aqui no Estado. No seu caso, fez testes em clubes sergipanos e chegou a jogar em algumas equipes amadoras do Estado, mas depois chegou a conclusão que aquilo não era para ele, tendo em vista as dificuldades que se somavam de maneira por demais desvantajosa, como também surtida de incertezas, tudo muito difícil, inclusive sem perspectivas financeiras, sequer profissionais. Ao narrar esses fatos deu a ver o quanto o seu genitor lhe fora um referencial na sua vida como um todo, inclusive expressou isso

verbalmente tacitamente. Seguiu os passos “do velho amigo”, denominação dada carinhosamente ao ente paterno, praticamente em quase tudo, do esporte à profissão. Quando o seu pai chegava do trabalho, lembrou que vestia a sua farda e ficava brincando em casa de polícia e bandido. Calçava os seus coturnos, colocava o seu boné e a brincadeira seguia, parando somente quando da intervenção zelosa, mas firme da sua mãe.

O tempo passava e a inspiração em ser militar aumentava, recordou-se que fez três concursos para ser oficial da PM, sendo aprovado em dois, e finalmente no último, precisamente no ano de 1991, fora chamado para o curso de formação de oficiais na Polícia Militar do Estado de Alagoas, que se iniciaria no ano de 1992, na Academia Senador Arnon de Mello²⁵. Lembrou-se da alegria de toda a família, pois dava prosseguimento a algo que havia se tornado uma tradição de família, pois já haviam três oficiais de carreira da Polícia Militar na sua família, “seu velho amigo”, um primo do seu genitor e o irmão caçula da sua mãe.

Rememorou-se ainda, que quando criança estudou no colégio Educandário Nossa Senhora da Purificação, uma escola particular situada na rua São Cristóvão, em Aracaju. Esse estudo e a sua permanência lá foi do primário até a quarta série primária. O seu primeiro grau, da quinta até a oitava série, foi no colégio do Salesiano, escola particular, tradicional de Aracaju pelo fato do ensino e da condução disciplinar colocada como base da formação pelos

25 Senador por Alagoas nos anos de 1951 a 1956. Ficou conhecido nacionalmente, quando na plenária do dia 04 de dezembro de 1963, por atirar com um revólver contra Silvestre Pérciles de Góes, também senador por Alagoas após um desentendimento. Nenhum dos tiros atingiu Silvestre, que também estava armado, no entanto dois tiros acertaram mortalmente o Senador José Kairala, de 39 anos, que substituiu o Senador José Guiomard. Eram aquelas as últimas horas do Senador Kairala que antes de passar o cargo veio a falecer tragicamente na frente do filho pequeno, esposa e mãe que o prestigiavam naquele último trabalho. O Senado pressionado pela população aprovou por 44 votos a 4, a prisão dos senadores atiradores. Pouco tempo depois foram soltos e, no ano de 1964 foram declarados inocentes pelo Tribunal do Júri de Brasília (<https://br.noticias.yahoo.com/ha-30-anos-pai-de-fernando-collor-matou-um-senador-dentro-congresso130734410.html?fbclid=IwAR2r3siv7hB51EX6nWMPsXycHbRP5EmNPptJPzabopa5yTD8OB4jWEaoX8>).

religiosos, padres e freiras. O segundo grau, atual ensino médio, foi iniciado no colégio Gonçalo Rollemberg Leite, nas proximidades do Conjunto Leite Neto, onde cursou até o segundo ano. No terceiro ano, voltou para o colégio Salesiano, concluindo o segundo grau, no ano de 1987. Como não havia passado no vestibular naquele ano, e por ser desportista de futsal, ganhou bolsa de estudos e foi fazer o terceiro ano assistente no colégio Arquidiocesano no ano de 1988.

No ano seguinte, em 1989, passou no vestibular para o curso de licenciatura em física, que imediatamente foi compelido a trancá-lo face o serviço militar obrigatório, como também por ter sido aprovado na seleção para o Curso de Oficiais da Reserva do Exército brasileiro, o NPOR. Assim, o ano de 1989 foi aquele que praticamente iniciou sua carreira militar. No ano seguinte, em 1990, após desvincular-se do exército, reabriu a matrícula na Universidade Federal de Sergipe e passou a cursar física mirando o curso de engenharia civil, pois voltaria a tentar novamente a aprovação naquele curso. Foi ainda no ano de 1990, que no meio do ano terminou o seu compromisso com o exército brasileiro quando da realização do estágio profissional à aspirante-a-oficial, também obrigatório. Nesse estágio, pelo fato de ter se destacado, foi selecionado e convocado para servir na tropa no ano seguinte em 1991. Fato esse aceito por ele, causando-lhe muitíssima felicidade, pois no fundo, sempre quis aquilo.

Assim, o ano de 1991 foi aquele divisor de águas daquele menino que sonhava em ser oficial do exército e que naquele momento realizava o idealizado. Foi também o ano que lhe conduziu para as fileiras do oficialato da Polícia Militar, pois motivado com aquela nova condição, juntou-se a alguns colegas e amigos de ideário profissional que estavam consigo no exército naquela experiência também, e foram todos fazer o concurso de oficial da PM, concurso esse já feito e experienciado por ele por exatos duas vezes, em que em um primeiro momento havia passado no

certame, no entanto não classificado, no ano seguinte aprovado e classificado, mas não selecionado. Com essa bagagem experimentou a aprovação e a convocação no concurso de oficiais da PM de Sergipe, juntamente com mais alguns amigos do exército. Anos depois, após ter se formado oficial da PM, graduou-se em administração, emendando os estudos, e em seguida o bacharelado em direito, ambos na Universidade Tiradentes, cursos esses por demais contributivos para o bom exercício profissional realizado na Polícia Militar do Estado de Sergipe.

2.3 - DA ANÁLISE CATEGORIAL DAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS

Esta seção tem por objetivo precípuo e específico identificar e analisar os processos representacionais simbólicos, estes transformados em categorias, que tratem da origem familiar, da formação escolar, da escolha profissional e também do ingresso na carreira policial militar dos sujeitos pesquisados, a partir das narrativas biográficas. Assim, utilizo-me da análise de conteúdo, conforme anunciado na seção anterior, vislumbrando seu tratamento com a finalidade de dialogar com as comunicações ora anunciadas. De acordo com Bardin (2007, p. 37), essa metodologia assinala:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A partir desse entendimento, deduções lógicas e justificadas referentes ao emissor, seu contexto, bem como os efeitos produzidos dessas mensagens serão conduzidas a partir da linguagem, da fala dos sujeitos no seu aspecto individual e do ato da linguagem.

Deste modo, buscando as suas significações, identificando o não dito, aquilo que ficou escamoteado por trás das palavras. No entanto, relativamente claro através de suas mensagens necessitando da decodificação analítica para a efetivação do seu entendimento.

Assim, a primeira categoria a ser analisada é a origem familiar na forma de apropriação, ou não, dos sujeitos acerca do seu núcleo familiar genealógico, que do ponto de vista representacional permita, ou não, ao indivíduo a identificação sua com valores, tradições, costumes, perfis psicológicos, comportamentais. Enfim, um ponto de ligação que lhe dê alguma forma ou maneira de sentido, de orientação quer seja, moral, social, econômica, dentre outras. Em todos os sujeitos pesquisados essa categoria foi marcadamente determinada em seus discursos, evidenciando aspectos tradicionais, culturais, morais, econômicos, sociais e até psicológicos. Portanto, a importância familiar representa um fato que não deve ser esquecido, assemelhado a um alpinista que ao chegar no topo da montanha, faz questão de contemplar toda a sua dimensão e gigantismo, principalmente, do ponto onde iniciara sua escalada a fim de nunca esquecer o quanto fora difícil. No entanto, foi possível vencer todas as adversidades, conforme os trechos narrativos:

[...] eu sou de origem do bairro Santos Dumont, periferia de Aracaju. Meu pai tinha como profissão carroceiro, minha mãe ajudava meu pai naquilo que fosse, ela costurava em casa. Eu venho de uma família de dez irmãos comigo, seis mulheres e quatro homens[...]. (O ANDANTE DE UM TEMPO)

[...] minha família é formada por sete pessoas: meu pai, minha mãe – que Deus já levou –, um irmão mais velho, uma irmã, dois irmãos homens em sequência de idade e por mim, que sou a mais nova. Então, éra-

mos sete, hoje somos seis. Somos uma família de classe média, meu pai sempre primou pelos estudos, sempre focado com seus filhos estudando ali, sempre cobrando. E da minha parte, eu sempre abracei porque eu via que outras pessoas não tinham aquela oportunidade. Meu pai era do exército brasileiro, foi fazer a ESA em Minas Gerais[...]. [...]minha mãe quando do primeiro filho, deixou de trabalhar como contadora de um posto de combustível, no bairro Siqueira Campos, passando então a cuidar exclusivamente da casa, dos filhos e do marido, assistia a todos com cuidados, amor e zelo. (A DETERMINADA)

Meu pai e minha família eram de origem humilde. A profissão do meu pai era a de carreiro de uma fazenda em Marumim, no povoado Caititu. Minha mãe era empregada doméstica, trabalhava na mesma fazenda que meu pai. Ela foi cria da fazenda de Dr. Magelo e Dona Santa da Beleza. Lá os dois se conheceram e casaram e tiveram nove filhos, sendo eu o oitavo, cinco homens e quatro mulheres. Como meus pais eram muito queridos pelos proprietários da fazenda, a Dona Santa da Beleza Jarbelinda de Goes fez o casamento, comprou o terreno, fez a casa, mobiliou e fez uma festa. (O GIGANTE NO PARDIEIRO)

[...] bom, minha família é de origem do interior do Estado de Sergipe, da cidade de Ilha das Flores e do município de Neópolis. Minha mãe nasceu no município de Ilha das Flores, meu pai em Neópolis. Ambos se criaram em Ilha das Flores, e meu pai após ser aprovado no concurso da polícia militar foi morar em Aracaju depois se casou com a minha mãe. [...]

Ele fez concurso para ser oficial da PM. Ele e um primo dele, certo?! Foram aprovados e vieram morar em Aracaju. Na época o curso de oficiais era feito aqui mesmo no Estado de Sergipe. [...] E assim, moramos muitos anos no bairro Industrial, onde eu nasci e me criei, depois já no final dos anos 70, nos mudamos para o conjunto Leite Neto, onde meus pais moram até hoje. (O APRENDIZ)

[...] A minha infância fora marcada por muitas brincadeiras, e também por uma mãe zelosa que se desdobrava na educação e cuidados para com as suas crias, a esta época apenas eu e meu irmão mais novo. As dificuldades da família eram muitas, a figura paterna provedora materialmente do lar, era também aquela que promovia dissensões provindas de uma imaturidade psicológica e emocional, associado ao uso/abuso do álcool fazendo da violência doméstica uma de suas manifestações mais marcantes e, infelizmente, inesquecíveis. (O MENINO DE AÇO)

Das cinco narrativas observadas três chamam a atenção face à condição socioeconômica desfavorável, no entanto com a manutenção de valores morais e educacionais, podendo-se inferir que mesmo diante do desfavorecimento financeiro e econômico, tais valores se mantiveram firmes, tornando-se construtores de ideais a serem perseguidos e conquistados. Outras duas narrativas corroboraram a influência da tradição cultural que modelos representativos podem influenciar em tomadas de decisões a fim de se alcançar determinadas carreiras. Essas condições confirmam o entendimento de Josso (2006, apud SOUZA, 2016), ao retratar a “história de vida” como uma forma de permitir ao sujeito a tomada de consciência de suas potencialidades de ator social.

Conforme relata. “A vivência cotidiana apresenta-se desde então como uma mediação rica de promessas para o conhecimento e a educação individuais e coletivas.” (JOSSO 2006, apud SOUZA, 2016, p.297).

Destarte, no tocante à categoria formação escolar entendida como aquela em que o sujeito simultaneamente ao seu desenvolvimento percorreu, de maneira linear e progressiva as séries educacionais escolares, mediante a aquisição de habilidades, competências e conhecimentos, estas agregadoras do caráter e da personalidade, percebeu-se que quase todos tiveram uma formação escolar linear, mesmo diante de dificuldades sociofinanceiras. Esse percurso formacional possibilitou o amadurecimento no tocante às escolhas voltadas para a profissão almejada, conforme se observa nos discursos:

Aos meus 6 para 7 anos de idade ingressei na escola municipal Manoel Eugênio do Nascimento, no bairro Santos Dumont, onde estudei o primeiro e segundo anos do primário[...], [...] fui fazer o terceiro e o quarto anos do primário na escola Alencar Cardoso, no bairro Matadouro [...]. Aí na escola Presidente Vargas, bairro Siqueira Campos, eu estudei a quinta, sexta, sétima e oitava séries do primeiro grau, e as três séries do segundo grau[...]. Aí fiz essa trajetória, já criança, imagine... segundo, terceiro anos com apenas oito anos de idade ia caminhando sozinho, saía do bairro Santos Dumont para o bairro Matadouro e depois de alguns anos para o bairro Siqueira Campos, já aos onze anos, quando da quinta série. Então assim caminhando, a pé, minha família muito pobre, e já existia ônibus, mas eu não tinha dinheiro para ir de ônibus, então a gente tinha que ir exercitando mesmo, caminhando..., [...] me formei no Presidente Vargas. [...]Na me-

dida que o tempo foi passando, no segundo grau, tive o pensamento de ser odontólogo, dentista. (O ANDANTE DE UM TEMPO)

Eu estudei no educandário Nossa Senhora de Fátima, o primário. O ensino médio, estudei no colégio Salesiano, e o científico, como era chamado naquela época eu estudei no colégio Visão. [...]Eu queria ser médica, eu nem sei porque, quando a gente é criança sonha em ser muita coisa, médica, enfermeira, dentista, mas acabei sendo militar. Agente quando criança sonha muito, mas depois quando vai para a formação educacional vai pegando outros sonhos, outros rumos até chegar onde a gente gosta. (A DETERMINADA)

Eu estudei no colégio Educandário Nossa Senhora da Purificação, na rua São Cristóvão, até a quarta série do primário. Depois estudei no colégio Salesiano até a oitava série. Logo em seguida, estudei no colégio estadual Gonçalo Rollemberg até o segundo ano do segundo grau, e no terceiro ano, eu voltei para o colégio Salesiano e concluí o meu segundo grau no ano de 1987. Depois dessa conclusão cheguei a passar no vestibular para física-licenciatura, na Universidade Federal de Sergipe, que inclusive cheguei a cursar dois períodos. Como não havia passado no vestibular naquele ano de 1987, e por ser desportista de futsal, ganhei bolsa de estudos e fui fazer o terceiro ano assistente no colégio Arquidiocesano no ano de 1988. (O APRENDIZ)

[...]Com o dinheiro da indenização trabalhista, minha genitora adquiriu uma casa na zona norte de Aracaju e fomos matriculados no então colégio Tiradentes, na

época uma das escolas de referência da cidade. Aque-la escola praticava o modelo educacional vigente da ocasião, em que a disciplina e o empenho aos estudos eram as bandeiras lá praticadas. Havia um veigo religioso muito forte, este católico, com práticas de ora-ções e missas em determinadas datas mensais. O culto ao civismo era outro ponto que merece destaque. Toda quinta-feira, antes das aulas serem iniciadas, havia o hasteamento do Pavilhão Nacional, em que os alunos eram postos perfilados por turmas e diante da bandeira nacional o canto do hino com o seu hasteamento, em que era feito por um aluno de destaque em notas e disciplinas, e por um professor desse aluno. Muitas das vezes fui esse aluno. O sétimo e oitavo anos foram feitos na Escola Estadual Presidente Costa e Silva. [...] Já o segundo grau foi realizado no Colégio Atheneu Sergipense, na época, referência de escola pública. Havia laboratórios de química, de física e de línguas, com uma biblioteca estruturada e organizada. (O MENINO DE AÇO)

Os relatos dos percursos escolares remete àquele momento de preparação, em que as coisas tomam proporções em nosso redor, muitas vezes sequer percebidas. O fato é que a formação de cada sujeito aqui tratada de maneira narrativa nos conduz a um hiato temporal que quando no momento do seu experimentar é passado despercebido, não há um mecanismo de identificação que faça a junção do fato passado ao vivido, e que se consiga atingir o futuro de uma maneira clara. Isto observado nos discursos em que todos os sujeitos, sem exceção, narraram-se remetendo-me a uma impressão de serem guiados, sem uma lucidez clara até um certo ponto.

Essa interpretação suscita outros questionamentos, como por exemplo: Estaria esse formato educacional a serviço de algum pro-

cesso político-ideológico controlador minuciosamente arquitetado, posto em prática e desenvolvido? Estaríamos nós ‘afogados’ em uma massificação alienante incapazes de reagirmos a todo esse processo enquanto envoltos? Decerto que tais perquirições proferidas nesse sentido só foram possíveis por conta da metacognição feita sobre as narrativas minha e dos sujeitos pela necessidade do encontro com esse outro interior resultante desse exercício reflexivo que a narração de si, voltada para esse fim, tem me proporcionado, como também pelos sujeitos pesquisados.

Diante dessas inquietações metacognitivas há uma narrativa de um sujeito pesquisado acerca da categoria formação escolar, que me chamou a atenção, por retratar uma realidade que fora experienciada por brasileiros interioranos no século XX, conforme segue abaixo:

[...] Olha, por incrível que pareça, eu fui alfabetizado aos 19 anos de idade. Porquê no interior de Maruim não tinha assim, uma escola regular. Era assim, anos iam professores, outros não ia um sequer. Então, não tinha assim aquela sequência de professores, havia dificuldade. Naquela época era difícil o transporte para sair desse povoado para Maruim. Eu sei que ficava assim, começava e terminava, e eu só vim ser alfabetizado com 19 anos de idade aqui mesmo em Aracaju, no colégio General Siqueira, à noite.[...] A outra dificuldade se via na estrutura da escola do povoado Caititu. Era assim, tipo uma casa velha, faltavam carteiras, tudo, muito precário. (O GIGANTE NO PARDIEIRO)

Ao refletir sobre as falas do Gigante no Pardieiro diante daquela condição, que lhe fora “imposta” pelas circunstâncias da vida, como não me remeter à obra *Dos Pardieiros e Palácios*, do

autor Luciano Faria Filho (2015), quando a partir de um percurso da organização da escola primária, possibilitou-nos compreender os símbolos do Estado Republicano que se firmava no Brasil de outrora?

Filho (2015) analisa que os grupos escolares tornaram-se símbolos do Estado Republicano, e que dessa forma nasciam os “palácios” da modernidade, como sendo a construção de grupos escolares de arquitetura sofisticada, que se contrapunham às instalações precárias das escolas isoladas conhecidas como “pardieiros”. Dessa forma, marcava-se assim a “modernidade” proposta e firmada pela República. As construções dos “palácios” estrategicamente eram em pontos centrais das regiões, vistos como instrumentos de progresso e mudança. Como exemplo de “palácio”, o experienciado pelo Menino de Aço que estudou no Atheneu Sergipense, símbolo dessa modernidade, com direito a arquitetura esplendorosa. Tais modelos impactaram o ordenamento espacial e temporal do fenômeno educativo com práticas escolares voltadas para tais fins.

Desse modo, não há como não se aproximar da história da educação brasileira a fim de entendermos os processos idiossincráticos que foram anunciados em todas as narrativas deste estudo. Ao longo da história, as tendências pedagógicas da educação brasileira, naquelas que eram consideradas escolas tradicionais e mantiveram-se como tal, formaram-se através de contextos políticos, sociais, econômicos e culturais de acordo com o momento histórico e suas políticas de formação, bem como, o alcance dos objetivos, face aos cenários.

Assim, os processos de dominação e controle se fizeram marcantes, pois, atendendo às condições de exploração, marcada pela presença forte e firme dos jesuítas no século XVI, seguido de conjunturas de controle no período imperial, na medida em que se iniciavam demandas políticas nativistas, bem como pelo surgimento de classes sociais, face ao desenho da consolidação de uma nova nação (VIDAL, 2000).

Ainda de acordo com Vidal (2000), na República, mais especificamente em meados dos anos 20 e 30 do século XX, inicia-se no Brasil, o movimento da escola nova²⁶ com o objetivo inicial de substituir as ditas “escolas tradicionais”, representantes de um passado obsoleto, bem como, com a finalidade de disseminar valores e normas sociais para o ensino infantil, a fim de atender aos apelos da moderna sociedade constituída a partir de preceitos capitalistas do trabalho produtivo e eficiente. A característica desse trabalho individual visava à produção industrial. Para tanto, o aluno, a fim de desenvolver o seu novo saber desde a educação infantil deveria desenvolver habilidades condizentes à nova realidade brasileira, baseado em um método não mais no saber supremo do professor, mas com foco no aluno que teria condições de participar da construção do conhecimento.

O discurso de preservar a individualidade da criança, de acordo com autora, aborda três conteúdos escolares: a escrita, leitura e ciências naturais, adaptado à modernidade, pondo fim ao discurso higiênico, focando-se agora no discurso da psicopedagogia. Havia, portanto, a não admissão do ensino forçado, e sim do aprendizado funcional, em que, o processo de desenvolvimento das relações e da comunicação pessoal eram enfatizados. Há de se destacar que no século XIX ler e escrever eram consideradas capacidades fundamentais do indivíduo. A sociedade moderna iria demandar por uma escrita clara, legível e rápida. Assim, destacava-se as premissas que faziam defender a escrita muscular: velocidade de traço, legibilidade e adequação às condições reais de trabalho escolar.

26 A escola nova foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. O Escolanovismo desenvolveu-se no Brasil sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais. O rápido processo de urbanização e a ampliação da cultura cafeeira trouxeram o progresso industrial e econômico para o país, com eles surgiram graves desordens nos aspectos políticos e sociais, ocasionando uma mudança significativa no ponto de vista intelectual brasileiro (FARIA FILHO, 2000).

Para assegurar essas condições, mesmo antes dos cadernos de caligrafia, o instituto de educação na década de 1930 mandava imprimir cadernos para os seus alunos. Do mesmo modo que a escrita, a leitura também repousou em um movimento de impregnação de práticas escolares. A leitura silenciosa despontou como a resposta para os apelos da nova sociedade moderna com a revalorização das bibliotecas. A introdução das ciências naturais como disciplina no ensino primário foi o resultado de apropriações escolares e práticas sociais. Os alunos eram levados a observar, mediante a utilização do método intuitivo que valorizava a aquisição de conhecimentos pelos sentidos (VIDAL, 2000).

Neste andamento, a construção de nação só poderia ser atingida com a escolarização da massa. A quem interessaria essa proposta? Seria uma necessidade da nação, ou um atendimento a um impositivismo imperialista econômico/cultural? O fato é que, o tal modelo, considerado novo, recebia influência estrangeira, tendo um grande desafio: estender o pensamento, as estratégias e a difusão da escola nova para todo o território nacional.

Por outro lado, registros de utilização da educação para processos de domínio e controle, encontram-se na obra de José Silvério Baía Horta *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil* (1999). O autor explicita que em 1934 o Ministério da Educação em conjunto com o Conselho Superior de Segurança Nacional, elaboraram o Plano Nacional de Educação, face o risco da atuação dos “comunistas” no país e a oposição ao sistema de governo.

Logo, alterações foram sendo propostas na educação, atingindo todas as escolas brasileiras. Como por exemplo, a introdução obrigatória de exercícios de educação física em todas as classes do ensino secundário. Mais tarde implantada uma política eugênica, para o “revigoramento físico da raça”. De acordo com Horta (1994), a igreja, mediante ‘acordos’ com o regime de governo autoritário, exerce a sua influência, instituindo-se o ensino religioso

como instrumento de formação moral da juventude estudantil brasileira contra o liberalismo e o comunismo, empregando assim uma ação através da escola para a reestruturação das bases do nacionalismo cristão.

A condição de Estado laico estava tão somente no papel, as práticas atestavam a não separação da igreja e do Estado, legitimando-se o autoritarismo como regime político. De acordo com Horta (1994), ocorre verdadeiramente a utilização da educação para servir aos interesses do Estado despótico brasileiro, tendo-se ações desenvolvidas nas escolas de todo país. Houve assim, alterações de currículos escolares, como a implantação da disciplina de Educação Moral e Cívica, a implantação e a utilização de hinos e cantos orfeônicos, como forma de alienação, docilidade e controle, mediante as mensagens contidas e absorvidas pela juventude estudantil brasileira. Todo esse processo retratado por Horta (2012) foi, de alguma forma, vivido e experienciado pelos envolvidos na pesquisa. Atendia-se a um processo dominante e sequer se apercebiam das manhas ideológicas que sustentavam toda essa roda viva.

Este período também foi marcado pela grande expansão das instituições escolares e a ampliação vertiginosa das vagas. Houve o acirramento do embate entre os defensores da escola pública *versus* a escola privada, criação de órgãos voltados à pesquisa e à modernização educacional e o início da tramitação da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Surgem, também, vários movimentos culturais e educacionais populares, acompanhando o acendimento das lutas populares da sociedade civil organizada (PAIVA, 1983).

De acordo com Paiva (1983), no meio desses movimentos, surge a principal proposta pedagógica libertadora no Brasil, elaborada por Paulo Freire, tido como “referência de uma pedagogia progressista de esquerda”. A Pedagogia do Oprimido, ou Libertadora, elaborada por Freire, surge dentre outras condicionantes, pelo desencanto provocado pela tramitação da LDBEN que co-

locou em risco as possibilidades progressistas da escola pública na solução dos problemas do Brasil.

De acordo ainda com a autora, Paulo Freire, com a Pedagogia Libertadora, entende todo ato educativo como político e que o educador é aquele “humanista revolucionário” que de mãos dadas com o “oprimido” conduzirá ação político-pedagógica para a construção do “homem novo”, que promoveria a transformação da sociedade.

Para Paiva (1993), Paulo Freire opunha-se à política de massa, alienante que escravizava o homem e por conseguinte a sociedade. Logo, entendia a escola de acordo com as concepções da sua época, era reprodutora dos mecanismos de dominação, não inclusiva e opressora. O aluno construído/formado por essa concepção de escola que Freire combatia, era despossuído de crítica, alienado, escravizado a um sistema perverso de controle social. Desta forma, buscando-se em Freire uma sustentação, podia-se encaminhar a escola brasileira para um rumo diferente do que estava trilhado por ela, enquanto espaço de luta hegemônica.

Tais aspectos da história política do país que reverberaram nos sujeitos dessa pesquisa ressaltam a sua relevância, pois apontam para o desenvolvimento, transformação e adequação pelas quais passou e tem passado a educação no Brasil, como também a influência que se apregoa em gerações na efetivação de valores, tomadas de decisões e na construção social, a partir das representações que são construídas, desenvolvidas e vividas, cada um à sua maneira.

Ainda de acordo com a análise categorial, escolha profissional atenderá às perspectivas assinaladas dos sujeitos pesquisados quando da tomada de decisão referente à disposição profissional a seguir. Assim, assinalo que o Brasil daquela época da primeira metade do século XX, com suas contradições pressionou a tomada de decisão dos sujeitos (Andante de Um Tempo e o Gigante no Pardieiro), uma vez que, num primeiro momento,

os processos de escolhas foram determinados pela condição socioeconômica emergente, aliada à predisposição da aceitação. Na base da escala piramidal das suas necessidades estaria o emprego propiciador da sustentação da família e da vida pessoal. Há de se acrescentar que as duas vivências experienciais foram duras e cheias de obstáculos difíceis de serem superados, fazendo com que o raciocínio influenciador numa tomada de decisão captasse imediatamente o concreto, não significando que não houvesse o devido espaço para os sonhos, sendo estes, também expressados, conforme declarações abaixo:

[...] Na verdade, como eu era filho de uma pessoa muito humilde, estudava em colégio público, pois era normal naquela época. No segundo grau me vinha muito a ideia de ser odontólogo (dentista), mas é... com a necessidade de trabalhar e ajudar aos meus pais, minha família de uma maneira geral, isso foi ficando de lado. Aos 19 anos, surgiu o curso da polícia militar – o curso de formação de soldado –, em 1982. Eu não sabia o que era, não conhecia as características daquela atividade, apenas queria uma profissão para poder ajudar meu pai a melhorar as finanças, e então naquele ano entrei na PM de Sergipe. (ANDANTE DE UM TEMPO)

[...]O meu 1º grau eu fiz na escola John Kenedy. Assim que eu saí do General Siqueira prestei exame para o supletivo e passei, e mesmo assim continuei a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries. Estudei dobrado, e o fiz no John Kenedy. Depois que eu tirei o 1º grau, eu fui para o José Antônio da Costa Melo fazer o 2º grau pedagógico. E me recordo que no período da 5ª a 6ª série eu fiz o concurso para a polícia militar, isso no ano de 1981, para soldado.

[...] O processo foi o seguinte, eu estava bem preparado porque eu tinha feito o supletivo daquela época lá e eu estudava muito à noite e trabalhava de servente de pedreiro durante o dia com meu irmão, como também me submeti a vários concursos. Concursos da Deso, concurso da Energipe, fiz vários. Um dia, nessa minha caminhada, quando eu passava ali na rua Itabaiana vi um anúncio: “Concurso da Polícia Militar”. Eu adentrei no quartel e procurei saber como era que se fazia para prestar aquela seleção. Eu tinha 22 anos nessa época. [...] Então, eu subi e fui falar com o Sargento Santos que me mandou falar com o tenente Barroso, que me encaminhou por sua vez ao Capitão Miller. O capitão Miller disse: “olha a inscrição fechou ontem, mas vamos aqui fazer um ditado para ver a sua situação, e o Sargento Santos foi quem ditou, escrevi mais ou menos umas 30 linhas. Depois que ele corrigiu, reuniu-se com o Tenente Barroso e com o Capitão Miller e chegaram a conclusão que eu tinha condição de me inscrever. Disseram-me: “você está inscrito, a prova vai ser amanhã”. Um mês depois quando eu fui olhar a relação eu estava aprovado. (O GIGANTE NO PARDIEIRO)

Desse modo, para os outros sujeitos a escolha profissional foi se desenhando a partir de processos emocionais e psicológicos. Em dois casos específicos, a Determinada e o do Aprendiz, o processo modelacional da figura paterna fora por demais contributivo e influenciador, já no caso do Menino de Aço, fora mais consistente do ponto de vista dos aspectos psicológicos quando da interação do lúdico com o real. No caso deste último o sonho em ser um herói, no segundo sujeito a realidade concreta desse herói, representado pela simbologia da instituição e seus componentes, conforme se pode constatar nas narrativas:

[...] eu queria ser militar, mas não para a polícia e sim para o exército, porque meu pai já era do exército, e também eu só queria se fosse para ser oficiala. [...] Aí meu pai me viu decepcionada com os concursos e colocou um recorte de jornal com o anúncio do concurso da PM. Eu não queria fazer, fiz a inscrição somente na véspera de ser encerrado tanto para sargento quanto para oficial. O de sargento eu não passei e o de oficial fiquei em terceiro lugar, no entanto, chamaram as cinco primeiras. (A DETERMINADA)

[...] Eu fui muito inspirado por meu pai em casa, e eu seguir a carreira militar. [...] Mas minha inspiração para entrar na Polícia Militar foi sempre o meu pai e meu primo. [...] Foi o exemplo do meu pai. Eu tinha um exemplo em casa, e sempre via ele uniformizado e o exemplo dele foi o que me balizou e canalizou a ser um oficial PM. (O APRENDIZ)

Tudo me encantou, os pelotões, os cânticos em coro, os gritos de “guerra”, a vibração dos movimentos marciais, as diferentes fardas, os carros, os instrumentos bélicos, os cães, os cavalos. Pareciam que as dezenas de bonecos de soldados que eu tinha naquele saco mágico, haviam saído do seu anonimato onde eram guardados e tomado vida, e de repente estavam ali em na minha frente brincando de “verdade”. O meu entusiasmo com pulos, gritos de alegria e de espanto satisfez a minha mãe, que via com isso a missão cumprida naquele jornada. Ao sairmos da Avenida, logo pedi a minha genitora que me comprasse uma bandeirinha do Brasil e lhe disse que quando crescesse gostaria de ser um soldado. Desejo esse va-

lidado por um sorriso de aprovação da sua mãe. (O MENINO DE AÇO)

Como observado nos relatos, os projetos pessoais que traduzem sonhos, aspirações, encontram seus caminhos na dinâmica de vida que lhes fora imposta em decorrência, de circunstâncias incontroláveis, ressaltando-se que mesmo sob tais suscetibilidades não ficam em menor plano os desejos de vir-a-ser e de ser, aliás as dimensões de atuação humana são em grande parte resultados desses movimentos identificados nessas histórias relatadas, conforme entende Josso (2006, apud SOUZA, 2016, p.423), ao afirmar que:

Os relatos de histórias de vida permitem confirmar uma constatação importante para legitimar a importância das práticas de explicitação e de desenvolvimento de projetos de formação: o caráter extremamente heterogêneo das motivações, necessidades e desejos que dinamizam o investimento de estudantes adultos e profissionais em formação contínua.

Nesse entendimento, o presente estudo demonstra que a possibilidade da presença de situações adversativas ou até mesmo ameaçadoras ocorridas junto aos sujeitos pesquisados, adquiriram *status* motivacional que os conduziram a determinadas experiências, circunstâncias inevitáveis com os seus devidos desdobramentos e consequências, voltadas para o exercício da atividade profissional policial militar.

Assim, a categoria ingresso na carreira policial significando o marco temporal de um novo ciclo de vida, as condições específicas desse trabalho, como também o que seria necessário para a realização de um labor em que o indivíduo pudesse se reconhecer em atividade, como ser reconhecido por sua contribuição. De

acordo com as narrativas biográficas colhidas, presume-se que dos cinco relatos apenas dois sujeitos não sabiam, tão pouco compreendiam, o fazer laboral policial militar, como também não detinham conhecimento das habilidades e competências necessárias para que pudessem não só exercer tal atividade, mas desenvolver o processo do reconhecer-se. O que se observa no depoimento do Gigante no Pardieiro, que se inscreveu para o concurso de maneira fortuita ao passar por determinada rua, e também pelo discurso abaixo relatado do Andante de Um Tempo:

Eu me lembro que nós tínhamos dúvidas se iríamos ou não ficar na polícia militar, o concurso era por etapas, uma etapa intelectual, outra etapa do físico, etapa das condições de saúde... assim, então conversávamos um com o outro: 'vamos ou não vamos?!'. Aquela dúvida permanente... eu sei que as etapas foram sendo vencidas e chegou a hora de entrar no quartel, e nós assustados. [...] Eu sei que chegou o dia da apresentação no centro de formação e aperfeiçoamento de praças (CFAP), e fomos lá. Era uma gritaria terrível, o militarismo realmente pesado e assustador, inclusive, mas fomos e enfrentamos tudo aquilo, fomos colocados para assistir aulas, tinham muitas instruções assim. Eu cheguei a considerá-las desumanas... eu não concordava com aqueles tratamentos, e o jeito de deitar, rolar, não sei mais o quê... esses tipos de coisas de colocar em lama, então assim, eu não concordava. Me chateava muito, mas eu precisava continuar, precisava ajudar minha família. E assim foi um desafio. (ANDANTE DE UM TEMPO)

Dessa maneira, faz-se necessário tratar por fim de algumas questões de ordem psicológica para o entendimento dos desdo-

bramentos que fatos circunstanciais muito próximos aos mencionados podem promover na percepção das crianças. Inicialmente, mister aclarar à maneira pela qual o processo cognitivo infantil é visto pela psicologia de acordo com Piaget e Inhelder (1969, apud Patterson, Eisenberg, 2013, p.156), ao afirmar que

[...] as crianças somente alcançam a fase das operações formais – na qual os problemas são solucionados objetivamente pelo processo de testar hipóteses – com a idade de 11 anos ou mais. Antes desse momento, a criança desenvolve-se através de várias fases primitivas, caracterizadas por aquisição da linguagem, egocentrismo e solução de problema centrada em objetos concretos.

Assim, eventos traumáticos ou impactantes em uma criança abaixo dos 11 anos certamente serão significativos mesmo diante da limitação verbal em cima de objetos, pessoas e pela capacidade limitada de descrição de acontecimentos simples. Igualmente, poderá representar-se através do lúdico, demonstrado na sua condição de brincar, mecanismo esse encontrado pelo sistema psíquico em desenvolvimento para a adequada manifestação emocional. Algumas características definem essa fase do desenvolvimento humano, pois para a criança o mundo é eterno, tendo-se uma perspectiva limitada do tempo e ela acredita figurar, mediante sua compreensão, como o centro do seu entorno, no seu mundo circundante. Tem na dependência um dos seus maiores aspectos, uma vez que seus desejos, comportamentos e sentimentos necessitam da regulação alheia (PATTERSON, EISENBERG 2013, p.157).

Contudo, já é do domínio da psicologia que crianças pequenas passam pelo processo de sentir angústia, inadequações, perigo e frustrações, originando as primeiras formações daquilo que Beck (1967, apud, Young, Klosko e Weishaar, 2008, p. 22) chamou de forma-

ções de esquemas²⁷, estruturas constituidoras da personalidade que se desenvolvem como resultado de experiências da infância nocivas ou não, que a depender de como ocorrerão as significações podem figurar como o centro dos transtornos de personalidade.

Ao seguir o raciocínio acima descrito, pode-se compreender que as dificuldades vivenciadas, conforme relatado nos casos de alguns sujeitos, como o do Andante de Um Tempo e o do Gigante no Pardieiro e no caso específico do Menino de Aço pela separação prematura da família, a incerteza da estabilidade das coisas, o futuro incerto, a necessidade de segurança e proteção para ele e para os seus familiares, tudo foi conduzindo-os inconscientemente para algo que lhe fosse claro no tocante a representação de segurança, de força e proteção. Ilustra bem a relação da percepção do desejo em sempre ser o “Homem de Ferro” ao brincar com os bonecos inanimados, que tomavam vida face ao atendimento das necessidades emocionais não satisfeitas.

No tocante à situação acima mencionada nos relatos dos sujeitos Andante de Um Tempo e do Gigante no Pardieiro, há de certa maneira uma busca pela profissão face às dificuldades encontradas na vida havendo ali uma necessidade de proteção e de proteger, resultando um sentimento altruístico do bem servir, quando da percepção de identificação com aquele papel social. De uma outra maneira singular e assemelhada, sem o caráter dos sofrimentos, mas sim dos processos motivacionais oriundos da admiração dos caminhos percorridos ao encontro da profissão no caso de a Determinada e o Aprendiz, efetivados pelo processo de identificação com o ente paterno, considerado esse fenômeno pela psicologia como um efeito de modelação viven-

27 Para Beck (1967, apud Young, Klosko e Weishaar, 2008, p.22) esquemas referem-se, em termos gerais, a qualquer princípio organizativo amplo que um indivíduo faça uso para que lhe possibilite a compreensão da sua experiência de vida. Formado nas etapas iniciais da vida ou em momentos posteriores, adquirem estrutura de complexidade, fazendo com que o indivíduo funcione em amplo sentido, em todas as suas dimensões, mesmo quando não mais aplicáveis. Um esquema pode ser positivo ou negativo, adaptativo ou desadaptativo.

ciado no aspecto familiar, também formador de esquemas saudáveis ou adaptativos.

A certeza de se tornar um militar de carreira apresentada aos quatro anos de idade pelo Menino de Aço confirma a manifestação de um esquema adaptativo, assemelhado ao de um herói que de forma análoga relata os detalhes do sonho que tivera acerca do seu futuro quando imaginara que seria um libertador idealizado, que venceria a escravidão sofrida e libertaria não só os seus, mas todos aqueles que se mantivessem em igual regime de sofrimento. Cabe aqui esmiuçar a definição de esquemas revisada trazida por Young (2008, p.22) como sendo,

(...) um padrão amplo, difuso; formado por memórias, emoções e sensações corporais; relacionado a si próprio ou aos relacionamentos com outras pessoas; desenvolvido durante a infância ou adolescência; elaborado ao longo da vida do indivíduo; disfuncional em nível significativo.

Os movimentos que o Menino de Aço fez, enquanto individualidade, a partir da infância, manifestado por comportamentos, foram respostas adaptativas a um esquema de padrões emocionais e cognitivos autoderrotistas em virtudes dos enfrentamentos demandados, com a inesperada morte do ente paterno ocasionando a separação e divisão de toda a família. Difere do conceito no tocante a sua disfuncionalidade, uma vez que seria registrada por uma dificuldade de superação, manifestada pela formação de esquemas iniciais desadaptativos, originadores de transtornos mentais. O que não foi o caso observado, aliás em nenhum dos demais sujeitos. Houve sim o desenvolvimento de resiliência diante dos novos cenários em que se iam desdobrando visto em praticamente todas as narrativas apresentadas. Isto posto, confirma o entendimento de Josso (2006, p.418) ao afirmar que:

Os relatos de histórias de vida permitem confirmar uma constatação importante para legitimar a importância das práticas de explicitação e de desenvolvimento de projetos de formação: o caráter extremamente heterogêneo das motivações, necessidades e desejos que dinamizam o investimento de estudantes adultos e profissionais em formação contínua.

Por outro lado, mesmo diante de um evento adversativo pode-se encontrar contextos desenvolvidos de motivação, capazes de impulsionar dinâmicas de vida em busca de processos almejados. A partir desse momento, quando o Menino de Aço se viu acolhido pelas “tias” pedagogas, além do carinho recebido, foi conduzido a direcionamentos voltados para os estudos, que seria então a porta a ser alcançada para a mudança de perspectiva de homem e de mundo que logo se concretizaria. Os casos do Gigante no Par-dieiro e o do Andante de Um Tempo também são reveladores dos determinismos perante uma carreira. O primeiro, ao deixar a família no seu povoado, vindo para uma outra cidade, com diversos enfrentamentos, carregando como bagagem a convicção forjada de uma infância de sofrimento e de duras realidades. O segundo caracteriza-se por um encontro solitário, pessoal, consigo mesmo, diante de uma realidade assistida, vivenciada. Naquele encontro de si mesmo não cabia ninguém, apenas ele e sua consciência. Logo, vivia-se também uma separação da família no campo psicológico, pois havia chegado o momento dos enfrentamentos necessários para ajudar aos seus, e esse caminho só poderia ocorrer sozinho, pelos seus próprios movimentos, como fora feito. Neste sentido, relata Josso (2006, p.452) que

Os humanos vivem em mudanças e graças às mudanças, são temporalidades, mas cada um desenvolve relações particulares com os estados de mudança, as

situações em mudança, os conflitos dessas mudanças e seus ritmos.

Tal afirmação ajuda a entender que as mudanças sofridas foram forças impulsionadoras que contribuíram para o desenvolvimento pessoal, expandindo nos sujeitos uma capacidade de resiliência necessária para o exercício futuro da atividade profissional militar. As narrativas contribuem para o entendimento de que esse tipo de habilidade não se aprende em escolas ou em cursos, forja-se com o vivenciar de experiências agradáveis e desagradáveis, bem como o que se depreendem delas.

Essas experiências que a infância proporcionou aos sujeitos pertencentes a esta pesquisa confirmam o anunciado em Passeggi (2016, p.72, apud Bruner, 1997, p.78), ao declarar que a reflexão e a capacidade de projetar do indivíduo são habilidades desenvolvidas desde a infância para lidar com os enfrentamentos proveniente da cultura, a fim de encontrar um equilíbrio sobre o permitido e sobre o proibido. Nesse sentido, relembro a projeção elaborada pelo “Menino de Aço” quando criança ao idealizar o soldado que poderia ser como sendo esse caminho a fonte resolutora para o “eu” diante dos problemas ali enfrentados.

A próxima seção disporá da continuação das narrativas (auto) biográficas, trazendo em toda a sua composição o cumprimento do roteiro de entrevista, subdividido em dois blocos de perguntas, acrescida das respectivas análises categoriais, conforme demanda do presente estudo.

– 3ª SEÇÃO –

DOS PERCURSOS DA FORMAÇÃO-ATUAÇÃO DO OFICIAL POLICIAL MILITAR EM SERGIPE

3.1 - DA CONCEPÇÃO DE SUJEITO À FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR

[...] com exatos quatro anos e onze meses [...] [...] Ao sairmos da Avenida, logo pedi a minha genitora que me comprasse uma bandeirinha do Brasil e lhe disse que quando crescesse gostaria de ser um soldado. (MENINO DE AÇO)

[...] diante da necessidade de trabalhar e ajudar aos meus pais e a minha família [...]. Quando completei os meus 19 anos, surgiu o concurso da polícia militar para o curso de formação de soldados, em 1982, e então resolvi me submeter [...]. (ANDANTE DE UM TEMPO)

[...] Exatamente por um impulso que não sei explicar, pois não havia planejado, fiz a minha inscrição na PM/3, no próprio Quartel do Comando Geral [...]. (A DETERMINADA)

[...] Pelo dia eu trabalhava de servente de pedreiro com o meu irmão e à noite dava prosseguimento aos meus estudos. Certo dia ao passar pela rua de Itabaiana, centro de Aracaju, vi o anúncio do concurso da PM para soldados, imediatamente entrei no Quartel [...]. (O GIGANTE NO PARDIEIRO)

A abertura dessa seção se dá mediante a apresentação das narrativas dos sujeitos epigrafadas acerca do momento nucleico motivacional para ingresso na instituição policial militar de Sergipe. De acordo com os percursos apresentados pelos atores desta obra assistidos desde a seção anterior, há de se questionar: haveria ou não “determinismos” que especifiquem tais escolhas?

Assim, uma tomada de decisão a respeito de se formar, quer seja em um regime militar, quer seja em uma atividade profissional de cunho civil, seja ela qual for, perpassa por uma diversidade de aspectos conforme entende Josso (2006, apud SOUZA, 2016, p.500), como por exemplo, questões éticas, mediante valores imanentes constitutivos de intenções e de projetos pessoais, sem desconsiderar as raízes de pertencimento originadora desses valores, como também estéticos, a partir de uma concepção de norma própria baseada na percepção subjetiva do sujeito, exarando-se o grau de domínio ou de perfeição a que se pretende alcançar, e por fim os aspectos epistemológicos definidores de modelos e padrões a serem perseguidos, a partir de referenciais teóricos e de processos de aprendizagens propiciadores de reflexões como se fossem “bússolas” norteadoras de rumos. Daí, concluir a complexidade em torno da escolha de um processo de formação.

Dessa forma, apresento o objetivo desta seção que é o de mapear e analisar os percursos de formação especificamente militar, como também, examinar a correlação da formação-atuação militar em Sergipe dos sujeitos pesquisados, de acordo com a apresentação das narrativas.

A análise ora proposta de acordo com o arcabouço metodológico da história oral biográfica, constitui-se na continuidade da entrevista supramencionada na seção anterior, a partir do método da análise de conteúdo, a qual prosseguirá em mais dois blocos restantes de cinco perguntas temáticas cada, ocasião em que finalizo o roteiro de entrevista semiestruturado aplicado neste trabalho, diante da sua sequência, agora a saber, quadro 3, conforme segue abaixo:

Quadro 3 – Roteiro de entrevistas com categorias (2ª parte)

<p>Segundo Bloco de Perguntas:</p> <p>Ao entrar na polícia militar de Sergipe, qual a concepção de sujeito que você tinha sobre si mesmo?</p> <p>Como se deu a sua formação inicial, quais expectativas aquele momento trazia?</p> <p>Considerando que a carreira do oficial policial militar exige formação continuada, como se deu e em que contextos você foi formado?</p> <p>Como as experiências vividas ao longo da profissão fizeram parte da sua formação?</p> <p>Que fatos eminentemente ligados à formação marcaram a sua vida na carreira policial militar?</p>
<p>Temas Principais e Secundários:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concepção de si (<i>self</i>); - Formação inicial (expectativa); - Formação continuada; - Experiências vividas profissionalmente e formação; - Fatos marcantes e formação.

Fonte: Autoria própria

Igualmente visando compreender os questionamentos postos, darei prosseguimento às narrativas (auto)biográficas, em que seguirei a mesma sequência apresentada na seção anterior no tocante à disposição dos sujeitos e suas narrativas, a qual retomarei pelo “Menino de Aço”, conforme segue:

“O MENINO DE AÇO”

Relatou ter sido sempre uma pessoa irrequieta, curiosa, questionadora, motivada com a vida, esperançosa e ao mesmo tempo preocupada com o futuro. Sempre fora admirador dos livros, de uma boa história, adorava romances desde os autores nacionais clássicos aos ficcionais. Por conta disso, adentrou à Universidade

Federal já aos dezessete anos, no curso de licenciatura em letras. No campo da religiosidade, fonte também de sua atenção desde os seus 14 anos de idade, via na doutrina espírita uma concepção especial de encarar a vida, pois a entendia como aquela dotada dos preceitos valorosos que mais se aproximavam como respostas para os questionamentos socráticos a respeito do indivíduo, sua origem e seu destino, algo que lhe mobilizava por demais enquanto ser existencial. Relembrou acerca da importância que dera aos estudos e como esses poderiam lhe conduzir aos seus sonhos, condição essa reforçada pela figura materna, daí ter sido um estudante aplicado, esforçado e disciplinado. Dotado de um vigor físico invejável, mesmo magrinho, fez do esporte, especificamente do atletismo e da natação, ambos praticados com desenvoltura, práticas regulares que lhes acompanharam por muitos anos, sendo essas modalidades talvez o segredo para tanta resistência em atividades que exigissem esforços físicos e psicológicos.

Com esses pré-requisitos adentrou à polícia militar aos 22 anos de idade, mediante concurso público, após ter passado uma experiência de um pouco mais de três anos no exército brasileiro como oficial subalterno, sendo esta experiência a consolidadora da sua decisão em seguir a carreira policial militar, muito embora as missões das instituições militares fossem totalmente diferentes. Encontrava-se motivado e entusiasmado.

Conforme relatou, as duas experiências foram distintas. A primeira, a do exército, primou mais pelo militarismo raiz, enaltecedor da Pátria, dos símbolos nacionais, do civismo, de valores e principalmente do patriotismo como traço de caráter e de desprendimento para o exercício pleno da cidadania, isto é, a pátria – “Terra Mãe” seria mais importante que a própria vida. Já a formação policial militar, após aprovação em concurso público, fora iniciada no ano de 1992, na academia de polícia militar Senador Arnon de Melo, localizada na entrada principal de Maceió/AL, desenvolveu-se a partir da ancoragem militar propriamente

dita, como forma de docilizar e controlar o indivíduo, mediante à imposição de castigos físicos e atividades intensas desgastantes que deveriam ser superadas, acompanhadas de retóricas oracionais alienantes e ruminativas voltadas aos pressupostos de fortalecimentos das estruturas psíquicas, segundo apregoavam os seus instrutores, algo hoje entendido como equivocado pelo declarante. Enfatizou ainda que o regime era de internamento integral, isto é, dormia-se e acordava-se na academia. Nos três primeiros meses não era permitido ir para casa, a fim de se cumprir o calendário acadêmico militar e o processo de adaptação.

Assim, acrescidos aos treinamentos militares, lembrou que o primeiro ano fora marcado pelo processo de amoldamento, uma vez que, o principal objetivo era o de selecionar indivíduos que não se adaptassem ao regime ora imposto, a fim de excluí-los do processo formacional, conseqüentemente do curso. Relatou que esse fato se assemelhava a algo eugênico, do tipo selecionar o forte do fraco, o mais habilidoso do menos habilidoso, aquele dotado de reflexos do não dotado, dos mais resistentes emocionalmente daqueles mais vulneráveis, os mais corajosos daqueles menos corajosos. Havia o estímulo à competição, tudo era motivo para se promover uma disputa, tudo muito arquitetado nessa estratégia perversa/adaptativa.

Nesse sentido, o desenvolvimento do curso se dava a partir de um quadro de trabalho semanal, conhecido como QTS, que funcionava como agenda colocada à disposição dos cadetes com uma semana de antecedência para que todos pudessem se preparar para a semana seguinte de estudos e atividades militares. Nesse quadro informativo havia a distribuição das disciplinas e atividades voltadas à formação policial militar. Tudo era avaliado, até mesmo a arrumação das camas, bem como a limpeza dos alojamentos, banheiros e as áreas comuns da academia. Lembrou ainda, que foi o ano que mais pressão houve por parte dos oficiais instrutores para com os cadetes, eles precisavam deixar apenas os “adaptáveis” àquele regime.

Relatou ainda que no primeiro ano foram ministradas 22 (vinte e duas) disciplinas, distribuídas 11 (onze) por semestre. Compreendiam desde disciplinas de Metodologia Científica, Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), Sociologia, como as eminentemente militares como as de Comunicações PM, Policiamento de Rádio-Patrolha, Técnica Policial Militar. Recordou-se que havia avaliações após cada aula, as chamadas verificações imediatas (V.I.), a fim de mensurar o aprendizado imediato do conteúdo, que fazia parte ao final do bojo das avaliações, as chamadas verificações complementares (V.C.) e as verificações finais (V.F.), respectivamente com pesos 1, 3 e 6.

No segundo ano, em 1993, conforme descrevia, as pressões foram diminuindo, no entanto, aumentou o número de disciplinas para 23, sendo que no primeiro semestre foram ministradas 12 (doze), estas voltadas tanto para a parte legal, isto é, do direito, como as de cunho profissional policial. As responsabilidades como planejamento e pronto emprego de policiamento em eventos marcantes do calendário turístico, bem como o policiamento ostensivo na orla de Maceió foram outros pontos fundamentais, aproximando os cadetes dos processos de planejamentos operacionais, em que o exercício do comando era algo já posto em prática, exigindo-se as características de chefia e liderança, atributos essenciais para o exercício do oficialato policial militar, também sob as égides de avaliações e orientações relevantes promotoras de aprendizados teóricos e práticos.

O terceiro ano foi um dos mais importantes para o declarante, pois apresentava-se como o cadete de n.º 02 na escala hierárquica, posição essa adquirida mediante o “excelente” desempenho escolar nos anos anteriores. Relatou que os processos de antiguidade e merecimento na academia eram extremamente valorizados e seguidos dentro de padrões gerais que poderiam ser alcançados por aqueles que se interessassem e se esforçassem mais. Havia também uma modificação no contexto das exigências, pois já se

cobravam atitudes de oficiais, mesmo estando ainda na condição de cadete. Todas as atividades da academia eram gerenciadas e organizadas pela turma do terceiro ano, que além de tudo teria que dar conta também das questões acadêmicas estas com 21 (vinte e uma) disciplinas, sendo 10 (dez) no primeiro semestre e 11 (onze) no último juntamente com os estágios práticos avaliativos.

No final daquele ano de 1994, relatou que houve o coroamento com a formatura e a declaração a aspirante-a-oficial, retornando então para o Estado de Sergipe, a fim de desenvolver as atividades laborais na área de segurança pública junto à polícia militar sergipana. Expôs ainda que o curso de formação de oficiais tem o reconhecimento pelo MEC como equivalente a um curso superior, recebendo a nomenclatura atualmente de bacharelado em segurança pública.

Afirmou também que a carreira do oficial de polícia militar em todo o Brasil é regulamentada por legislações. Estas vão desde a esfera federal a partir da Carta Magna, passando por decretos federais, a exemplo do decreto de n.º 88.777, datado de 30 de setembro de 1983, que aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares, o chamado R-200, até as legislações estaduais.

Assim, relatou que o curso de formação de oficiais se constitui como o curso basilar da carreira, habilitando o oficial policial militar, de acordo com os interstícios, a passar pelos postos de 2º tenente, 1º tenente até o posto de capitão, momento em que o oficial é obrigado por força de lei a fazer o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, conhecido como CAO, em que receberá a habilitação para alcançar os postos de major e de tenente coronel. Ao atingir este último, deverá se submeter ao curso superior de polícia para a devida habilitação ao comandamento da instituição policial militar como Comandante Geral, caso seja escolhido pelo governo, após atingir o último posto que é o de coronel policial militar.

Rememorou que no seu caso foi promovido a 2º tenente no ano de 1995, em 25 de agosto, a 1º tenente no ano de 1997, também em 25 de agosto, e a capitão no ano de 2000 no já mencionado dia e mês. Narrou ainda que no ano de 2000, fez o curso de Políticas e Estratégias Nacionais equivalente ao CAO, sendo que por questões de problemas no convênio com a Universidade Tiradentes e a Secretaria de Segurança Pública a fim de ter o curso reconhecido teria que adentrar em questão judicial face a necessidade de complementação de carga horária e apresentação do trabalho de conclusão de curso, vindo a recusar aquele caminho, muito embora praticamente a turma toda houvesse conseguido o referido título. Após recusar a matrícula em outros Estados da Federação, que ofereciam o curso de aperfeiçoamento de oficiais, nos anos seguintes, em virtude do desenvolvimento de trabalho como Diretor de Trânsito da SMTT de Aracaju, no ano de 2004, fez o curso de Segurança da Sociedade e Cidadania, *lato sensu*, em convênio com a Universidade Federal de Sergipe e a Secretaria de Segurança Pública, equivalente ao CAO, realizado na Academia da Polícia Civil em Aracaju.

Rememorou que o curso de Segurança da Sociedade e Cidadania trazia inicialmente o conforto de estar sendo ministrado no próprio Estado facilitando a condução das atividades profissionais, como também o não afastamento do seio familiar. O curso de exatos doze meses trouxe disciplinas voltadas a nova concepção de polícia, mais próxima de filosofias associadas aos direitos humanos, ao policiamento comunitário e a uma exigência de profissionalização e melhor tecnicismo do aparelho policial, tanto ostensivo, quanto judiciário. Houve ainda o oferecimento de seminários e palestras com personalidades do cenário nacional, enriquecendo e valorizando o processo de formação e capacitação.

Disse ainda que o aludido curso foi o primeiro momento de integração dos agentes das forças policiais dos Estado de Sergipe, juntando numa mesma classe, oficiais da polícia militar, delegados de polícia civil, oficiais do corpo de bombeiros e agentes

patrulheiros da polícia rodoviária federal. Relatou que por conta dessa estratégia houve a ruptura de arestas importantes para o bom desenvolvimento de atividades de segurança pública com mais integração e cooperação por parte das forças envolvidas.

Retratou outro ponto forte da capacitação quando do enfoque na administração, gestão e as estratégias de planejamento operacionais voltados todos à segurança pública em Sergipe. O aludido curso, segundo relatou, foi um constituidor de ferramentas importantes para a gestão adequada das unidades operacionais da polícia militar do Estado. Por fim, desenvolveu como trabalho de conclusão de curso uma pesquisa acerca das *blitz* em que se utilizou dos achados teóricos da psicologia, modificando as suas estruturas e atuações, promovendo mais cidadanias naqueles tipos de abordagens, contribuindo dessa forma para o melhoramento da relação da PM com a sociedade sergipana. Narrou ainda ter sido o primeiro colocado intelectual do curso, fato este que repercutiu favoravelmente para a imagem da polícia militar, uma vez que, havia outras instituições de segurança pública envolvidas.

Após a narrativa acerca do CAO, mencionou um fato curioso, que fora a sua promoção ao posto de major que em nada dependeu do mencionado curso. Relatou que de acordo com a Lei de Promoção dos Oficiais da PM Sergipana, há um dispositivo que especifica os tipos de promoções, sendo-as por antiguidade, merecimento, *post mortem* e por bravura.

Nesse sentido, ocorre que a sua data de promoção ao posto de major, de acordo com o interstício, estava prevista para o ano de 2004. No entanto, um dos pré-requisitos era a conclusão do curso de aperfeiçoamento, que em virtude das atividades de trabalho, não pôde tal requisito ser atendido. Assim, a sua turma fora promovida ao posto de major naquele ano, exatamente no dia 25 de agosto, sendo o declarante preterido.

Desse modo, no dia 1º de setembro daquele ano, em Aracaju, precisamente ao meio dia, relatou que presenciou um assalto

a uma agência dos correios em que dois suspeitos fugiram com malotes de dinheiro pela rua Gonçalo Prado sequestrando um taxista bem a sua frente. O fato é que minutos após, em outra rua, precisamente na Avenida Barão de Maruim, após dispor de uma carona fortuitamente solicitada de um condutor a esmo, conseguiu surpreender os furtivos numa ação de assalto e inopinada, de pura técnica e coragem e os prendeu num semáforo daquela extensa avenida salvando o sequestrado, recuperando os valores subtraídos, bem como prendendo os suspeitos que se encontravam armados com revólveres e pistolas, sem sequer ferir alguém.

Este fato, meses depois, devidamente apurado, rendeu-lhe em meados de abril de 2005, a promoção ao posto de major, em ressarcimento por preterição, a contar da data do feito, tornando-se assim o 2º oficial na história da PM sergipana a ser promovido por um ato de bravura, ato este realizado em destacada solenidade no Teatro Tobias Barreto, com ampla divulgação do feito no meio social sergipano, registrando ter sido um dos momentos mais significativos em sua carreira profissional. Então, ao concluir o aludido curso, já estava devidamente promovido face a previsão legal, bem como das suas modalidades.

Ainda relatando acerca da formação continuada, informou ter concluído no início de dezembro do ano de 2018 o curso de especialização em gestão estratégica em segurança pública (CEGESP), *lato sensu*, desenvolvido no Estado da Bahia, na cidade de Salvador, na academia de polícia militar do Bomfim. Afirmou ainda que o curso fora realizado no período de 06 de março a 05 de dezembro do referido ano e que reuniu oficiais do posto superior, majores e tenentes coronéis de diversos estados brasileiros, tornando o curso ainda mais plural, propiciador de análises maiores no tocante às problemáticas que circundam a segurança pública no País. O curso fora ministrado por doutores, mestres e especialistas no campo da ciências humanas, abrangendo as áreas da Educação, Filosofia, Psicologia, Administração, Ciências Jurídicas e da Segurança Pública.

Ressaltou de maneira mais enfática que o curso aprimorou conhecimentos junto às políticas de segurança pública e de defesa social, otimização do desenvolvimento do policiamento comunitário e de direitos humanos, bem como o desenvolvimento de políticas de gestão de pessoas e da coisa pública. Dotado de uma carga horária de 400 horas, em que também pôde ser contemplado com seminários e palestras com secretários de governos e doutores das universidades federais do Brasil, o seu fechamento se deu com uma viagem de nove dias para a Colômbia em que fora visualizada de perto as boas práticas com excelentes resultados do emprego do policiamento comunitário eficaz e proficiente nas cidades de Medellín e Bogotá, onde já foram palco de domínio do crime organizado, com índices mundialmente alarmante de homicídios, e que hoje não ocupam mais esse cenário de horror, em virtude da melhoria de políticas e do fortalecimento dos aparelhos de segurança social daquela nação.

Com bom ânimo destacou acerca da relevância da mencionada viagem de estudo, em que pode constatar resultados satisfatórios reais a baixo custo mediante o investimento na capacitação e treinamento dos aparelhos policiais evitando o ferimento de direitos civis e tornando a polícia mais profissional e tecnicamente mais bem preparada para os desafios do enfrentamento da violência junto àquela sociedade, podendo-se dentro dos aspectos de semelhança e adequação aplicar tais preceitos filosóficos e operacionais na segurança pública brasileira.

Relembrou ainda que o seu exercício profissional fora regado de vivências significativas, ocasiões em que, por diversas vezes, pôde colocar em prática os conhecimentos teóricos aprendidos nos bancos escolares de sua trajetória e formação militar. Recordou-se que logo no ano de 1995, no mês de janeiro, quando de serviço de oficial de operações, serviço de chefia de rádio patrulhamento motorizado, em uma ocorrência no bairro extremamente carente de Aracaju, conhecido como Santa Maria, foi

atender a um chamamento de socorro por volta das 22:00 horas, naquela ocasião informado pelo COPOM (Centro de Operações da Polícia Militar), via sistema de rádio, o antigo 190, que em relação ao atual sistema parecia atender mais a população, inferiu entre os dentes (risos). Assim, depois de enfrentar atoleiros e muita lama, com sua guarnição composta por dois soldados, um motorista e um outro patrulheiro, face as precárias condições das estradas, estas inexistentes, “facilitada” pela noite sem lua cheia, uma vez que iluminação pública naquela comunidade à época era um luxo, chegou na humilde casa de tijolo cru, sem reboco. A vizinhança já aguardava na porta, quando adentrou rapidamente para se apropriar do quadro. Lá se deparou com uma senhora que apresentava sinais claros que entraria em trabalho de parto naquele instante. Fez uma pequena pausa, e continuou dizendo que quando entrava de serviço de rádio patrulhamento, levava consigo um quite confeccionado com auxílio da sua esposa por ser enfermeira com materiais de primeiros socorros, sugestão esta assimilada em um dos cursos que fizera sobre primeiros socorros, e que por vezes em reuniões de oficiais chegou a sofrer brincadeiras (*bullying*) por parte de alguns colegas por entenderem descabida a mencionada atitude. O Quite era composto de uma caixa média de isopor, envolto com uma capa de jeans com zíper, e no seu interior dispunha de bisturis, gaze, esparadrapo, ataduras, álcool, tesoura, curativos para ferimento torácicos, luvas cirúrgicas e algumas medicações de uso pessoal sem restrições. Então, de imediato, diante daquele cenário se apropriou do seu material, calçando imediatamente as luvas e solicitando ao soldado patrulheiro que lhe auxiliava, a mesma atitude.

Ali diante daquele inesperado pôde aplicar as técnicas aprendidas auxiliando aquela senhora à dar a luz, pois a remoção naquelas condições seria inapropriada. Muito embora fosse a primeira vez diante de uma situação como aquela, conduziu o parto, a criança nasceu, fez todos os procedimentos junto ao cordão

umbilical, higienizou a parturiente, acondicionou a placenta em saco plástico e logo em seguida promoveu a sua condução com seu bebê, e um outro familiar para a maternidade Santa Izabel, a fim de que houvessem os cuidados devidos e mais adequados para com aqueles assistidos.

Nesse momento, disse que a atividade policial ostensiva esteve sempre na vanguarda junto às demandas da sociedade. Recordou que naquela época havia um serviço precário de ambulâncias promovido pela prefeitura municipal aracajuana, no entanto a sociedade mais carente recorria ao aparelho policial militar e ao corpo de bombeiros face a tamanha confiança depositada naquelas instituições, bem como pela facilidade promovida pelas chamadas gratuitas do 190 e 193. Essa experiência e muitas outras, relatou terem sido parte constitutiva do profissional que se tornou, colocando-o numa percepção muito maior que aquela explorada nas academias policiais de combater tão somente o crime.

Ainda sobre a sua formação relatou que mesmo diante dos equívocos doutrinários dos instrutores a respeito da compreensão da atividade policial, talvez motivados por um resquício de um regime político autoritário não tão distante, não deixou de observar a meticulosidade e cuidados que esses mentores de formação dispensavam para com todos os instruendos, a começar pelos processos de segurança que eram obsessivamente checados em todas as instruções, chegando a causar irritações, principalmente as de armamento, munição e tiro. Todas as instruções traziam como primeiro objetivo a segurança que deveria ser incorporada por todos. Esse fato chamou-lhe a atenção ao ponto de certo dia já na condição de aspirante-a-oficial, instrutor do CFAP, comandante do 3º pelotão, presenciar um acidente com arma de fogo que veio a vitimizar mortalmente um aluno de soldado, amigo seu de infância, face a um descumprimento de regra de segurança por um outro aspirante-a-oficial, que adentrou a sala de aula para ministrar instrução de armamento, em um determinado pelotão,

portando munição real. Mesmo fazendo a intervenção no sinistro socorrendo à vítima, não obteve êxito em salvar o seu amigo. Diante disso, entendeu a obsessividade dos seus instrutores quando de maneira incompreensível à época, insistiam na condição da promoção da segurança no exercício da atividade policial.

Assim, afirmou que as formações continuadas também têm sido destinadas a reparar tais deformidades originadas a partir da primeira formação, uma vez que, têm a seu favor os processos experienciais vividos por cada um de seus integrantes, que, de uma maneira ou de outra, puderam avaliar os danos e benefícios que determinado comportamento doutrinário aprendido à época nesta atividade puderam ocasionar, a partir das consequências produzidas.

“O ANDANTE DE UM TEMPO”

Antes de continuar a narrativa, mediante o questionamento proferido, deixou o olhar penetrar nas lembranças naquele lapso temporal, como se fosse resgatá-las em algum lugar, suspirou, trouxe o olhar de volta, fitou o entrevistador, e dotado de um encorajamento relatou que a sua concepção de sujeito era a de um romântico e esperançoso, acreditando que a sociedade iria melhorar significativamente no futuro. Continuou a narração afirmando que igualmente cria que o estudo fosse a única forma dele alcançar o oficialato na polícia militar do Estado de Sergipe. Lembrou-se que tamanho fora o seu entusiasmo com a PM que chegou a pensar em ser cabo ou até mesmo sargento, decidindo-se pelo prosseguimento na carreira, passando então a se esforçar agora no estudo com a dificuldade de administrar o tempo, cada vez mais escasso por conta do trabalho que lhe cobrava os turnos. Possuidor do segundo grau, expressou que era uma raridade encontrar policiais naquele grau escolar integrando a PM, pois entendia que aquela profissão não oferecia atrativos para os jovens

que detinham mais estudos, o ano era 1982. Então, juntamente com o seu amigo “I. C. de S.²⁸” passou a estudar dentro da margem do tempo que lhes apresentasse.

No transcurso da narrativa, lembrou-se que no final do curso de soldado um colega seu chegou a informá-lo acerca da seleção do Curso de Oficiais (CFO) e da presença de uma equipe de outro estado encarregada de fazer a dita triagem. Ao procurar informações daquela nova situação, tomou conhecimento por ouvir dizer que era um concurso disputado com uma procura significativa por parte de militares estaduais, civis e até integrantes do exército brasileiro e que a condição mínima para submissão seria ter o segundo grau completo. Diante dessa situação desenvolveu o pensamento falando para si mesmo: “Se eu tenho o segundo grau, que é a condição para fazer o concurso, então vou me submeter!”. De imediato, diante da decisão tomada, convidou o seu amigo e companheiro de estudos, detentor também das mesmas condições e juntos começaram a se organizar para a almejada seleção.

Também, narrou que ao terminar o curso de formação de soldados, em dezembro de 1982, primeiro ano da sua admissão na PM sergipana, estava bem preparado para a aquela seleção. Fez a prova intelectual para o curso de formação de oficiais, passou, e em seguida fez o exame psicológico. Nesse momento, abriu um parêntese explicativo informando que para aquele certame havia dez vagas para a academia da polícia militar da Bahia, relatou que passado alguns dias após o exame psicotécnico, viu adentrar à sala um homem de branco, denotando ser da área de saúde, que se dirigiu a turma e perguntou se estaria ali o candidato do CFO “O Andante de um Tempo”. Ao se identificar, recebeu a mensagem, dizendo ser urgente, para retornar ao Hospital da Polícia Militar

28 I. C. de S. é atualmente coronel da reserva remunerada da PM sergipana. Formou-se oficial PM na Academia do Bonfim, na Cidade de Salvador/BA, no ano de 1985. Ingressou no curso de soldado PM, e antes do seu término, fora aprovado no curso de oficial. Foi o melhor amigo e companheiro de jornada do personagem “Andante de Um Tempo”. Atualmente reside em uma região campestre no interior do Estado de Sergipe.

(HPM). Disse que ao se apresentar no hospital foi conduzido até a presença de um neurologista que lhe comunicara de um problema no encefalograma e que iria repetir o exame, seguido este de perguntas e avaliações de reflexos.

Relatou que no dia seguinte recebeu a informação do seu corte na seleção do concurso face a sua não condição de saúde, tendo em vista o curso de oficiais exigir demais dos alunos em várias dimensões da atividade humana. Disse que somente dois foram os aprovados naquele ano, mesmo tendo-se as dez vagas, um fora o seu amigo I. C. de S., que havia passado em primeiro lugar, e um outro civil M.S., filho de oficial militar da PM, sendo os dois conduzidos para a Academia da Polícia Militar da Bahia. Continuou soldado retratando que o ano seguinte, 1983, fora-lhe muito difícil por vários aspectos, principalmente pelo ponto de vista psicológico porque havia alimentado uma expectativa de aprovação, no entanto iria continuar naquela condição de soldado, pois para tal função estaria apto, no entanto não reuniria, segundo fora-lhe informado, as devidas condições para ser oficial. Afirmou que essa dualidade que lhe fora posta o incomodava à época significativamente. Que inclusive por recomendações médicas, do dito neurologista, chegou a tomar remédios tarja preta pelo equivalente a seis meses.

Ao dar prosseguimento ao relatado, disse que no segundo semestre daquele ano, fora publicado no boletim geral ostensivo da corporação policial militar, o chamado BGO, a data de uma nova seleção para o CFO para a academia da polícia militar do Estado de Minas Gerais, desta feita, apenas três vagas. Mesmo, diante de todo o imbróglio psicológico/emocional não havia deixado de estudar, pensando inclusive na possibilidade de outros concursos fora da PM. Assim sendo, inscreveu-se novamente para a nova seleção do CFO e no ano de 1984 veio a aprovação geral, indo fazer o curso em Minas. Voltou em 1986, já declarado aspirante-a-oficial PM.

Relatou que no tocante à sua formação inicial de oficial em Minas Gerais foi um choque em virtude da diferença de culturas. Influenciaram também o clima, dizendo que estranhou o frio, a comida, e que tudo lhe parecia nostálgico, em que sentiu saudades da família, da casa e dos amigos. Recordou-se que os colegas cadetes chamavam-no juntamente com os outros dois sergipanos de os “mosqueteiros” em virtude de não se separarem momento algum, sendo eles os cadetes “M” e o “V”. Assim, ao se referir ao seu primeiro dia, disse que foram recebidos por um cadete do terceiro ano, muito educado, e que ficou juntamente com os seus colegas de viagem encantado com a academia. A estrutura física e organizacional eram algo jamais vistos pelas bandas do nordeste. Que no início o tratamento era por demais educado e cordial naquilo que se constituía em uma bela aparência, com o passar dos dias o tratamento começou a ficar gradativamente hostil, violento até, novamente presenciou aquele teste de adaptação assemelhado ao seu primeiro mês no curso de soldados em Sergipe. Relatou que eram muitos cadetes, centenas, algo a impressionar, não só de Minas, mas do país inteiro.

Rememorou que na academia o ritmo das instruções e das atividades era muito forte, destacando que o período era o de 1984, regime militar intenso, oficiais rígidos, praticamente insensíveis, assemelhados a homens de gelo. Havia a existência de “trote” que por incrível que pareça não era um ponto de concordância comum entre os oficiais, face a violência desnecessária ali empregada. Eram ainda tempos em que os reflexos do regime militar se faziam presentes no processo formacional, regras inflexíveis, tratamento desumano, recordando a quantidade incontável de vezes que fora acordado no meio da madrugada junto com alguns colegas para engraxar os coturnos de outros cadetes de turmas mais antigas, incontáveis pares até o amanhecer do dia, como se já não fosse difícil tolerar todas aquelas atividades em que o esforço físico, psicológico e emocional por demais “vampirizados”. Nesse

sentido, o ato de dormir era seguido constantemente de interrupções das mais variadas maneiras, em que muitas vezes era conduzido ao pátio da academia e submetido as atrocidades irracionais de todas as formas inimagináveis juntamente com a sua turma de cadetes calouros. Relatou que acabava sofrendo, chorava mas não na presença dos outros, pois qualquer manifestação de sentimento nesse sentido, sofreria, por incrível que pareça, retaliações dos próprios colegas em desterro.

Descreveu que dentre os sergipanos havia o cadete “M” que por ter tido uma experiência no N.P.O.R. do exército, ter sido tenente, trazia uma expressão de mais adaptabilidade àquelas questões motivando aos demais a continuar e não desistir. Que a sua experiência era a de soldado de polícia e que aqueles enfrentamentos eram superiores aos que fora assistido no seu citado curso PM, e que o ponto favorável era a união entorno dos colegas “estrangeiros”, que ia se fortalecendo na medida que os dias se passavam, sendo o combustível necessário para a superação das adversidades advindas. Expressou, nesse instante, que havia colocado em sua mente alcançar sua conclusão naquele curso, pois havia assistido como a vida ali se tornara difícil para aqueles que perdiam um ano, uma vez que todos os cadetes dos anos acima, superiores hierárquicos naquele sistema, aumentavam-lhes às presenças provocando indisciplinas promotoras de exclusão do curso.

Outro ponto relevante que destacou era o fato de que só se poderia nos três anos de curso perder somente um único ano. Caso houvesse uma outra reprovação haveria também a exclusão por ineficiência. Assim, lembrou que observara muitos cadetes oriundos de outros Estados serem reprovados e devolvidos as suas polícias de origem. Por conta dessas percepções, relatou ter se esforçado herculeamente para não perder disciplinas, como também pelo fato de não ter que passar mais um ano naquele ambiente por demais hostil e perverso. Nesse momento, lembrou que a disciplina considerada o terror da academia era a de estatís-

tica, pois o professor titular era muito rígido e ostentava a fama de ser o campeão das reprovações. Quem não tivesse habilidades com a matemática decerto estaria a caminho da não aprovação, fato este experienciado por um sergipano que repetiu mais um ano, e um outro chegou a ficar de recuperação, obtendo êxito no final daquele ano.

Dentre outras disciplinas, lembrou-se de uma matéria que se chamava “guerra revolucionária”. Confessou ter tido dificuldades em entendê-la, pois fazia apologia ao capitalismo em detrimento do socialismo e aquilo ali para todos os cadetes, soava-lhes no mínimo estranho. A apresentação desse cenário era a partir de alguns teóricos, em que o principal objetivo daquela disciplina seria o de não aceitar a ideia do socialismo, pois os seus simpatizantes eram postos tacitamente como inimigos do estado brasileiro e que haveriam de ser combatidos. Relembrou que se assemelhava a um processo de alienação em massa, e que tudo era a base da ‘decoreba’. Não era para se pensar, era para cumprir e obedecer, aceitando incondicionalmente aqueles ‘dogmas’. No final, ao término do curso, relatou entender o objetivo de tudo aquilo: a força policial brasileira como massa de manobra a favor do poder do Estado. Porém, deixou claro sua percepção em se exercitar de maneira individual na sua condição de cidadão, crítico e pensante, retirando do seu expressar e agir, enquanto indivíduo, as coisas que de fato não concordaria independentemente de se estar vestindo ou não uma farda.

Assim, relatou que o curso, dentre outras disciplinas, contemplava ainda a área do direito: civil, administrativo, penal, processual; a área da informação militar, técnicas policiais 1, 2 e 3, maneabilidade, educação física militar, práticas de esportes, defesa pessoal. Disse ainda que os três anos foram de estudos intensos nos turnos matutino, vespertino, e, às vezes, à noite, quando da necessidade de algum encaixe de disciplinas. Os semestres traziam cerca de 14 a 16 disciplinas. Ao seu final, além da declaração

a aspirantes-a-oficial PM, eram também declarados bacharéis em segurança pública, com o reconhecimento do título superior aliados aos estatutos que a supramencionada academia gozava tanto em nível nacional, quanto internacionalmente, face a sua tradição.

No tocante à formação continuada, relatou que chegou ao posto de capitão no ano de 1992, e que somente no ano de 1993 foi fazer o curso de aperfeiçoamento na polícia militar do Ceará, na academia Edgar Facó²⁹. Rememorou que o curso fora de apenas sete meses, e que a condição de ser oficial já lhe dava mais segurança face os desafios enfrentados na ocasião do CFO. Disse que o curso do CAO trazia muitas disciplinas teóricas e diversos professores civis, em virtude da parceria com a Universidade Federal do Ceará, tornando-se relevante ‘olhares’ além daqueles de concepção militarizada. Que se empenhou por demais, devido a preocupação de representar bem o estado sergipano, lembrando que o estigma em ser da região acompanha o nordestino, mesmo em estados nordestinos. Narrou que havia sido a primeira vez que se deparava com a confecção de um trabalho monográfico dentro da vertente policial militar, este intitulado “a importância do instrutor na formação do policial cidadão”, tema este escolhido pelo fato de ter ministrado por diversos anos, após sair da academia, aulas no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), em diversos cursos. Esse trabalho visava eminentemente o papel do novo professor policial militar, que para o seu devido exercício absorveria os processos democráticos e cidadãos da Constituição de 1988. Na-

29 A Academia de Polícia Militar Edgar Facó (APMGEF), localizada em Fortaleza/CE, é a unidade de educação profissional de nível superior responsável pela formação e aperfeiçoamento dos oficiais da Polícia Militar do Estado do Ceará. A sua criação se deu no dia 08 de abril ano de 1929, quando o Capitão do Exército Brasileiro – comissionado a Coronel e Comandante da PM cearense – Edgar Facó redigiu e editou o Decreto nº 1.251, com o nome de Escola de Formação Profissional da Força Pública, que objetivava fornecer instrução literária e técnico-profissional aos aspirantes a oficial da PM. Em 24 de maio do ano de 1977 a academia passou a Curso Superior pelo Decreto nº 12.355. O seu criador foi homenageado em 05 de março de 2017, dando-lhe o nome de Grupamento Escola General Edgar Facó. (DIÁRIO DO NORDESTE, 19 NOV, 2016)

quele momento, pode dispor dos seus conhecimentos de pedagogo e desenvolveu aquele trabalho que fora, segundo o declarante, bem conceituado, inclusive pela inovação do tema, em que associava a educação com a questão da formação policial militar, em prol da construção do policial militar cidadão.

Relatou ainda que no ano de 2001, quando ocupava o posto de tenente-coronel foi fazer o curso superior de polícia, também parte obrigatória e essencial para o exercício do comando da polícia militar sergipana na conhecida academia do Estado do Ceará, Edgar Facó. Esta ida se diferenciou da anterior, uma vez que pode dispor de uma quantidade maior de representantes sergipanos em número de cinco. O curso foi mais voltado para as questões de gestões estratégicas no mesmo *layout* do anterior, pois seguia o convênio com a Universidade Federal do Ceará, inovando-se nas disciplinas, doutores e mestres que as conduziram. Que novamente se fez valer dos arcabouços teóricos da pedagogia e que trabalhou a sua monografia voltada para a criação do novo modelo de estatuto dos policiais militares na concepção da formação do policial cidadão.

Novamente, relatou que o trabalho fora bem aceito, alcançando no final a classificação de terceiro lugar geral do curso, e o primeiro lugar entre os oficiais sergipanos. Disse ainda que as formações continuadas, mesmo estando na condição de obrigatoriedade, serviram e destinam-se para aprimorar projetos formulados a partir de práticas vivenciadas, estas quase impossíveis de serem concretizadas no cotidiano em razão das altas demandas de atividades laborais. Dessa forma, as entende também como propiciadoras de reflexões acerca das práticas de policial militar, podendo-se repensar todo o processo dos serviços que são prestados para a população, inclusive com a revisão de papéis e da missão policial.

Ao relatar sobre o percurso da sua carreira desde a formação inicial quando pode experenciar acerca da concepção do soldado na PM de Sergipe até a última formação do oficialato, disse dis-

cordar plenamente das formações iniciais a qual fora submetido, tanto a de soldado quanto a de oficial na academia de Minas Gerais, face a rigidez excessiva e maus tratos generalizados direcionados a pessoa humana, encontradas nas duas formações, resguardadas as proporções. Acreditava que, ao discordar das práticas de colegas e de se contrapor a determinadas comportamentos existentes na cultura policial militar, precisaria se preparar mais tanto em nível intelectual, quanto comportamental buscando assim conhecimentos em outros lugares, como fora o caso da sua opção pela pedagogia face a necessidade de bem enfrentar as anomalias da (de)formação castrense. Por isso, afirmou que sua prática profissional se desenvolveu visando o objetivo de modificar a cultura vivenciada pela polícia militar e pelo militarismo não saudável ora praticado naquela instituição. Disse ainda que esse tipo de entendimento também é expressado e manifestado nos textos que se propõe a escrever voltados para o policial militar.

Relatou ainda que, ao ter oportunidade por duas vezes de exercer o comando da polícia militar em governos diferentes, fez dos seus comandos uma prática real do seu refletir, demonstrado por ações, atitudes e pensamentos os pontos de entendimentos voltados para os fins das questões de cidadania junto à formação do policial militar, do exercício do diálogo entre as classes policiais, do respeito para com todos da menor a maior patente, a fim de se construir um ambiente interno mais saudável, repercutindo junto a sociedade sergipana.

Dessa forma, disse ter conseguido obter sucesso face as sinalizações recebidas de policiais militares onde quer que ande em Sergipe, no sentido de que o seu comando fora exercido de uma maneira mais humanizada, profissional e tecnicamente bem sustentada. Falou ainda que nunca se comportara como um comandante que fizesse o papel de “cabo eleitoral” de governador, pois entende que tal atitude não é papel de preceitos éticos admissíveis. Comandou, afirmou, com o espírito de liderança uma ins-

tituição com problemas diversos e que deliberou para a resolutividade das questões de sua competência independentemente da aquiescência ou não do chefe do executivo estadual. E disse ser sabedor sobre o reconhecimento da tropa nesse sentido.

Ainda sobre a sua formação, comentou que os cursos foram importantes, acrescidos da visão social que desenvolvera a partir de si mesmo, os contatos adquiridos através de leituras com teóricos da área da administração, da educação, do direito, da psicologia, tudo isso o auxiliou a enxergar a instituição de um ponto mais apropriado à percepção das expectativas da sociedade, em que com isso conseguiu encontrar pontos e fatos positivos.

Nesse entendimento, disse que a questão da disciplina é algo importante para o indivíduo, o cidadão, e primordial para o policial militar no seu exercício profissional; que se faz necessário o desenvolvimento da observação nas coisas que lhes cercam, a fim de que venha a desenvolver o foco e a persistência quando dos diagnósticos concluídos sobre algo e que o militarismo sadio promove um pouco de cada uma dessas questões, sem a necessidade para se apelar para uma posição hierárquica propriamente dita. Nesse sentido o militarismo o auxiliou.

Rememorou ainda que ao se deparar com coisas difíceis, como por exemplo, a questão do xadrez dentro dos quartéis PM, como sendo uma reminiscência da ditadura militar, entendia como algo inaceitável, até mesmo desprezível. Descreveu o quanto se viu triste quando tinha que presenciar a condução de militares para o xadrez por questões de indisciplinas administrativas. Afirmou que no passado era bem assim, e que no presente o novo código de ética suprimiu essa situação constrangedora e injusta, tendo-se na atualidade o presídio militar destinado para o cometimento de crimes de natureza militar, não se utilizando mais o encarceramento para as questões administrativas. Relatou que as suas vivências os auxiliaram quando do exercício do comando, tornando-o mais justo, em que procurou fazer diferente.

“A DETERMINADA”

Retomou a entrevista respondendo que sempre fora uma pessoa extremamente organizada, primava pelo cumprimento dos horários, e tudo isso já lhe seria constitutivo da personalidade. Rememorou que por hábito fazia as tarefas domésticas, ajudando a sua mãe, inclusive atribuindo tarefas aos seus irmãos quando da limpeza dos banheiros, chamando-lhes a atenção quando não eram colaborativos, ou quando atrapalhavam a manutenção da limpeza doméstica.

Dessa maneira, chegou na Academia de Polícia Militar do Paudalho³⁰ com os afazeres pessoais exigidos naquele ambiente militar, pois todos tinham que lavar, estender e passar as suas próprias roupas e uniformes, cuidar dos apartamentos, dos banheiros, da limpeza das áreas comuns. Todos tinham que estar impecáveis. Essas atividades não lhe constituíam sofrimento em virtude da absorção desse hábito no seu cotidiano. Sabedora disso, e ciente do que deveria fazer, relatou não ter perdido um final de semana sequer por tais questões. Relembrou ainda ter dormido no chão muitas das vezes para não amassar o lençol, pois temia ficar de licença cassada e sofrer as punições disciplinares. Contou que eram diversas as pressões e que por conta disso havia o medo. Muito tempo depois foi entendendo a dinâmica da academia ganhando mais confiança na medida que compreendia e se esforçava para desempenhar tudo corretamente. Afirmou que até os dias atuais,

30 A Academia de Polícia Militar de Pernambuco de Paudalho foi criada pela Lei Estadual nº 6.881, de 28 de dezembro de 1972. A sua destinação foi a formação, especialização, habilitação e atualização dos oficiais da PMPE e de outros Estados da Federação. Instada às margens da BR 408, Km 76, no município de Paudalho/PE, abrange uma área de aproximadamente 232 hectares, com 12.000 metros quadrados de área construída. Em 07 de agosto de 1987, através do Decreto nº 7.375, passou a denominar-se APMP, em virtude do reconhecimento do Curso de Formação de Oficiais como curso de nível superior pelo Ministério da Educação, em 10 de novembro de 1983, através do Parecer nº 547/83, do Conselho Federal de Educação, homologado pelo Ministério da Educação no D.O.U. nº 31, de 13 de fevereiro de 1984. (PEREIRA, 2013)

mesmo na reserva, não gosta, nem se sente bem, em marcar um compromisso e deixar a pessoa a lhe esperar.

Ao falar da sua formação inicial na academia do Paudalho em Pernambuco lembrou das expectativas que mantinha, face ciência da responsabilidade que estava por carregar. Nesse momento, trouxe a informação que o comandante da PMSE à época, o Cel. José Prudente, tinha uma concepção que deveriam ser formadas primeiro as oficiais para que depois pudessem promover o concurso para as policiais femininas, as soldados, pois em outras instituições policiais que foram na contramão desse entendimento houve uma diversidade de problemas de natureza grave. Lembrou que era a primeira mulher a fazer o curso de oficiais, no entanto já haviam sargentos femininas, mas a PM estava segurando o edital para a composição dos soldados femininos em virtude da não existência de oficial feminino ainda. Daí ter desenvolvido uma ansiedade em cima dessa situação, pois quando voltasse teria a responsabilidade de promover a organização e formação do corpo feminino de policiais. Enfatizou que seriam as primeiras mulheres a compor os quadro da polícia militar de Sergipe na história da instituição, em meados de 1992.

Assim, colocando de lado os processos emocionais e psicológicos, retratou que o cotidiano da academia era de extrema rigidez, principalmente no primeiro ano com os trotes praticamente diários que não faziam sentido. Muitas vezes relatou que estavam dormindo, a sirene tocava, os cadetes deveriam colocar o uniforme de educação física no meio daquele alvoroço. Um corre-corre danado. Depois os cadetes eram colocados no pátio da academia não importando as condições climáticas, como por exemplo, a chuva, o frio, nenhuma dessas situações significavam fatores preponderantes e impedoras para essas atividades.

Nesse sentido, recordou-se das muitas vezes que foram desempenhar atividades físicas na madrugada dentro da piscina. Relatou que se perguntava exaustivamente qual seria o sentido daque-

las coisas, pois não conseguia enxergar nenhum. Disse ainda que na medida que as semanas, os meses iam passando percebia um processo de adaptação, pois o que no início se demonstrava como algo temido, começava a parecer normal, já não assustava mais, no entanto, frisou que um ano naquele ambiente parecia ter sido dez, e que tais evidências poderiam ser constatadas nas fotos que registraram esses momentos.

Recordou-se da exaustiva carga horária, tendo-se aula nos três turnos praticamente, sendo que à noite havia as práticas desportivas assemelhadas em nível de treinamento avançado, e tudo deveria haver empenho, pois as atividades praticadas eram avaliadas e se conceituavam. Então, havia sim uma obrigatoriedade em se praticar todas as modalidades oferecidas. Expôs que diante de todo aquele esforço fora diversas vezes surpreendida com as suas altas notas. No tocante às disciplinas eram distribuídas por semestres contendo as de cunho civil, bem como as militares, inerentes à profissão, dentre elas as de Legislações PM, Ética, Armamento e Tiro, Técnicas voltadas para a área policial, como as de Técnica de Abordagem, de Campo, de Acampamento.

Relembrou ainda que aprendeu a marchar, a comandar pelotões em marcha, a cantar os hinos de todos os Estados brasileiros, e depois a atirar, enfatizando que sequer havia pegado em armas, mesmo o seu pai tendo em casa, e de repente se viu desmontando-as em um minuto, montando-as em menos de um minuto, atirando em todas as posições, plenamente adestrada. Tudo era novidade, algumas boas, a maioria ruim. Disse ainda que entendia a importância daquelas matérias para o seu cotidiano de profissão, pois tomou conhecimento que existiam diversos policiais que sequer sabiam manusear o armamento de dotação, tão pouco atirar.

Ao falar da sua formação continuada, afirmou que na profissão que escolhera, a carreira de oficial, tudo se inicia quando do curso do CFO, a partir da declaração à aspirante. Depois é aguardar

dar a passagem dos anos, isto é, o interstício e as promoções. Enfatizou que as três primeiras da carreira, todas são por antiguidade, obedecidas pelas notas da academia. Assim, ao chegar no posto de capitão, pode-se solicitar a liberação para realização do curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, geralmente em outros Estados. Quando alcançou o aludido posto, fez a sua solicitação para o Estado da Paraíba, na academia do Cabo Branco, em João Pessoa, isso ocorrera no ano de 2001, sendo selecionada, com mais dois colegas sergipanos, em virtude da desistência de alguns outros oficiais.

Assim, ao chegar na academia foi logo percebendo que era a única mulher entre os alunos oficiais, que com o passar do tempo foi se enturmando, vencendo os comentários e preconceitos pelo fato de ser mulher e estar ali, e logo foi acolhida numa equipe da turma, a qual teve uma excelente convivência. Relatou que a formação de aperfeiçoamento, no seu entendimento, aprimora o oficial de carreira no ato de comandar, explicou ao dizer quando se alcança o posto de major, o militar fica muito mais direcionado para as atividades administrativas, na maioria das vezes.

Por isso, as disciplinas eram quase todas voltadas para a área da administração, como as direcionadas para a Licitação, Trabalho de Comando, Gestão de Pessoas, dentre outras. Das matérias destinadas para a área militar, destacou a de Tiro Policial, tendo em vista a enorme quantidade de armamentos que pode conhecer e utilizá-los, diferenciando do CFO, que eram mais as armas básicas de dotação PM.

Relatou ainda que o curso de aperfeiçoamento foi fruto de um convênio com uma universidade particular, a Universidade do Potiguar, diversificando os professores, bem como as disciplinas, tendo-se contato com ementas modernas e atuais praticadas no meio acadêmico. Por conta dessa situação, relatou que as aulas eram ministradas tanto na academia quanto na universidade. Informou ainda que após o término do curso na Paraíba voltara imediata-

mente, a PM sergipana, ocasião em que fora promovida ao posto de major face a uma redução de interstício que a beneficiou em cerca de oito meses de antecedência da sua promoção normal, sendo assim promovida face à disponibilidade das vagas existentes.

No tocante ao curso superior de polícia, relatou que gostaria de tê-lo feito fora do Estado, no entanto, no ano de 2005, houve um convênio entre a Secretaria de Segurança Pública, a Universidade Federal de Sergipe e a Renaesp do Ministério da Justiça, o que tornou possível a feitura do curso no próprio Estado de Sergipe, na academia de polícia civil, sediada em Aracaju. Foi em nível de especialização *lato sensu*, os professores, em sua maioria, eram da UFS, e o ponto forte do curso foi a ênfase na gestão de pessoas e da *res pública*. Naquele momento, já havia sido promovida ao posto de tenente coronel, e sua atuação precípua correspondente àquele posto era basicamente de gestão. E que no seu entendimento, por essa razão a relevância do curso que lhe possibilitou novas ferramentas para desenvolver o seu trabalho com mais eficiência na PMSE, pois aprendeu a lidar melhor com o setor de licitação, de pessoal, de compras, de instrução, tendo em vista, antes esbarrar nas armadilhas da burocracia, e que mediante aquela formação pode identificar caminhos mais adequados e eficientes, que lhes possibilitou adiantar os processos administrativos do setor público que fosse de sua responsabilidade.

No tocante às experiências vividas foi aprendendo na instituição policial militar a não desistir diante das dificuldades, uma vez que as formações pintam cenários em cor de rosa, no entanto a realidade é totalmente oposta. Na prática profissional esbarrou sistematicamente nos processos burocráticos, mesmo tendo a vontade de fazer as coisas, em que lhes exigiram dispor da criatividade e da boa vontade, diversas vezes diante dos obstáculos e dos labirintos das legislações estaduais, que andam na contramão das necessidades, daí ter acreditado naquele jargão “missão dada, missão cumprida”.

Assim, algumas vezes deixou de fazer as coisas pela falta absoluta de condições, entendendo que as formações, básica e continuadas, de certa maneira contribuíram significativamente para se amenizar o caráter caótico de se administrar no serviço público, quase sempre através de paliativos que eram encontrados no próprio corpo da tropa, como por exemplo, tinha-se a mão de obra, policiais detentores de ofícios como os de pedreiros, eletricitas, encanadores, no entanto, não se tinham os materiais. Veículos da carga da PM que quebrassem naquele mês, conversava-se com as oficinas privadas para quando da falta de orçamento naquele mês, fossem colocados para o mês vindouro, assim as demandas iam sendo atendidas e a instituição conduzida com muito zelo e respeito por parte de sua pessoa.

Ao se referir aos fatos que marcaram a sua carreira, relatou que no CFO foi o treinamento de tiro, pelo fato de nunca ter pego em armamento e que saíra dali ciente do seu manuseio e pronto emprego, fato este por demais necessário diante das iminências de ocorrências policiais. No caso do curso de aperfeiçoamento pode abrir mais a mente aos processos voltados a administração propriamente dita, dessa maneira trouxe o exemplo que ao retornar do CAO administrou o setor de pessoal da PM, chamado de PM/1 e desenvolveu uma política de cuidados, de acessibilidade, transferindo o setor para o térreo do prédio do QCG visando o atendimento dos cadeirantes, até ali algo desconsiderado pelos colegas que haviam passado por aquela direção. Finalizou dizendo que trabalhou naquilo que pôde em benefício do seu semelhante, principalmente para os policiais menos favorecidos, tentando dar o melhor de si.

“O GIGANTE NO PARDIEIRO”

Retomou o seu relato dizendo ser pequeno, um metro e sessenta e seis centímetros, que a época do seu ingresso na PM pesava 56 quilos e essa descrição retrataria bem a forma como se

percebia ao fazer parte da instituição policial, chegou a verbalizar que se sentia ‘perdido’. Perguntou-se por vezes o que iria fazer em uma organização policial que sequer detinha noção do seu funcionamento, suas regras, sua missão, etc.

Assim, na sua experiência no centro de formação e aperfeiçoamento de praças – CFAP relatou ter tido instrutores como o aspirante Carivaldo, o aspirante dos Anjos, o sargento Ribeiro, o sargento Guilherme que segundo suas palavras, promoveram-lhe uma transformação, principalmente de dentro para fora, e que pode verificar que para ser um policial militar não seria necessário ser alto, forte, lutador de artes marciais. Naquele processo transformacional percebeu que o PM trabalhava com a mente, e esse fato, particularmente, o empolgou, tendo a partir dali a vontade de continuar, pois para aquele trabalho não precisaria ser um prodígio dotado de força tão somente, mas do senso crítico, da razão e principalmente do coração voltado às coisas humanas.

Relembrou que por conta do seu desejo de seguir a carreira PM, ficou como soldado de 1981 a 1982, ocasião esta em que fora aprovado no curso de cabo no final daquele ano, em que exerceu essa função até o ano de 1984, ano esse aprovado no curso de sargento, formando-se 1985. Nessa função, ficou de 1985 até o ano de 1989. Relatou que nesse ano, foi o da transição de um comandante que marcou a história da PM sergipana, o coronel Prudente, que fez uma administração voltada para o melhoramento dos quadros da corporação. Inicialmente, o comandante aumentou a idade mínima para acesso ao oficialato, para aqueles já integrantes da PM, de 26 anos para 28 anos.

Desse modo, afirmou que isso à época soara como um estímulo, pois seria uma oportunidade única para aqueles que almejavam o acesso a carreira do oficialato. Relatou também que esse comandante permitiu o acesso de oficiais chamados R/2 do exército brasileiro, a fim de cobrir uma falta de efetivo que a PM de Sergipe apresentava no seio do oficialato. Essas medidas iniciais mexeram

por demais com polícia militar, pois o acesso desses oficiais fora sem concurso público. Havia uma discussão de legalidade sobre isso, como também, o fato de uma outra oportunidade para aqueles que já haviam perdido concurso, e que por uma condição de idade não poderiam mais fazer, e naquele momento as esperanças foram renovadas. O fato é que a polícia, disse, parecia ter sofrido um 'sa-code' administrativo, abalando as estruturas tradicionais.

Diante dessas medidas administrativas teve a sua última chance de se submeter ao concurso para oficial da PM, pois tinha 28 anos de idade. E então fez o concurso e fora aprovado no ano de 1989, indo cursar o CFO na Academia Militar do Paudalho, no Estado de Pernambuco. Relatou que quando chegou naquela academia, deparou-se com uma outra realidade, até então por demais diferente da vivida daquela situação de praça, com o universo de conhecimento técnico-profissional menor, sem a visão do todo, e que sentiu aquele choque, ainda mais pelo forte militarismo praticado naquele ambiente, com o enfrentamento de 'coisas', segundo o declarante não regulamentadas, referindo-se a maus tratos, trotes, assédios e discriminações pelo fato de ter sido praça e que essa condição anterior, segundo os abusadores, o inabilitaria para exercer bem o oficialato.

Dessa maneira, perante tamanhos sofrimentos, diversas vezes se questionou pelo fato de ter aproximadamente dez anos de exercício profissional, comportamento excepcional, e porque não haveria de ser um bom oficial? Por que não serviria para ser um oficial? Sentiu-se discriminado de todas as formas, ainda mais quando percebeu a constituição de dois grupos dentre os cadetes: aqueles constituídos por quem já tinha sido praça e por aqueles outros oriundos do 'mundo civil'. Aliado a esse cenário, tinha ainda um sub grupo de cadetes originários do colégio militar com idades entre 17 a 18 anos que também não se integravam. Relatou que era um ambiente de extrema competição, com diferenças nos relacionamentos, tornando a convivência difícil naquele início de formação, mas que

aos poucos com a sua simplicidade, com o seu jeito peculiar de fazer amigos passou a interagir e a fazer amizades colaborativas, sentindo-se vitorioso por mais um enfrentamento bem sucedido. Por vezes, nutriu-se de agradecimento pelo fato de ter aprendido muito sobre relação humana naquele ambiente de pura hostilidade.

Ao continuar o seu relato, explicitou que atualmente entende que teria tido mesmo a necessidade de passar por tudo aquilo, que ali começou do zero, foi o seu laboratório, uma vez que mesmo diante de condições adversativas, aprendeu a fazer a boa competição, visto que saiu da sua comunidade sem saber nada da vida, tudo era muito poético e simplista na sua visão, que não via, nem tão pouco sabia identificar a maldade alheia. Na academia, aprendeu a duras custas a lutar pelo seu espaço, a se impor diante dos outros que lhe subjugavam, a lutar verdadeiramente pelos seus sonhos, como também, a se valorizar, a gostar de si mesmo, em suas palavras: “a guerrear o bom combate”, caso contrário, seria sucumbido e não teria se formado oficial da polícia militar.

Assim, na sua formação básica de oficial, deparou-se com muitas disciplinas atendendo a uma diversidade de matérias militares e outras tantas de cunho civil, e que os instrutores e o corpo técnico da academia obedeceram ao cumprimento de toda a grade proposta para aquela formação. Considerou que a sua formação inicial foi muito boa tendo em vista a avaliação que fez da sua prática profissional assim que retornou logo da academia. Fora alocado no interior do Estado, precisamente no município de Propriá/SE, praticamente sozinho, no que se referia a ter uma equipe de oficiais. Dessa forma, comandou unidades tendo apoio somente de sargentos e praças, relatou ainda que era uma época de recursos humanos escassos, portanto, tinha que se desdobrar e dar conta das missões que o policiamento ostensivo exigia.

Assim, lembrou seus comandantes como o coronel Dinaldo Cruz, o coronel Edirani, coronel Soares, coronel Pinto, este último quando da sua passagem por Itabaiana, em que mediante

a orientação desses brilhantes oficiais pode completar a sua formação a partir dos direcionamentos recebidos, quais fossem as funções assumidas como por exemplo, comandante do PCSV, comandante de companhia ou ajudante do batalhão, completando assim o seu ciclo de oficial subalterno. Foram essas atuações que lhe possibilitou ser escolhido para exercer a função de ajudante de ordem do Comandante Geral, coronel Pedro Paulo, oficial de *Skol* do exército brasileiro, que comandou a PM sergipana por aproximadamente cinco anos, e que aprimorou ainda mais os seus saberes profissionais diante daquele novo convívio diário.

Relatou ainda que no ano de 2001, deu andamento a capacitação continuada e foi fazer o curso de aperfeiçoamento (CAO) na academia do Cabo Branco, em João Pessoa/PB, juntamente com alguns colegas oficiais de Sergipe. O curso foi feito no formato de especialização *lato sensu*, e se intitulava Especialização em Gestão de Segurança Pública, com carga horária de 720 horas, em convênio com a Universidade Potiguar de João Pessoa. Disse ainda que percebeu ter havido nessa capacitação um enfraquecimento do militarismo, uma vez que o curso era ministrado parte na academia, e em um outro momento na universidade, não sendo tão rigorosas as honras e preceitos militares. Assim, teve aulas com professores civis e militares, considerando ter sido relevante a interação com o meio acadêmico civil, e que a formação voltada para a gestão da segurança pública fora de excelente nível de qualificação.

Outrossim, informou ainda que assim que chegara do CAO, por conta de uma redução de interstício fora promovido ao posto de major. No ano de 2005, na condição de tenente coronel, fez o curso de Gestão Estratégica em Segurança Pública, conhecido como CGESP, em Aracaju, em virtude de convênio da SSP/SE com a Universidade Federal e com a Renaesp do Ministério da Justiça. O aludido curso juntou delegados, oficiais, policiais federais, policiais rodoviários federais, integrando ainda mais as forças de segurança do Estado.

Dessa maneira, relatou que o foco da especialização foi a gestão e as suas estratégias no campo da segurança pública, voltadas às soluções e empreendedorismos como alternativas para os enfrentamentos da violência e criminalidade. Rememorou ainda que desenvolveu o seu trabalho de conclusão voltado para esse fim, em que fora intitulado “Motopatrulhamento como modalidade de policiamento ostensivo: uma proposta para a Polícia Militar de Sergipe”, trabalho esse embrionário para o desenvolvimento da unidade do GETAM, especializada e encarregada desse tipo de policiamento com boa aceitação por parte da população do Estado atualmente.

Ao retratar acerca das experiências vividas, relatou que foram fundamentais para o seu aprendizado, destacando as primeiras quando na academia fora compelido a competir, momento em que pôde agregar o bom senso, obtendo assim juízo de valor antes das tomadas de decisões, como também, as experiências lhe apontaram para o desenvolvimento da colaboração seja com a sociedade, seja para com o apoio dos colegas do Estado ou fora dele, pois consolidou o entendimento de que haveria sempre uma necessidade do apoio mútuo como ferramental a ser desenvolvido. Disse ainda, que na sua compreensão, o policial militar não trabalha sozinho, desenvolve suas atividades com o auxílio da comunidade, da sociedade de uma maneira mais geral, aproveitando a interação para a obtenção do êxito almejado.

Dessa forma, relatou que os cursos de formação continuada, bem como outros promovidos na própria corporação policial, foram fundamentais no aprendizado acerca da tomada de decisão, algo por demais complexo na atividade policial militar, em virtude dos seus fatores circundantes, como a fibra, postura e convivência. Entende a atividade policial militar ostensiva como aquela em que constantemente tem que se adotar decisões, e o oficial mais ainda, de acordo com o seu discernimento. Relatou um exemplo de quando o oficial se encontra com um soldado na rua,

o soldado por sua vez sabe o que fazer, no entanto quando não se sente seguro procura o oficial para checar se faz de tal forma ou de outra maneira. Por sua vez, sempre meditou acerca da hora da ação em se fazer ou não. Assim, entende que esses conhecimentos acadêmicos lhe ensinaram a aperfeiçoar o seu mecanismo de tomada de decisão, algo por demais relevante no cotidiano da arte de policiar ostensivamente.

“O APRENDIZ”

Rememorou que se conduziu na vida desenvolvendo os atributos da acalmia, da tranquilidade, isso percebido já desde sua adolescência, associando esses aspectos da personalidade às experiências que acumulava com os passar dos anos. Assim, ao entrar na polícia no ano de 1992, trouxe consigo as vivências do meio militar do Exército Brasileiro, não lhe sendo novidade os processos que estariam por vir. Reconhecia-se ao adentrar à PM como alguém de temperamento bom, muito mais racional que emocional, sereno e para o meio militar de certa maneira preparado, fruto do aprendizado em casa e também do seu percurso que já estava em andamento.

Assim, relatou que ao iniciar a sua formação de policial militar na academia de polícia militar de Maceió/AL, Senador Arnon de Melo, apesar de ter uma ideia de como se daria aquela experiência a partir do que vira no exército, e das expectativas que alimentara, assim que chegou, sentiu de imediato um impacto negativo em virtude da academia se encontrar em construção. Os prédios estavam em término de obra, como por exemplo, existia o refeitório atual, que era antigo, no entanto, o novo refeitório estava em fase de finalização de construção, como outros anexos, e com os cursos em andamento. Nesse sentido, houve um choque face se imaginar anteriormente que as estruturas físicas estivessem prontas para que pudessem receber os cadetes, por outro lado, deparou-se

com oficiais instrutores bons, preparados, dedicados, devotados, preocupados com a formação dos alunos oficiais.

Desse modo, considerou que a sua formação foi muito boa, apesar das dificuldades iniciais, em que pôde presenciar oficiais formados ali ter ocupado a função de comandante geral. Recordou que pelo fato de morar em Aracaju criou o hábito de a cada quinze dias, deslocar-se para a sua residência, e que isso trouxe algumas dificuldades por conta do ritmo das atividades que o curso oferecia, aumentando o desgaste físico, pois naquela época as estradas federais não estavam em boas condições e uma viagem que deveria ocorrer em quatro horas, gastava-se seis horas aproximadamente. Outras dificuldades encontradas foram referentes aos alojamentos inadequados em função das obras, apresentando-se insalubres criando desconfortos consideráveis, tendo-se em vista a necessidade de se aumentar os cuidados com a higiene, a fim de se evitar adoecimentos, como rinites alérgicas.

Relatou ainda a dificuldade com a rotina dos serviços na academia e pelo fato de permanecer naquela condição de interno sem poder sair, limitando-se a assistir aula, estudar, com quase nenhum momento de lazer, restando-se pouquíssimas opções como assistir programas televisivos. Disse ainda que naquela época não havia o telefone celular, e que o contato com a família se dava por meio de um 'orelhão', disponibilizado no interior da academia para o atendimento das três turmas de cadetes, cerca de 150 alunos. Então, conseguir uma vaga para ligar para um familiar era uma luta das mais difíceis, tendo-se às vezes que se adentrar na madrugada. No caso dos trabalhos escolares, esses eram feitos com máquinas de datilografar, pois computadores naquele tempo era artigo de luxo, caro, restrito e volumoso. No tocante as pesquisas eram feitas na biblioteca junto aos livros e enciclopédias. O curso se desenvolveu sobre esses condicionantes, diferente da modernidade dos tempos atuais.

Com isso, relatou que no início houve uma massificação do militarismo, principalmente no primeiro ano, em 1992. O

grande foco naquele período inicial era a formação do policial militar combatente, militarizado, sabedor do manuseio dos armamentos, das técnicas policiais militares, dos serviços internos peculiares ao centro de ensino e formação. Nesse tipo de concepção ideológica haveria de ser superior ao tempo, cumprir as tarefas e missões independentemente das condições físicas, psicológicas e emocionais, não importando uma perspectiva de formação mais voltada a cidadania e urbanidade, daí porque assistiu muitos colegas após formados se utilizarem de processos de violência empregados contra a população de uma maneira geral, mediante o conhecimento de determinados fatos, em que atribuiu a esse processo de (de)formação adquirido enquanto acadêmico.

Desse modo, no segundo ano da academia, a ênfase foi para as disciplinas técnicas, tanto as de cunho policiais quanto as referentes ao direito, bem como, a parte inerente à polícia científica, destacando o ilustre Coronel George Sanguinetti, renomado professor de medicina legal, como também, a escrituração de documentos e procedimentos administrativos e judiciais militares. No terceiro ano a exigência maior foi o aprimoramento da capacidade técnica profissional, com o desenvolvimento da habilidade de exercer o comando em operações policiais táticas e ostensivas, o comando de pequenos grupamentos de policiais no terreno, atividades voltadas ao exercício da arte de comandar, como também, tornar-se eficiente e resolutivo diante de enfrentamentos, como lidar com as funções inerentes aos cargos/responsabilidades e pessoas.

Assim, relatou quando o oficial sai da academia, ele tem pela frente no transcurso da carreira dois cursos obrigatórios, o curso de aperfeiçoamento de oficiais, quando ele chega ao posto de capitão, e o curso superior de polícia, quando ele chega ao posto de tenente coronel com o desejo de alcançar o comandamento da instituição policial somente no posto de coronel. Disse que

fez o CAO no Estado da Paraíba, iniciando em março de 2001 e terminando em fevereiro de 2002. O curso superior de polícia fez na condição de major, no ano de 2005, no Estado de Sergipe, mediante um convênio entre a SSP e a Universidade Federal de Sergipe, terminando em 2006, concluindo o curso como tenente coronel, sendo promovido no meio do mesmo.

Nesse sentido, além dos cursos obrigatórios na carreira procurou aperfeiçoar-se em áreas como trânsito, em que exercitou atividades por longos seis anos, quando trabalhou na companhia de policiamento rodoviário. Em um dado momento da carreira, face as dificuldades em lidar com as questões administrativas da PM, informou que o oficial deixa de exercer atividades operacionais, as chamadas atividades de rua, para exercer a gestão das unidades policiais propriamente ditas. Por conta disso, buscou o curso superior de administração, que facilitou o seu desenvolvimento no lido administrativo, apontando para um dos equívocos das academias militares em não formar gestores, e sim apenas oficiais operacionais combatentes, com o foco voltado em aproximadamente 70% para a área do direito.

Dessa maneira, comparou os cursos dizendo que o de aperfeiçoamento é eminentemente estratégico, já o de formação é mais voltado ao tecnicismo da prática operacional policial militar, e o de superior de polícia direcionado plenamente para os processos de gestão, cidadania e sociedade. Neste momento, ao falar isso, disse perceber a formação do oficial policial militar como uma pirâmide, estando a base representada pela primeira formação, a de aperfeiçoamento, a parte central e o de superior de polícia o ápice piramidal, face as decisões meramente estratégicas deste último posto.

Diante disso, relatou que as experiências oriundas das várias funções assumidas foram fundamentais no aprimoramento das tomadas de decisões, momento em que se referiu àquelas tomadas mesmo que não tivessem sido as melhores, bem como, à pro-

moção de aprendizados, em que falou tacitamente: “se essas decisões de hoje, tivessem eu tomado lá atrás, os fatores adiantes poderiam ter sido outros”. Logo, relatou que o aprendizado é muito maior ao passar por vários postos e funções, condição *sine qua non* para se errar adequadamente e acertar mais de maneira em que se impere a convicção.

Destarte, relatou que ao fazer o curso de aperfeiçoamento no Estado da Paraíba, um dos mais pobres do país, teve a oportunidade de observar que a polícia lá era preocupada com o negócio deles, isto é, a segurança pública voltada para aquela população. Relatou que eles viviam e respiravam a polícia militar, e por isso faziam muito, mesmo com poucos recursos e que se desdobravam. O exemplo foi se deparar com um sistema desenvolvido pelos próprios policiais paraibanos que gerenciava a polícia militar por inteira: recursos humanos, planejamento, informática, logística, escalas de serviços, pessoal, dotação orçamentária, viaturas, etc.

Dessa maneira, ao retornar para Sergipe percebeu a diferença, pois a PM sergipana ainda estava na era da ficha de papelão preenchida com máquina de datilografia, do mimeógrafo, da xerox, mesmo diante de melhores condições financeiras. Na Paraíba o processo era *on-line*, retratando que o ano era 2002. Diante disso, levou ao conhecimento do comandante geral à época que ficou horrorizado, com o atraso sergipano. Assim, disse que isso influenciou sua carreira, pois envidou esforços pessoalmente no sentido de melhorar o sistema de gerenciamento da PM sergipana, ânimo que resultou em benefícios e contributos significativos para Sergipe, deixando a sua marca nos postos e funções que ocupou em sua carreira policial.

A próxima subseção tratará do desenvolvimentos das análises categoriais elencadas, discernindo acerca das narrativas (auto)biográficas, permitindo o encadeamento do estudo, ora desenvolvido, visando o cumprimento dos objetivos específicos em análises.

3.2. - DA ANÁLISE CATEGORIAL DA CONCEPÇÃO DE SUJEITO À FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR

[...] de um modo global e dinâmico, as interações foram acontecendo entre as diversas dimensões da vida. Só uma história de vida permite captar o modo como cada pessoa, permanecendo ela própria, se transforma. Só uma história de vida põe em evidência o modo como cada pessoa mobiliza os seus conhecimentos, os seus valores, as suas energias, para ir dando forma à sua identidade, num diálogo com os seus contextos. Numa história de vida podem identificar-se as continuidades e as rupturas, as coincidências no tempo e no espaço, as “transferências” de preocupações e de interesses, os quadros de referência presentes nos vários espaços do quotidiano. (MOITA, 2000, p. 116)

A epígrafe assinala a capacidade da abordagem biográfica mediante a descrição da trajetória de um indivíduo, a partir das histórias de vida, sinalizar acerca dos caminhos percorridos nas diversas dimensões do existir, principalmente quando da busca da constituição de uma identidade, a começar da canalização dos seus saberes na efetivação de uma formação. Nesse sentido, o pesquisador pode dispor do devido olhar, para observar com o aprofundamento necessário, o caminho escolhido por essa pessoa analisando as suas diversas matizes, como por exemplo, contexto socioeconômico, comportamentos, experiências, influenciadores, relações, dentre outros.

Diante desse pressuposto, objetivo analisar os percursos de formação militar, dentre outros agregados, como também, examinar a correlação da formação-atuação militar em Sergipe dos sujeitos pesquisados, mediante a apresentação das narrativas. Para tanto, as categorias a serem trabalhadas nessa observação são:

a concepção de si de cada sujeito (*self*), a formação inicial (expectativas), a formação continuada, as experiências vividas profissionalmente e a formação, e os fatos marcantes nesse processo de desenvolvimento formacional. Para a apreciação crítica-analítica em questão, continuar-se-á com a utilização metodológica da análise de conteúdo de Bardin (2007), conforme já fora exposto.

Assim, a primeira categoria a ser analisada, concepção de si, refere-se à percepção de sua essência individuadora que o sujeito tem dele mesmo, isto é, como ele se vê, qual/quais a(s) crença(s) central(ais) sobre si que resumiriam as ideias mais centrais da pessoa a respeito do *Self*³¹, isto é, de si mesmo. De acordo com as narrativas, a busca desta categoria pode ter promovido surpresa junto a alguns sujeitos, tendo em vista a necessidade de reflexão em um nível mais aprofundado daquilo que fora demandado, gerando inclusive desconfortos em outros, face o desnudamento psicológico e emocional que se permitiram experimentar. Daí porque uma ou outra resposta ficou na superficialidade ou pela não convicção, insegurança talvez ou pela não compreensão, conforme os trechos narrativos:

[...] Naquele período, via-me como um jovem motivado, esperançoso com o futuro, associado a um misto de preocupação também. Toda uma vida fui curioso, questionador, mexia com uma coisa, depois com outra. Sempre gostei de estudar, de ler, adorava esportes, principalmente a natação e o atletismo, pensava também que poderia tudo, era bem assim que eu me sen-

31 O termo *self* (falso e verdadeiro) impôs-se na língua francesa sob sua forma inglesa, embora seja ocasionalmente traduzido por *soi* [eu, si mesmo]. A expressão “falso self” foi cunhada por *Donald Woods Winnicott* em 1960, para designar uma distorção da personalidade que consiste em enveredar, desde a infância, por uma vida ilusória (o eu inautêntico), a fim de proteger, através de uma organização defensiva, o verdadeiro self (o eu autêntico). O falso self, portanto, é o meio de alguém não ser ele mesmo de acordo com diversas gradações, com isso vindo a expressar a ausência do self verdadeiro. (ROUDINESCO, 1998, p.699)

tia, se houvessem barreiras, certamente eu as enfrentaria. (O MENINO DE AÇO)

[...] Ah, eu... minha concepção de sujeito... eu era uma romântico, né. Acreditava no bem e assim... eu achava que a sociedade iria melhorar bastante...acreditava também no estudo, era a única forma que eu tinha de ter algo, mas ao mesmo tempo, eu não acreditava que fosse chegar ao oficialato na PM de Sergipe. (O ANDANTE DE UM TEMPO)

[...] Eu sempre fui uma pessoa que primei pelo horário, a organização já era de mim mesma. Eu fazia as tarefas de casa e meus irmãos entravam, sujavam, e eu já ia logo reclamando, porque sempre ajudei a minha mãe, e também distribuía as tarefas para os meus irmãos, principalmente para lavar o banheiro. E por isso, quando eu fui para a academia militar eu não sofri muito. (A DETERMINADA)

[...] Minha concepção?! Eu era pequeno, um metro e sessenta e seis centímetros, pesava 56 kg, e eu me sentia assim... completamente perdido. O que eu iria fazer numa polícia que eu não tinha noção? (O GIGANTE NO PARDIEIRO)

[...] veja, eu sempre fui uma pessoa calma, um pessoa tranquila, sabe? Se tivesse condição, eu teria ficado, teria permanecido. Infelizmente, eu tentei em 1987, fiz, mas não estava preparado. Tinham 17 pessoas fazendo esse concurso no rancho do 28º BC. (O APRENDIZ)

Beck (2007) retrata que a formação das crenças centrais nos indivíduos se inicia na infância e que estas funcionam como entendimentos que são tão fundamentais e profundos que raramente as pessoas procedem qualquer processo de articulação das suas percepções e estados emocionais/psicológicos diante do seu cotidiano. Ainda de acordo com a autora, as crenças centrais são temas nucleares, globais, rígidos e supergeneralizadas que os indivíduos desenvolvem sobre si mesmos, sobre os outros, sobre o mundo e sobre o futuro, o que se intitula de tríade cognitiva.

Nesse sentido, a concepção de si era de empoderamento total visto na fala do “Menino de Aço”, empoderamento parcial no “Andante de um Tempo”, acrescido de uma percepção de incapacidade. Já “A Determinada”, firmava-se pela organização, pela disciplina para com tarefas e compromissos. O “Aprendiz” apresentou uma característica do traço da sua personalidade como se calmo e tranquilo fosse, mais racional que emocional, ao passo que deu a ver uma frustração por não ter seguido a carreira do exército, sublimando essa situação com o ingresso na PM sergipana. O “Gigante no Pardieiro” trouxe uma perspectiva sua de desvalor e incapacidade para com a instituição policial, e para com uma percepção estereotipada ao se comparar com os seus integrantes, colocando-se à margem do “policial ideal”, pois sequer detinha apropriação daquele labor.

Assim, no tocante à categoria formação inicial (expectativas) entendida como sendo a primeira formação básica do aluno a oficial da polícia militar, bem como as expectativas criadas entorno dessa formação por parte dos sujeitos pesquisados. Nesta categoria, percebeu-se a similaridade da formação do oficial policial militar em todas as narrativas, basicamente com uma doutrina universalizada pelas academias policias militares brasileiras, apresentando diferença no que se refere à cultura, clima, alimentação e estrutura física. A subcategoria expectativa também fora assemelhada em todos os relatos, com sutis diferenças, promo-

vendo em alguns entusiasmos, motivação em outros, a percepção do peso da responsabilidade, como também, houve aqueles que manifestaram frustração, decepção e tristeza provenientes de preconceitos e assédios, conforme se pode observar nos trechos narrativos dos sujeitos:

[...] lembro-me que me sentia motivado e entusiasmado pelo fato de ir fazer a academia militar, estava decidido. Minha mãe, ao ter recebido a notícia, chorou de preocupação porque não me queria na PM. Confesso que naquele momento senti um pouco de medo. Não costumo brincar com a percepção de mãe. Os primeiros meses na academia foram duros, regados a trotes, maus tratos, hostilidades, castigos físicos e psicológicos. Um verdadeiro inferno! Tudo era prenúncio de dificuldades, desde o arranchamento ao ato de dormir, muitas das vezes, interrompido por bombas de efeito moral lançadas nos alojamentos no meio da madrugada, seguidas por sessões sucessivas de ordem unida no pátio da academia. Eles trabalhavam para que você desistisse do curso. Como diziam à época: “pede arrego, bicho!”. (O MENINO DE AÇO)

Quando passei, me senti motivado, esperançoso, pois tinha conseguido. [...] em Minas, a cultura é diferente, a comida é diferente, o frio... no início foi aquela educação, depois, com o passar dos dias, começou a violência, a ser mais militarizado, era um teste para saber se a gente queria aquilo mesmo. [...] Assim, quando você pensava que ia dormir, uma hora depois chamavam a gente para o pátio e davam início a uma série de coisas, de atrocidades. Eu acabava sofrendo muito, chorava, mas não para os outros verem, colocava o tra-

vesseiro no rosto e botava assim, entende? Era muito difícil. (O ANDANTE DE UM TEMPO)

[...] Muita expectativas... ansiedade, pois, eu sabia que era muita responsabilidade. Na concepção do comandante, Cel. Prudente, só formaria a primeira turma de soldados femininos, quando a PM de Sergipe tivesse com oficialas. Assim, eu era a primeira mulher, e sabia que quando voltasse teria pela frente o desafio de formar as policiais femininas. [...] mas, quando cheguei lá, tudo era muito rígido. E perceba, eu já era acostumada a seguir regras, no entanto, era além disso. Tocava o sino meia noite, colocávamos o uniforme de educação física, tudo às pressas, saíamos correndo, não importava se chovia ou não, e nos obrigavam a entrar na piscina[...]. [...] eu me perguntava: para que isso? (A DETERMINADA)

Pronto! Assim que eu cheguei na academia de oficiais de Paudalho, eu me deparei com outra realidade. Você sai daquela visão de praça e ao chegar e ver aquele mundo da oficialidade, tive um choque muito forte. Era muito militarizada, cheguei lá no início de 1989, e então você se depara com um monte de coisas que não estava regulamentada. Além do que, me diziam que pelo fato de eu ter sido praça não seria um bom oficial, e aí eu senti aquele choque[...] [...]senti aquela discriminação forte. (O GIGANTE NO PARDIEIRO)

Veja... as expectativas que eu tinha... a gente imagina muito, desenvolve muitas ideias, e então, quando cheguei foi estranho. Senti de imediato aquele impacto. A academia estava em construção, se estruturando,

mas com os cursos em andamento. [...] as dificuldades foram muitas, tínhamos que nos alojarmos em lugares insalubres. Por conta disso, sofri muito com rinite alérgica. No início, foi muito foco no treinamento militar, eles queriam nos formar combatente, então, havia muito ‘rala’, muita ‘pagação’. (O APRENDIZ)

Os relatos dessas formações representam bem as condições pelas quais esses homens e mulheres foram submetidos até alcançar a conclusão da formação basilar do oficial(a) de polícia militar brasileiro. Evidentemente, que confirmam uma formação muito mais próxima dos processos de violência, culturalmente instituídos, ao invés dos tecnicismos e profissionalismos que deveriam permear a integralidade dessa, tão difícil e essencial, atividade laboral em nossos dias. Nesse sentido, mister haver conhecimento da sociedade junto às conjunturas formacionais desses profissionais, afinal de contas, a população será aquela que irá dispor desses serviços, e se na sua origem os profissionais de segurança pública já sofrem uma inicialização a partir de uma reprodução de violência institucionalizada, promotora de distúrbios emocionais, psicológicos, morais, diria até filosóficos, que tipo então de segurança será promovida para a sociedade? Terá a sociedade que depender das questões, eminentemente, idiossincráticas desses indivíduos, a partir de significações muito pessoais, que se farão mais ou menos violentos?

Diante dessas perquirições reflexivas, apresento o quadro 4, que traduz o planejamento dessas formações, de acordo com as disciplinas elencadas, constituidoras da ementa formacional desses profissionais, extraídas dos documentos curriculares acadêmicos dos sujeitos constantes no apêndice deste trabalho, com um recorte temporal das turmas as quais os sujeitos dessa pesquisa foram formados, conforme segue:

Quadro 4 – Curso de Formação de Oficiais – CFO

	1984 - 1986	1990 - 1992	1992 - 1994
1º Ano	<p>E.P.B. Com. e Expressão Int. Est. Direito Estatística Sociologia Met. Científica Edc. Física Ordem Unida Armamento Hig. Soc. Urgência Comunicações Gue. Revolucionária Maneabilidade Noç. Topografia Correspondência Mil. Fundamentos PM Intr. Tat. Ostens. Pol. Ost. Geral Legisl. e Reg.</p>	<p>Dir. Constitucional Estatística E.P.B. Int. Est. Direito Met. Científica Português Psicologia Armtº e Tiro Comunicações Corresp. Mil. Edc. Física Hig. Socor. Urgência Instrução Geral Ordem Unida Oper. Defés. Int. e Defés. Territorial Tec. Pol. Mil. e Bom. Mil. Serv. Social</p>	<p>Met. Científica Hig. Socor. Urgência Líng. Portuguesa Comunicação PM E.P.B. Def. Pessoal I Intr. Est. Direito Etiqueta Social Sociologia Intr. Informática Econ. Política Teor. Geral do Est. Armtº e Tiro I Comunicação Social Trein. Fis. Mil Hist. da PMAL Op. Def. Int. Terr. I Equitação Legislação PM I Pol. Rádio-Patrolha Ordem Unida Téc. Pol. Mil. I</p>
2º Ano	<p>Edc. Física Ordem Unida Armamento Lutas Intr. A Comunicação Criminalística Medicina Legal Dir. Constitucional Dir. Penal Dir. Penal Militar Administração Leg. e Regulamento Pol. Ost. Guarda Pol. Ost. Trânsito Pol. Flo. Mananciais Pol. Ost. Rodoviário Guer. Contra Guer. Tática Militar Psicologia Operações de Choque Natação Tiro Informática</p>	<p>Criminalística Dir. Penal Dir. Penal Mil. Intr. Comunicação Medicina Legal Psicologia Sociologia Teor. Geral. Adm. Armtº e Tiro Didática Edc. Física Mil. Legs. Pol. Mil. Ordem Unida Seg. Fis. Inst. e Dignatário Téc. Pol. Mil. e BM Serviço Social</p>	<p>Chefia e Liderança Equitação Trabalho de Comando Informática I Criminalística Legislação PM II Dir. Civil I Língua Portuguesa Dir. Constitucional Ordem Unida II Direito Financeiro Psicologia I Didática Geral Téc. Bom. Mil. Op. Def. Int. Def. Ter. II Teor. Geral. Adm. Dir. Proc. Penal Mil. Trein. Fis. Mil II Dir. Penal Comum I Téc. Pol. Militar II Def. Pessoal II Armtº. Mun. Tiro II Dir. Proc. Penal Mil.</p>

3º Ano	Proc. Adm. PM Edc. Física Ordem Unida Lutas Administração Direito Adm. Processo Penal Proc. Penal Mil. Est. Compl. Direito Dir. Civil Criminologia Met. do Ensino Informações Ativ. Bom. Def. Civil Montanhismo Trabalho de Comando Psicologia Social Tiro Oratória	Dir. Adm. Dir. Civil Dir. Proc. Penal Dir. Proc. Penal Mil. Econ. Política Psicologia Administração Armº e Tiro Defesa Civil Educ. Fís. Mil. Guerra Revolucionária Informações Ordem Unida Oper. Def. Int. Def. Ter. Trabalho de Comando	Informática II Dir. Proc. Penal Mil. Psicologia II Armº. Mun. Tiro III Estatística Trein. Fís. Mil III Didática Geral II Def. Pessoal III Criminologia Op. Def. Int. Def. Ter. III Medicina Legal Ordem Unida III Dir. Penal Comum II Téc. Pol. Militar III Dir. Adm. Téc. Bom. Mil. II Dir. Proc. P. Comum II Adm. PM Dir. Penal Mil. Trab. de Comando Informações PM
---------------	---	--	--

Fonte: Certificados dos Cursos

De acordo com a disposição das disciplinas, nota-se uma pequena modificação curricular da primeira turma representativa, datada de 1984 a 1986 dessa amostra, para com as outras duas dos períodos seguintes. As disciplinas “Guerra Revolucionária”, “Maneabilidade”, “Noções de Topografia”, “Guerrilha Contra Guerrilha”, não mais fizeram parte da estrutura curricular da última turma, compreendida no período de 1992 a 1994. Fato este que pode ser inferido em equidade da mudança de regime político democrático que o Brasil experimentou. Nota-se que a última turma, já estava sob a égide da Constituição de 1988, no entanto, a condição ementária de formação trazia em seu bojo aspectos de intensa militarização, por intermédio da disposição de disciplinas afetas a essas matérias, no entanto, houve uma desconsideração no sentido de se buscar uma formação que fosse mais voltada à cidadania e à segurança social.

Assim, seguindo a lógica formativa, a terceira categoria, formação continuada, diz respeito aos processos de capacitação con-

tinuada proposta para os oficiais policiais militares no transcurso das suas carreiras, como forma de aprimoramento e atualização profissional. De acordo com os relatos, a carreira do oficial de polícia militar é regida por legislação que condiciona o acesso promocional da carreira à submissão dessas formações, que são distribuídas de acordo com os fatores tempo de serviço e graduação hierárquica, conforme documentos curriculares e declarações dos sujeitos, dispostas abaixo:

[...] fiz o meu curso de aperfeiçoamento, praticamente duas vezes (rs)... [...] no ano de 2004, o CAO foi promovido aqui no Estado, fruto de um convênio do Ministério da Justiça, SSP e UFS, realizado na ACADEPOL. O curso é um dos pré-requisitos para ascensão ao posto de Major, no entanto, fugi à regra, que também está prevista na legislação PM. Neste caso, fui promovido por bravura, mas continuei o curso, terminei com êxito, inclusive fui o primeiro lugar geral. [...] O curso superior de polícia, CEGESP, fiz o ano passado em 2018, na PM da Bahia, curso esse necessário para o exercício do comando da PM. (O MENINO DE AÇO)

[...] em 1992 fui promovido ao posto de capitão. Em 1993, fui então fazer o curso de aperfeiçoamento de oficiais (CAO), na academia Edgar Facó, em Fortaleza. [...] Então, o de superior de polícia, no ano de 2001, eu já era tenente coronel, fui então fazer o curso, também em Fortaleza. Éramos cinco sergipanos [...]. [...] Mas assim, minha monografia foi muito bem conceituada, eu terminei ficando em terceiro lugar geral e em primeiro lugar entre os sergipanos. (O ANDANTE DE UM TEMPO)

[...] Para mim foi uma vitória, alguns colegas não quiseram ir para o CAO, então eu fui contemplada. Fui para a academia do Cabo Branco na Paraíba, o ano era 2001, eu já era capitã. [...] após o término do curso, houve uma redução de interstício e eu fui promovida logo ao posto de major. [...] em 2005, eu já era tenente coronel e aqui mesmo em Sergipe fiz o meu curso superior de polícia. (A DETERMINADA)

[...] Fui fazer o CAO em 2001, já na condição de capitão, em João Pessoa... [...] fiz o curso superior de polícia em Sergipe mesmo, no ano de 2005 e então, eu já estava promovido a tenente coronel. Foi bom porque não precisei me afastar da minha família. (O GIGANTE NO PARDIEIRO)

[...] o curso de aperfeiçoamento de oficiais é quando você chega ao posto de capitão, e o curso superior de polícia quando você chega ao posto de tenente coronel. [...] esses cursos são obrigatórios e você tem que fazê-los durante a carreira. Eu fiz o CAO em 2001 no Estado da Paraíba, e o superior de polícia em 2005, em Sergipe, na condição de major, fui promovido a tenente coronel antes do seu término. (O APRENDIZ)

Ainda de acordo com essa categoria, as formações continuadas tornam-se acessíveis aos oficiais que tenham, no mínimo, 10 anos de efetivo serviço. Tempo valioso para que haja a devida consolidação da carreira, como também, contribuem para a melhor adaptação desses profissionais aos novos desafios promovidos pela necessidade de gestão de pessoal e de organismos, isto é, setores da própria instituição policial militar. Outro ponto importante foi a composição das grades curriculares, dispostas no apêndice deste estudo, consoante com o quadro a seguir:

Quadro 5 – Cursos de Formação Continuada

Sujeitos	CAO	CSP
Andante de um Tempo	<p style="text-align: center;">Ano 1993</p> <p>Psic. Social, Ch. e Liderança, Dir. Jud. E Sist. Penitenciário, Adm Financeira, Com. Social, Dir. Constitucional, Legis. E Competência PM, Inf. E Contra-Informação, Tática PM, PM e Def. Civil, Trab. De Comando, Organização e Métodos, Criminologia, Tiro PM, Monografia e TFM.</p>	<p style="text-align: center;">Ano 2001</p> <p>Ciência Política, Psic. Apl. à Adm. PM, Gerenciamento Org., Cultura Jurídica, Sociologia Apl à Seg. Púb., Finanças Públicas, Met. Trab. Científico, Trabalho de Comando, Planejamento Estratégico, Defesa Social, TFM, Tiro PM, Monografia, Seminários, Palestras, Viagens de Estudo.</p>
<p>A Determinada</p> <p>O Gigante no Pardieiro</p> <p>O Aprendiz</p> <p>O Menino de Aço (exceto o CSP)</p>	<p style="text-align: center;">Ano 2001</p> <p>Econ. e Ciên. Políticas, Cultura e Ação Policial, Análise Psicossocial da Violência, Planejamento Estratégico, Cidadania e Direitos Humanos, Direito e Cultura Jurídica, Direito Adm, Criminologia, Adm e Gestão Financeira, Gerência de Informação e Processo Decisório, Marketing Estratégico, Gestão de RH e Formação de Executivos, Desenvolvimento Institucional, Política de Seg. Púb., Estratégia de Prevenção da Criminalidade, Inteligência Pessoal, Tiro Racional, Gerenciamento de Crises, Met. Do Trab. Científico, Oratória, TFM e Monografia.</p>	<p style="text-align: center;">Ano 2005</p> <p>Direito Constitucional, Psic. Aplicada, Dir. Humanos, Ética e Cidadania, Ciência Política, Met. Trab. Científico, Gestão Pública, Defesa Civil, Estatística, Dir. Adm., Temas Atuais das Ciên. Criminais, Dir. Ambiental, Plan. Estratégico e Processo Decisório, Sist. De Seg. Púb., Inteligência e Análise Criminal, Seminários e Palestras, Gerenciamento de Crises, Pol. Comunitária e Monografia.</p>

<p>O Menino de Aço</p>		<p>Ano 2018</p> <p>Cultura Org., Ch. e Liderança, Planejamento Governamental e Governança, Orç. E Finanças Púb., Pol. Comunitária e Dir. Humanos, Operações Integradas e Garantia da Lei e da Ordem, Met. da Pesquisa, Políticas Públicas de Sg. E Defesa Social, Comunicação Social e Relações públicas, Política Econômica, Território e Criminalidade, Planejamento Estratégico e Processo Decisório, Armtº e Equipamentos não Letais, Desenvolvimento de Políticas de Gestão de Pessoas, Seminários Especiais, Dimensões, Contemporâneas da Criminalidade, Inteligência Estratégica, Projeto de Intervenção, Viagem de Estudo.</p>
-------------------------------	--	---

Fonte: Certificados de Cursos

Também se observa, nesse momento da carreira do oficial policial militar, um redirecionamento daquele profissional que no início fora formado um policial “combatente”, para aquele voltado para a gestão de pessoas, das políticas de segurança pública e também das organizações policiais, isto posto inclusive nas narrativas biográficas dos sujeitos deste estudo. Mister ressaltar a relevância das parcerias com às universidades públicas e privadas quando da criação e reformulação atinentes aos cursos *lato sensu*, formações continuadas, tanto para o curso de aperfeiçoamento de

oficiais quanto para o curso superior de polícia, tendo em vista, a mudança de paradigma que vem sendo proposta para os oficiais cursistas, formadores de opiniões e lideranças das instituições policiais. Com essa proposta de formação continuada, pode-se dizer que há o fortalecimento crítico-científico para com as questões em torno da criminalidade através da pesquisa científica proposta nesses cursos, isto é, dentro e fora das instituições policiais, ocorrendo o fomento de uma nova modalidade de buscar soluções para a segurança pública deste país, conforme se pode verificar na grade do CEGESP (2018), em que se exige ao término do curso, um projeto de intervenção, como forma de propor uma solução para problemas específicos da segurança pública, rompendo-se com conceitos rasos, coisificados e atitudes equivocadas, que, por tanto tempo, conduziram de maneira não satisfatória o combate à violência nas terras brasileiras.

Destarte, ainda de acordo com a análise categorial, experiências vividas e formação, entendida como sendo situações experimentadas no exercício profissional, construtoras e consolidadoras de conhecimentos mediante as vivências exercitadas a partir de ações, emoções, comportamentos deliberados ou não, constituidores de processos cognitivos e psicológicos, essa categoria se mostrou relevante tendo em vista as ressignificações que tais experiências propuseram aos sujeitos pesquisados, em que alguns consolidaram percursos, outro, foram promotores de ampliação de visão da atividade fim, conforme as narrativas que se seguem:

[...] no mesmo serviço de radiopatrulhamento, que houvera o parto, por volta das 04:30 da madrugada, quando passávamos pela Av. Beira Mar, vimos dois carros nos cortar em alta velocidade, chegando a nos assustar, e quando nas imediações das quatro bocas, um dos carros aquaplanou e rompeu a balaustrada, caindo dentro do Rio Sergipe, que estava na vazante.

Dois jovens foram lançados fora do carro, e um deles estava a se afogar numa poça de lama. Entrei, era muito alto aquele paredão, muita lama até a altura do joelho, peguei o jovem, amarrei-o a mim, com meu cinto de guarnição, e com muito esforço retiramos ele de lá, com ajuda inclusive dos trabalhadores do posto de gasolina... [...] anos depois nos encontramos em um clube de tiro, ele me abordou e me disse: “você me salvou, perdi um pulmão e ganhei a vida”. Nos abraçamos longamente e choramos muito. (O MENINO DE AÇO)

[...] quando assumi o comando da PM, primeira coisa que eu fiz foi sanar os débitos da instituição com os fornecedores. Pela experiência que tive quando fui PM/6, similar a um diretor de finanças, determinei auditoria nos serviços e contratos e limpei o nome da PM. Nesse fluxo, trabalhei as relações interna *corporis* que estavam desgastadas entre os oficiais, por conta de uma situação de rivalidade dos oficiais acadêmicos com os oficiais R-2, oficiais com graduados, graduados com as praças. Foram dias de extremas dificuldades, no entanto superamos. (O ANDANTE DE UM TEMPO)

[...] quando cheguei na academia do Cabo Branco, com os meus dois colegas sergipanos, senti o peso de ser a única mulher, havia muito preconceito com as mulheres na PM, os homens perguntavam o que estaríamos nós a fazer ali. Então, foi assim, fui vencendo as barreiras, uma colocação ali, outra acolá, e assim eles foram vendo que eu tinha conteúdo, vivência, dominava o que eu falava, e logo foram me colocando nos grupos da turma, e depois foram só elogios. Cada dia na PM, aprendia que o espaço era algo que se con-

quística, sem precisar passar por cima de ninguém. O fato é que eu venci o preconceito com relação ao papel da mulher na PM. (A DETERMINADA)

[...] a academia foi o meu laboratório para a vida e também para a carreira. Lembro-me das vezes que fui obrigado a me impor perante os meus colegas que estavam contaminados com aquela ideologia de competição e de se sobrepor ao outro. Isso acontecia na hora de uma faxina, quando uma determinada tarefa era para ser feita proveniente de uma instrução, enfim, comecei a me empoderar, se falavam mais forte, eu também falava mais forte. E assim foi indo, porque depois eu ia lá e chamava o colega para conversar e avaliar o ocorrido, e dessa maneira comecei a ser respeitado. (O GIGANTE NO PARDIEIRO)

[...] veja, uma coisa que me marcou, foi agora, recente, antes de eu sair da polícia. Estávamos com um problema com a locação dos veículos, em relação ao custo muito alto. O comandante me chamou e pediu a minha ajuda nessa temática. Fui para casa, levei as planilhas, e quando foi na segunda apresentei a solução. Devolveríamos as *pick-ups*, e pelo valor de locação de cada uma, alugariamos uma Duster e meio, você me entende? E foi isso, aumentamos a frota sem elevarmos o custo. Lógico que tudo estava na previsão contratual. E a população mais bem atendida. (O APRENDIZ)

Observa-se, nessas narrativas, a tomada de consciência do bom exercício profissional, sendo difícil a indissociabilidade entre a vida pessoal e a profissão. Dessa maneira, compreende-se uma

integralidade da experiência com o processo de aprendizagem desenvolvido ao longo da carreira, fazendo-se valer das percepções, sensações e discernimentos dos valores adquiridos, conforme entende Josso (2006, apud SOUZA, 2016, p.494):

A formação, do ponto de vista do sujeito, para se nomear como tal, exige de quem aprende criatividade e tempo para converter as vivências, as atividades em experiências e integrá-las significativamente à história de vida tal como ela começa a ser contada.

A autora ressalta a interiorização do processo de aprendizagem exigindo do seu agente uma transformação em que as vivências tomam sentido, mediante o seu percurso experiencial. Daí por exemplo, a solução encontrada na fala do “Aprendiz” ao relatar que levou o trabalho para casa, e que no esforço de solucionar a demanda apresentada, usou de criatividade em cima da própria situação.

Desse modo, a categoria fatos marcantes e formação, refere-se aos acontecimentos fundamentais e/ou significativos que contribuíram para a formação, resultando em valor agregado à mesma. Assim, todas as falas narrativas dos sujeitos apresentaram fatos significativos, consolidando processos formacionais importantes na solidificação dos aprendizados feito azimutes a serem seguidos, podendo-se dizer, incondicionalmente, conforme seguem:

[...] havia aprendido desde o tempo do exército que com armamento só se erra uma vez, e confesso que entendia mas não alcançava o peso daquelas palavras. Aquele acidente no CFAP, que envolveu um oficial e vitimou o aluno mortalmente, fez-me sentir o significado real daquele jargão. Sentimento de impotência, de desespero, de dor, de tentar voltar o tempo e não

conseguir. Se eu já era por natureza rigoroso com a segurança nas instruções, depois dali, fiquei completamente obsessivo. (O MENINO DE AÇO)

[...] A questão da disciplina é importante, a questão de você perceber e ter foco, persistir, o militarismo dá um pouco disso. A questão da hierarquia quando bem compreendida, torna-se uma ferramenta importantíssima. Você tem que ter uma disciplina proativa, então isso me ajudou muito na minha vida pessoal. (O ANDANTE DE UM TEMPO)

[...] o que me marcou foi o treinamento de tiro, porque eu nunca tinha pego em arma, e eu sair realmente sabendo manusear. Para isso, fiz muita flexão de braço, melhorei o meu condicionamento físico, e me tornei uma excelente atiradora. (A DETERMINADA)

[...] Marcaram... foram esses cursos que a polícia me proporcionou, pois fizeram com que eu me aprimorasse na habilidade de tomar decisão. O policial militar, constantemente, toma decisão, e quando se trata de oficial então. (O GIGANTE NO PARDIEIRO)

[...] o meu curso do CAO na Paraíba, marcou a minha carreira. Tive a oportunidade de observar um sistema de gerenciamento para toda a PM, que eles desenvolveram. Aquilo me motivou a melhorar o nosso sistema. Isso influenciou muito a minha carreira, pois trouxe muitos contributos para a PM sergipana. (O APRENDIZ)

Essas narrativas apresentam os caminhos descobertos a partir de questões trabalhadas individualmente de acordo com o tipo de

aprendizagem que foi considerada útil, em que, através desse registro (auto)biográfico, ficou identificado o desejo de descoberta, de aprofundamento, bem como, a qualidade de domínio a ser desenvolvido, que só foram efetivados, na medida em que o tempo veio consolidar a união dos aprendizados adotadas por convicção.

Portanto, a próxima subseção apresentará a continuação das narrativas (auto)biográficas de acordo com o roteiro de entrevista, dando a ver o desenvolvimento do último bloco de perguntas, constituindo assim a sua terceira e última parte, de acordo com o enunciado a seguir.

3.3 - DOS ASPECTOS DA FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR: TEORIA *VERSUS* PRÁTICA?

O humano tem uma materialidade que dá aos processos de formação e às transformações um ritmo e uma temporalidade particulares assim como uma plasticidade dinâmica específica às mudanças em curso. (JOSSO, 2006, apud SOUZA, 2016, p.437)

A epígrafe nos conduz a refletir acerca da capacidade do ser humano nos processos de aprendizagem, bem como, a transferir os seus dotes de adaptabilidade para essa atividade. A exploração de suas potencialidades nesse campo de aquisição do conhecimento pela formação, permite-lhe trabalhar a integração e as transformações de acordo com a sua velocidade de se adequar as alterações previstas em qualquer curso do viver, dando o seu toque particular e específico nessa adaptação. Assim, as suas habilidades se desenvolvem e se consolidam na medida que o 'fermento', denominado tempo, é acrescido nesse conteúdo, tornando-o mais completo no campo da sua alteridade.

A partir desse entendimento, esta subseção apresentará o término das narrativas (auto)biográficas, seguindo a mesma dispo-

sição da sequência dos sujeitos, retomada pelo “Menino de Aço”, de acordo com o último bloco de perguntas do roteiro de entrevista, abaixo apensado com as suas respectivas células categoriais, que serão analisadas posteriormente, conforme anuncia o quadro 6, a seguir:

Quadro 6 – Roteiro de entrevistas com categorias (3ª parte)

Terceiro Bloco de Perguntas:
<p>O que lhe inquietou negativamente na formação da carreira policial militar?</p> <p>Qual relação entre a teoria e prática mais perceptível na sua formação de oficial?</p> <p>Qual a maior discrepância entre teoria e prática na sua formação de oficial?</p> <p>Considerando a formação requerida pela instituição e tudo o que foi feito para atendê-la, pergunto se houve necessidade de fazer algum curso, não exigido por ela, mas que você se viu compelido em fazer?</p> <p>Por que revelar sua história é importante para a sua formação?</p>
Temas Principais e Secundários:
<ul style="list-style-type: none"> - Formação e o negativo; - Formação: teoria versus prática; - Discrepâncias entre a teoria e prática na formação; - Complementação da formação; - História de si e formação.

Fonte: Autoria própria

“O MENINO DE AÇO”

No tocante à sua formação, rememorou o período que passara na academia e que fora marcado por equívocos no tocante à doutrinação junto à missão policial militar, pois primavam os seus instrutores por uma concepção dualista de se encarar a sociedade: “maus *versus* bons”, promovendo danos na medida em que os colegas oficiais reproduziriam aquela maneira equivocada de enxer-

gar a sociedade nas suas instituições policiais, como viera a acontecer posteriormente face ao conhecimento de fatos nesse sentido. Retratou isso como o ponto marcante de maneira negativa, quando da formação dos oficiais, que de certa maneira foram os reprodutores e construtores de modelos paradigmáticos constituidores de violência junto às instituições policiais, que se tornaram plenamente equivocados quando da formação, em qualquer categoria que se apresentasse, quer fossem praças, graduados, como uma deformidade simplista de se entender o fenômeno da violência, reproduzindo-a como forma única de combatê-la.

Por isso, entende que há uma fina relação da teoria com a prática na sua formação, daí compreender que há de se voltar as preocupações para a formação desses profissionais, face a necessidade de se acompanhar as evoluções sociais, quaisquer que sejam em comportamentos, hábitos, ideológicos, como também nas questões de ordem legal. Tal mudança de paradigma na sua visão colocaria as instituições policiais militares dentro de um ajustamento para com as necessidades reais e anseios sociais, exigindo-se daquelas um tecnicismo e profissionalismo apurados dentro das concepções dos direitos e garantias individuais, a fim de que não se cometam mais atrocidades, nem tão pouco violências de quaisquer ordens, e que se promova de fato e de direito a devida proteção social tão necessária para o desenvolvimento das atividades humanas nas suas mais variadas dimensões.

Desse modo, entende que a maior discrepância entre a teoria e a prática da sua formação de oficial fora na formação básica, quando do afastamento da instituição policial militar da sociedade, entendendo-se à época que a problemática da segurança pública fosse matéria estritamente das organizações coercitivas do Estado, em que a população nessa concepção filosófica formacional figuraria como mero elemento, sobreposta à vontade do poder público.

Nessa visão, há valorização exacerbada da coercibilidade e da punição em detrimento de um pacto social pela vida, em que to-

dos figurariam como agentes integrantes de um mesmo corpo, aqui entendido como a sociedade, e nesse sentido o encarceramento figuraria como o fechamento de um ciclo, que sequer havia conhecimento de suas gêneses. Por isso, entender a fragilidade dessas instituições, inclusive nas questões ditas estruturantes, como as legislações, missões, a concepção de visão de si e do seu ‘negócio’ que, de uma certa maneira, ainda carecem, no seu entendimento, de alterações profundas e significativas para que venham funcionar eminentemente em favor da sociedade brasileira, contrariando assim os processos personalíssimos, bem como os projetos de poder de governos.

Nesse sentido, relatou o declarante que buscou a graduação em psicologia, especificamente na área clínica, por ter verificado a demanda significativa de policiais militares adoecidos em virtude da prática profissional por demais desgastante, provinda das relações interna *corporis*, uma vez que não havia uma escuta, nem ‘falas’ de expressão por parte dos subordinados para com os superiores, ficando essa condição àqueles detentores de supremacia hierárquica, que de vontade própria, possibilitavam uma melhor comunicação e entendimento, como também, pelo fato de não haver uma relação de cordialidades e de *feedback*, bem como, o contato direto com todo tipo de violência, carga horária de trabalhos excessivos, pressões, cobranças, além dos esforços físicos, psicológicos que eram demandados e disciplina rígida.

Assim, percebia tudo isso gritando silenciosamente no interior de cada policial, através da depressão, ansiedades crônicas, suicídios, drogadição de toda ordem, problemas nos relacionamentos familiares, pois aqueles policiais no seu entendimento tinham sentimentos, vontades, desejos, dores, discernimentos, ainda não percebidos como manifestação de adoecimentos.

Nessa perspectiva, relatou que por conta dessas questões observadas, inquietou-se e criou/fundou o NAPSS em 2007, núcleo de atenção psicossocial da PM sergipana, com um panorama de

cuidados multidisciplinar, até aquele momento pioneiro no país, face o alinhamento com a política de saúde mental da Secretaria de Saúde do Estado, bem como dentro do *layout* orientativo da Secretaria de Segurança Pública (SENASP), do governo federal. O núcleo fora constituído por 08 psicólogos, 07 assistentes sociais, 01 psicopedagogo, a maioria policiais militares e alguns voluntários civis, e mais os estagiários das universidades Federal, UNIT, Pio Décimo e a Anhanguera. O atendimento dos serviços eram destinados para os policiais e seus familiares.

Disse ainda que essa iniciativa que já estava no formato de projeto desde o ano de 2004, ocasião que não havia sido implantado por falta de interesse de comandos e governos, e que se fortaleceu após ter passado uma experiência pessoal desagradável, ao sofrer uma violência institucional sem precedentes na história da corporação, juntamente com dois outros oficiais colegas seus, quando foram submetidos para reserva remunerada da PM, *ex-officio*, sem sequer terem tido direito a um processo administrativo que fosse, em virtude de decreto governamental, no ano de 2006, tendo em vista prestar os seus serviços na diretoria de trânsito da prefeitura municipal, que era comandada por um grupo político opositor ao governo do Estado que tentava reeleição. Fato esse explorado pela imprensa de maneira ostensiva em virtude da violação das leis estaduais, regimentos internos e de direitos e garantias individuais previstos na Carta Magna.

Assim, ao perceber na própria pele as fragilidades que a instituição policial carregava para com as suas políticas e legislações de pessoal, tomou força e em 2007, já com a sua situação pessoal revista pelo próprio Estado, encampou a implantação do NAPSS na PM sergipana, auxiliado por outros colegas oficiais e policiais de ideais e de esperanças na construção de uma instituição policial mais saudável e equilibrada.

Por fim, entende que revelar a sua história para sua formação possibilita olhar para as polícias militares com a visão de um fu-

turo promissor, tendo em vista a capacidade de mudança e de readaptação que os indivíduos detêm, não importando o lugar onde estejam, tão pouco a posição que venham a ocupar. Desse maneira, é possível aproximar cada vez mais a formação dos seus quadros, dentro da concepção de cidadania que a sociedade brasileira almeja, pois cada vez mais, tem havido dentro e fora das PM(s) estudos em universidades, nas próprias academias militares sobre temas diversos, como por exemplo: o revisar de técnicas policiais, de modos de policiamento, do pronto emprego de tecnologias, sobre como melhor propor enfrentamentos a determinados tipos de delitos, dentre outros, e tudo isso dentro do respeito às leis, aos direitos humanos e à vida, como sendo o bem maior de uma sociedade harmônica, soberana e cidadã.

“O ANDANTE DE UM TEMPO”

Ao retomar a narração, relatou o que mais lhe inquietou na carreira policial militar foi a violência policial, pois fora por longos anos oficial de rua e nunca desferira uma agressão física para um cidadão. Rememorou um episódio quando ainda na condição de aluno de soldado, ao realizar um estágio na PM sergipana, precisamente na cidade de Lagarto, interior do Estado de Sergipe, no ano de 1982, por conta de evento que ocorria na cidade. Contou que policiais militares prenderam um cidadão homossexual por estar com comportamentos indevidos no banheiro do mercado municipal e o conduziram para a delegacia da cidade. Na delegacia, o responsável era um sargento antigo que de posse de uma palmatória solicitou que os militares se perfilassem e cada um atingisse o cidadão detido em uma de suas mãos. Relatou que ao chegar a sua vez se recusou, e verbalizou acerca da sua não concordância com aquilo.

Dessa forma, descreveu que sempre combateu a violência policial, por entender ser inaceitável. Admite até o confronto quan-

do o cidadão faz uma investida contra policiais, no entanto até o devido restabelecimento da situação, conforme apregoa as legislações, a dosimetria deve ser sempre proporcional, e nunca acima da ação praticada. Rememorou que ao ministrar aulas de técnica policial dizia para os alunos que os policiais devem se preparar para fazer o melhor e o mais bem feito dentro de uma ação policial, a fim de serem reduzidos os danos a pessoas e ao patrimônio. Daí o fato, no seu entendimento, do policial se empenhar nas atividades físicas, nas instruções de tiro e de técnicas policiais e de defesas, dentre outras, pois pode ser necessário o emprego da força física, no entanto no limite da imobilização e nada mais, pois as ações devem ser postas somente ao papel da autoridade ao policial outorgada.

No que se refere a relação entre a teoria e a prática verificada na sua formação relatou que havia uma certa distância entre ambas. Lembrou que à época que fora formado era previsto pelos seus instrutores a possibilidade de uma guerra revolucionária, atendia aos ensinamentos, no entanto, sentia que aquilo não era real, não existia. Por outro lado, percebia que colegas seus de academia detinham uma postura mais humana, mais pacificadora, resolutora, e entendia que esse seria o caminho a ser seguido. Cria, talvez, esse posicionamento seu se devesse as leituras que realizara momentos antes de ir para a academia militar, de autores ligados à esquerda. Assim, não vislumbrava uma correspondência da teoria com a prática, acreditava sim na presença ostensiva do policial na rua de forma vigilante, bem postado, com bons modos, bem fardado, asseado, pronto para servir a qualquer momento visando a inibição de atos delituosos, por consequência proporcionando mais tranquilidade para a sociedade, sendo eficiente sem emprego de violência.

Nessa direção, entende também, que uma das maiores discrepância quando da formação, dentro ainda da perspectiva da teoria e da prática foi a irrelevância da temática alusiva à corrupção

policial militar. Assunto esse pouco falado e pouco estudado. Entende que o policial corrupto é terrível para a sociedade, pois ele é aquele que mata não só o companheiro, mas quem atravessar no seu caminho, é aquele que destrói a confiança da sociedade para com a instituição policial. Relatou que esse assunto praticamente ficou esquecido nos bancos escolares, mesmo se chamando atenção para os valores e para a ética, e quando veio para a prática se deparou com uma realidade difícil e perigosa. Disse que por conta da percepção desse processo de corrupção adotou uma postura de fazer o certo, de seguir as regras e ser abominável com tais práticas quando das apurações de processos disciplinares. Por conta dessa postura, acredita que quando exerceu o comando geral em dois governos distintos pôde fomentar a prática de atitudes saudáveis, o bom emprego de valores, o respeito ao próximo e a 'coisa' pública e da ética entre os seus comandados, combatendo assim não só a violência policial como a corrupção policial militar.

Nesse sentido, dedicou-se ao estudo da pedagogia, por considerar de fundamental importância no processo de formação do policial militar, além do fomento de valores, de virtudes, da ética como forma de viver e de se portar, o seu envolvimento com as áreas de humanas, tendo em vista o lido diretamente com o cidadão, entendendo ser importante o conhecimento dessas dimensões, permitindo-lhe perspectivas mais humanizadas quando do desenvolvimento das suas atividades policiais junto à comunidade por ele assistida. Disse ainda que a pedagogia lhe forneceu a base necessária para o seu exercício de comando face ter adotado essas perspectivas.

Por fim, relatou que ao revelar a sua história entende ser relevante para a sua formação, tendo em vista o seu sentimento de missão cumprida e compreende que deve deixar o bastão do exemplo para que alguém possa dar prosseguimento. Dessa maneira, ao se revelar, pretende alcançar aqueles militares que se identifiquem com a sua história e que os exemplos positivos seus

possam contribuir para o devido encorajamento do soldado hoje, que pode ser oficial amanhã, e dessa maneira modificar a polícia militar de Sergipe cada vez mais para melhor.

“A DETERMINADA”

Ao dar prosseguimento a sua narrativa, declarou que na sua formação junto a academia via como negativo aquela pressão eminentemente excessiva e que não deveria existir, pois contribuiu para o desequilíbrio emocional de muitos colegas que ficavam por um fio, ao ponto de ter presenciado agressões físicas entre cadetes na sala de aula, desestruturando a turma. Por outro lado, compreende que uma pressão dentro de limites é importante a fim de testar e preparar o policial para as adversidades, no entanto entende que o difícil é encontrar a dosimetria adequada para as determinadas situações.

Ao se referir sobre a relação da teoria e prática mais perceptível no processo de formação relatou haver discrepância considerável, uma vez que, a teoria é muito bonita, pois está dentro da lei, da regulamentação, dos manuais, mas quando se vai para prática a realidade é completamente diferente. Na academia aprendia o correto e quando chegou para estagiar na PM de Sergipe verificou que tudo era diferente, ao ponto de desconfiar da equipe que tirou serviço, pois havia uma dificuldade para se cumprir as determinações, as atividades eram feitas e executadas com má vontade, ao ponto de se decepcionar e quase ter solicitado baixa do curso, face a realidade ser completamente oposta. Relatou que de certa maneira ao pensar no futuro naquelas condições vislumbrou dificuldades praticamente insuperáveis.

Diante dos obstáculos que avaliou durante o curso de formação e os estágios na PM sergipana, na medida que o tempo foi passando, agregou como hábito à condição de se permitir fazer os cursos que julgassem ser contributivos para com sua prática pro-

fissional, bem como com a posição de chefia que detinha. Assim, pelo fato de ser uma das atribuições a redação de documentos e a feitura de procedimentos administrativos e jurídicos, fez curso de atualização de gramática, cursos de licitação, cursos de técnicas policiais, curso de atualização profissional, dentre outros. Dessa forma, buscou modernizar-se dentro e fora da PM. Extra muros policiais buscou o aprimoramento com o ordenamento jurídico através do bacharelado em direito, em que entendeu ter sido importante para o exercício do oficialato, perante os recursos jurídicos adquiridos com tal formação, afastando-a consideravelmente da possibilidade de errar no aprendizado das funções assumidas.

Dessa maneira, entende que ao revelar a sua história a importância para a sua formação reside na possibilidade de oferecer algo que possa, ao menos servir de reflexão, na medida que outras pessoas venham se apropriar desse trabalho e por razões diversas se aprofundar, como também vir a se espelhar e romper com os tabus que ainda residem na instituição policial militar.

Também dá a ver o sentimento de honra por ter sido uma das escolhidas para o aludido trabalho, pois na condição de ser mulher, negra, oficiala militar, e ainda por estar na reserva, com o seu testemunho ter a possibilidade de servir de exemplo para outras gerações que estão por vir, uma vez que tem plena consciência da profissional que se tornou na PM em razão dos valores e das virtudes que pôde cultivar e semear por onde passou, tendo como marca o seu amor pela instituição, pela farda, pelos colegas e pela sociedade que serviu nesses trinta anos de serviço ativo e ininterruptos. Entende que as pessoas passam e que a instituição permanecerá e aos que ficarem, juntamente com os que virão, que a dedicação seja a principal bandeira a ser empunhada, associada à fidelidade de bem servir à população com respeito e espírito de implicação, de tal maneira que o sentimento de honra venha a constituir o interior dos seus fiéis integrantes e que a missão seja sempre bem cumprida e executada.

“O GIGANTE NO PARDIEIRO”

Rememorou acerca do que havia lhe inquietado negativamente na sua formação. No início, a preconceção que se tinha, tanto de policiais quanto dos civis, que para ser um policial militar teria que ser forte fisicamente, alto, etc. Com o passar do tempo chegou a conclusão que não seriam esses apenas os atributos, pois o indivíduo precisaria ter preparo mental, valores morais e éticos, como também dispor de conteúdo técnico-profissional, referindo-se ao bom exercício daquela atividade. Assim, não seriam aquelas as condições *sine qua non* para a prática da profissão policial.

Dessa maneira, por conta desse pressuposto foi discriminado, desmotivado e isso lhe afetou por demais tanto no aspecto psicológico quanto no emocional. Outra surpresa desagradável ainda na academia, foi o preconceito exarado de maneira aberta que se tinha para com os cadetes oriundo das praças e graduados da instituição policial militar no curso de formação de oficiais. Relatou que ouviu muito na academia do Paudalho que um bom praça na maioria das vezes não se tornaria um bom oficial, isso pelo fato de ter sido praça. A comparação que fizera foi assemelhada a uma pessoa com uma doença contagiosa. E com isso ficou intrigado, pois entendia que tal condição seria uma falácia, tendo-se aumentada a percepção do preconceito contra a sua pessoa quando associado a questão de ser negro.

Relembrou que quando começou a se adaptar, bem como a se dar mais valor, a colocar na sua mente que era capaz e que iria superar tudo que estava a lhe apresentar, disse que apareceu um oficial, o major Eudeuri, que lhe marcara profundamente. O citado oficial o acompanhou em todos os momentos da academia. Disse que se um cadete fosse movido a fazer uma determinada atividade apenas uma única vez, que quando fosse sua vez, o mencionado oficial, colocava-o para executar duas vezes ou mais e lhe exigia que fosse de diversas formas diferente. Relatou que fazia atividades do-

bradas e em um dado momento chegou a acreditar que aquele maior não lhe tinha apreço, ficando triste e desanimado, até que um determinado dia o oficial lhe chamara dizendo-lhe: “olha Genival, se quando você chega em um local que todo mundo olha para você, não fique pensando que você está sendo discriminado. Pense no seguinte, você é o único ‘diferente’ e todos gostariam de ocupar o seu lugar. Então, você de fato é aquele que faz a diferença aqui, por isso eu cobro mais de você, porque eu sei que será o mais observado!”. Relatou que ao ouvir isso se sentiu fortalecido e agradecido, por entender que aquelas atitudes daquele oficial eram proteções, e frisou que até hoje é dado a fazer muitas amizades com todos, que posteriormente anos depois recebeu a medalha do mérito da PM pernambucana, tendo ali portas abertas e diletos amigos.

Destarte, ao se referir acerca da relação da sua percepção da teoria e da prática na sua formação, relatou que a prática policial não será possível se não houver a teoria, entendendo-as por demais relacionadas, uma vez que, compreende que existe a dependência de uma pela outra e vice-versa. Exemplificou dizendo que só se consegue fazer uma abordagem, uma perseguição, uma reintegração de posse, dentre outras atividades policiais, se houver os estudos voltados para essas questões, caso contrário, o oficial não conseguirá sequer jogar sua tropa em uma atividade da qual ele não estudou, tão pouco se preparou para aquilo. Passaria por maus bocados diante de todos e da sociedade.

Desse mesmo modo, compreende como maior discrepância entre a teoria e a prática na sua formação, àquelas questões relacionadas aos processos hierárquicos, isto é, de ‘cima para baixo’, referindo-se ao jargão militar, quando relacionadas às ordens erradas, indevidas, mal administradas, como aquelas não tão bem repassadas, todas promotoras de prejuízos que repercutem desde o individual ao coletivo. Atribui essa situação ao não preparo do seu emissor, que geralmente adota o comportamento de não se responsabilizar pelo feito. Assim, compreende que nenhum pla-

nejamento resiste às situações que envolvam determinadas ‘ordens’, daí porque a experiência e a vivência irão contribuir para que se possa verificar da onde partiu determinado ‘mando’, fazendo com que aqueles mais experientes busquem outras alternativas antes de dar prosseguimento a feitos equivocados.

Assim sendo, por conta de determinados enfrentamentos com ordens ilegais no transcurso da sua carreira, as chamadas “r(s)-quero!” buscou complementar os seus estudos também fora da polícia, a fim de melhor se preparar, bem como desarmar direcionamentos indevidos para a administração pública policial militar. Por conta das dificuldades com a gestão de uma maneira geral, pela necessidade de se aprimorar nos planejamentos, na arte de saber administrar, ou de entender sobre finanças públicas, iniciou o curso de administração, cursando-o até o nono período, que por questões outras não terminou. Em seguida, iniciou e completou o curso de direito por entender da proximidade peculiar da ciência jurídica com a atividade policial, que antes de tudo, necessitaria do embasamento legal. Dessa maneira, pode se blindar de direcionamentos equivocados durante a sua carreira policial pautando-a na legalidade dos atos e fatos.

Portanto, ao revelar a sua história entende ser importante para sua formação, em virtude de poder apresentar uma vida de superação de obstáculos, de conquistas e de consolidação de valores e princípios voltados ao homem de bem. Compreende ainda que a sua história pode servir de encorajamento para aqueles que se sentem diminuídos, desvalorizados, por ser também denotativa de esforço, luta, garra, bem como, especificamente para a formação por demonstrar o quanto de humano tem em cada um, não importando sua origem, sua condição social, tão pouco sua cor, sendo relevante sim seu empenho, determinação, implicação e a capacidade de sorrir para a vida, tornando-a feliz, mesmo diante de obstáculos e de situações plenamente desfavoráveis, e ainda “de quebra” fazer amigos (risos) dentre aqueles adversativos a nós.

“O APRENDIZ”

Rememorou que quando da sua formação inicial, na academia, houve um fato que considerou negativo, referindo-se ao pronto emprego demasiado de atividades eminentemente militares, um tanto quanto desnecessárias para aquela formação policial, prejudicando o aprofundamento de disciplinas voltadas às questões técnicas policiais da atividade profissional e jurídicas. Assim, relatou ter havido muita militarização, ordem unida com armamento longo, sem armamento, marchas, atividades essas que, principalmente no primeiro ano, absorveram um tempo precioso para uma formação de oficial.

Nesse sentido, voltando-se para a relação da teoria e da prática na sua formação, acredita que não houve tanta diferença entre ambas. Entendendo que a teoria ministrada e recebida na academia afirmou a prática e vice-versa. Atribuiu isso pelo fato de ter se formado em uma academia do nordeste, região de costumes e problemas muito parecidos, no entanto, observou que os seus colegas que foram formados em academias do sul do país, tiveram mais dificuldades de se ajustar em virtude de costumes e procedimentos das corporações serem diferentes. Alguma coisa coincidia no tocante às técnicas, outras não. A parte jurídica – legal – seguiu dentro dos mesmos princípios, no entanto, o regionalismo sempre fez a diferença naquela época, tendo em vista que atualmente os procedimentos estão mais uniformizados por conta da internet e da facilidade da comunicação.

Dessa forma, relatou entender que a maior discrepância da sua formação entre a teoria e a prática venha a confirmar o ponto negativo na sua percepção, pelo fato dos primeiros anos terem sido voltados para formar um combatente ao invés de se formar um policial militar. Explicou ainda, que o combatente seria aquele militar raiz das forças armadas, bem mais militarizado, e pouco afeto às demandas do policiamento ostensivo que é a missão pre-

cípua da PM brasileira, prevista na constituição. Confirmando isso, trouxe algumas indagações suas e de cadetes relativas à época: “por que tenho que fazer uma marcha como policial militar? Por que tenho que fazer técnicas de rastejo, e em que isso irá contribuir para a minha formação?”. Acredita que devam ser repensados os currículos formacionais, uma vez que, pode-se treinar a destreza, a rapidez, o domínio em determinadas habilidades com práticas voltadas para a atividade fim do policiamento ostensivo.

Nesse sentido, relatou que foi compelido a buscar outros cursos não exigidos pela corporação, como o de administração, em que cursou de 1995-1999, visando suprimir a deficiência voltada para as questões administrativas que a PM demanda, e que nos comandos seguintes pode exercê-los com desenvoltura face as ferramentas que o curso lhe propôs, uma vez que, houve pouco foco da academia na iniciação dos cadetes como gestores. Acredita que atualmente esse ponto tem sido melhor tratado nas formações iniciais, pois observou os novos tenentes mais desenvolvidos nas situações administrativas. Relatou que buscou também o bacharelado em direito face a proximidade relevante com a área policial.

Por fim, compreende que toda essa vivência se torna relevante para sua formação porque ao se encerrar um ciclo, como a carreira profissional que escolhera pode construir uma história, que quando revelada possibilitará um revisar de processos dos acertos, erros e das tentativas que fizera, como pela convicção de um sentimento de missão cumprida, tendo em vista as superações alcançadas, o agregar de valores, de amigos, como também por acreditar que deixará um legado para as próximas gerações de oficiais, pois adentrou à corporação como aspirante, galgou todos os postos, exerceu várias funções, cumpriu missões das mais relevantes para o Estado, e no final da carreira chegou a ser o número dois da Polícia Militar de Sergipe. Dessa forma, encerrou sua narrativa, dizendo se sentir honrado.

Assim sendo, a próxima subseção trará a análise categorial, demandada pelo último bloco de perguntas, fechando o ciclo dos objetivos propostos.

3.4 - DA ANÁLISE CATEGORIAL DOS ASPECTOS DA FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR: TEORIA *VERSUS* PRÁTICA

Após a apresentação das narrativas, esta subseção propõem, igualmente, a análise de conteúdo que recairá sobre as categorias a serem trabalhadas nessa finda observação, sendo elas: formação e o negativo; formação: teoria *versus* prática; discrepâncias entre a teoria e prática na formação; complementação da formação; e história de si e formação.

A primeira categoria a ser analisada, formação e o contraditório, refere-se aos aspectos contraproducentes associados à formação militar que promovem desvio de finalidade, podendo ocasionar, dentre outras, uma deformação de caráter, causadoras de violências de toda ordem, danos psíquicos como traumas, transtornos mentais e emocionais, além do que, distúrbios do comportamento. As narrativas biográficas dos sujeitos registraram a presença dessa categoria em suas vivências quando submetidos às formações básicas, geradoras de danos psíquicos e emocionais, de acordo com as narrativas abaixo:

[...] lá, a fala era plenamente dualista, isto é, o mal *versus* o bem. Ou você era do bem ou você era do mal. Imagina então, esse conceito sendo imposto por meio de muita pressão em jovens de vinte e poucos anos. Éramos muito jovens. Esse tipo de pensamento dicotômico é plenamente reprodutor de violência. Se não há o meio termo, restará apenas posições absolutistas, inflexíveis. (O MENINO DE AÇO)

[...] De quase tudo que nos fora passado na academia eu vi sentido, no entanto, aquela forma bruta, truculenta, hostil de tratamento para com os cadetes, era inaceitável. Como se prepara alguém para combater a violência, formando-o a base de hostilidades? Pensei em desistir sim, não foram poucas as vezes. (O ANDANTE DE UM TEMPO)

[...] a pressão que os instrutores davam na gente era de maneira tão absurda que os alunos começaram a apresentar sinais de irritações além do normal. Outro dia, quando já estávamos na sala um colega entrou em vias de fato com outro, coisa muito séria, apenas por conta de uma bobagem. Aquilo me assustou. (A DETERMINADA)

[...] certo dia, o tenente da academia, comandante do meu pelotão, ao me corrigir na postura, falou para mim na presença de todos os colegas, aos berros, que eu tinha ranço de praça, e que ali era uma academia de oficiais, e que eu não duraria muito tempo. Neste dia a tristeza não cabia em mim. (O GIGANTE NO PARDIEIRO)

[...] todos os dias no primeiro ano de academia tinha instrução de ordem unida com direito a xingamentos, assédios e tudo mais. Era algo assim, insuportável. Parecia que éramos integrantes de um batalhão de guardas. As instruções aconteciam no sol, na chuva, não havia clima que impedisse o seu acontecimento. Foi sim, muita perda de tempo. (O APRENDIZ)

Diante dos relatos apresentados, identifica-se a complexidade que gira em torno do ato de ‘formar’ e/ou ‘(de)formar’. De acordo com Josso (2006, apud SOUZA, 2016, p.503), a predisposi-

ção para um trabalho dessa magnitude conduz o envolvimento de confrontação com questões éticas, que dizem respeito às intenções daquele que intenta tal trabalho, a partir de seus valores, projetos, perspectivas de pertencimento a um grupo social.

Nesse sentido, a autora retrata ainda, acerca do imperativo de emprego de modelos de pedagogia que podem ser baseado na motivação, necessidade, desejo, se a perspectiva do projeto formacional for aquela que propicie ao instruído ser um construtor criativo do seu caminho, mediante trocas, confrontos e perspectivas, dentro de um determinado tempo, que o torne protagonista da sua história. No entanto, ressalta ainda que, se a formação for voltada para a implicação do indivíduo e suas buscas pelo conhecimento, há de se propor uma pedagogia de troca de conhecimento.

Igualmente, os relatos narrativos confirmam a necessidade de se revisar os processos pedagógicos de formação dos oficiais das polícias militares brasileiras, tendo em vista, a plena contradição nesse processo efetivado, uma vez que a estudada formação é proposta de maneira vertical, isto é, de cima para baixo, engessada, sem consideração do sujeito aprendiz como parte integrante do processo, coisificando-o, contrária à criatividade, impondo-lhe um modelo pedagógico a base da coercibilidade e da violência, modelo esse visto por essas terras há dois séculos, plenamente obsoleto, e que vai na contra-mão da aprendizagem transformadora e construtora do bom caráter e do profissionalismo.

Por outro lado, a categoria formação: teoria *versus* prática, refere-se ao ajustamento ou não da teoria aplicada na formação dos oficiais PM, à sua prática, a fim de se verificar a coerência entre ambas no exercício profissional. Essa categoria apresentou uma ruptura nas percepções, havendo uma tendência majoritária para a concordância da estreita relação da teoria com a prática, conforme os relatos narrativos abaixo:

Entendo que há uma relação correspondente da teoria com a prática na formação dos oficiais PM. Daí, residir a minha preocupação, tomando por exemplo a minha formação. Foi eminentemente voltada para a coercibilidade. Não houve investimento formacional nos processos de mediação, de gerenciamento de crises. O oficial foi formado ali para dar “cacete”. Um verdadeiro absurdo! Não é esse tipo de segurança pública que acredito, nem a que pratico. (O MENINO DE AÇO)

[...] era razoavelmente distante. Distantes, porque assim... como eu tive uma formação..., por exemplo, com a questão da guerra revolucionária. Eu aprendia aquilo, tinha que reproduzir, mas não sentia que aquilo existisse. Me parecia que não cabia mais aquilo... (O ANDANTE DE UM TEMPO)

[...] a teoria é muito bonita lá dentro da lei, dos regulamentos. Mas, quando a gente vai para a prática, não é nada daquilo. Quando fiz o estágio na academia, a gente tinha aquele conhecimento e tal, quando chegava aqui na PM era tudo diferente. Aprendia uma coisa tida como correta, e a realidade aqui era completamente outra, por conta disso, quase pedi baixa da PM. A discrepância era muita. (A DETERMINADA)

[...] veja, você não consegue fazer algo na prática, se você não tiver o reforço da teoria. Na minha percepção, a teoria e a prática na PM estão muito relacionadas. Porque uma depende da outra. Por exemplo, no momento de uma abordagem, você não vai abordar porque quer, antes você tem que estudar a teoria para exercer uma boa prática. (O GIGANTE NO PARDIEIRO)

[...] olhe, eu acredito que não teve tanta diferença. A teoria afirmava a prática, e vice-versa. Talvez, por eu ter me formado em uma academia do nordeste, em que os problemas são muito parecidos. Não houve muita diferença. (O APRENDIZ)

As falas do “Menino de Aço”, do “Gigante no Pardieiro” e do “Aprendiz” afirmam a intrínseca relação da teoria praticada no processo formacional acadêmico com a prática desses profissionais, sendo essa aceitável ou não, conforme o anunciado na fala do “Menino de Aço” ao manifestar o seu descontentamento com a finalidade da formação. No entanto, a fala da “Determinada” aponta para as dificuldades inerentes à sua prática, quando inclusive chega a mencionar que por pouco não deixou a corporação policial em razão desses enfrentamentos. Há de se considerar, que no caso dela, tem por entre o não dito, o percebido, pelo fato da cultura na instituição policial ser eminentemente machista e preconceituosa para com o papel da mulher naquela atividade, análise essa, encaçada nas experiências vividas por esse sujeito pesquisado, de acordo com as suas narrativas. Já a percepção do “Andante de um Tempo”, deixa claro que a sua grade curricular atendia ainda aos resquícios do regime político anterior, adequação curricular essa, corrigida nas formações feitas nas turmas dos anos seguintes estudadas nessa obra.

Nesse aspecto, Josso (2006, apud SOUZA, 2016) afirma um dos sentidos da formação, ao atribuí-la como um modo do indivíduo se instrumentalizar diante de processos de mudanças, de erros, de vontades, de incongruências, de contradições, visando o objetivo da reinvenção em si mesmo, agregando-se valores e consolidando outros, tornando-se “busca e obra”. Daí a necessidade do desenvolvimento crítico em qualquer instância de formação, mesmo diante daquelas, como as militares aqui estudadas, caracterizadas como verticalizadas por excelência, uma vez que, não há

como negar a essência apreciativa que existe em cada um de nós, fato esse constatado nessas narrativas biográficas.

Destarte, no tocante à categoria, discrepâncias entre a teoria e prática, refere-se a situação de antagonismo da teoria relacionada à prática, ou vice-versa, isto é, se há ou não uma incompatibilidade ou uma tendência contrária entre ambas. Nesse sentido, todos os sujeitos foram enfáticos em apontar as discrepâncias entre a teoria e a prática, conforme pode-se observar nos discursos:

[...] o período 1992 a 1994, de minha formação, foi marcado por uma resistência muito grande das PMs em se permitir discutir as questões de segurança pública. Isso refletiu na nossa formação, a partir de movimentos dos nossos instrutores nesse sentido, junto à doutrinação posta. Então, na cabeça daqueles oficiais somente quem poderia opinar acerca da violência seriam as polícias civis e militares e a justiça. Isso soava muito estranho para mim. (O MENINO DE AÇO)

[...] eu acho que talvez seja a questão da violência policial, isso já em forma de cultura, desde a academia, né. Mas, a corrupção policial militar é algo inaceitável, como também o fato de não se trabalhar essa temática nos cursos de oficiais, praças e graduados. Tenho nojo da corrupção, e um policial corrupto eu tenho medo. Ele mata! Ele mata um companheiro que descubra o que ele faça. Então, assim... não tratar isso nos bancos escolares de cunho militar é algo que precisa ser repensado. (O ANDANTE DE UM TEMPO)

[...] olha, Lima, no período da academia sofremos muito com aquelas ordens que vem de cima para baixo, que alguns chegavam a dizer e que eu não gostava,

“é intervenção política”. Entendo que são ordens mal elaboradas, mal repassadas, provenientes de alguém não preparado para tal e que depois não assumia as consequências. Isso vivenciei por demais na minha formação. (O GIGANTE NO PARDIEIRO)

[...] talvez seja em função da gente passar os primeiros anos muito mais voltados para formar um combatente, ao invés de formar um policial militar. Por que o que você enquanto policial militar vai fazer com tanta marcha, com instruções de maneabilidade? No que isso irá contribuir para minha formação? Essas perguntas fazíamos lá naquela época. (O APRENDIZ)

Assim os relatos apontam para percepções de discrepâncias diferentes, mesmo em contextos de formações iguais, como fora o caso do “Menino de Aço” e do “Aprendiz”, que tiveram olhares diferenciados, motivados pelas suas construções pessoais, portanto valorosas. O mesmo acontecendo com o caso do “Gigante no Pardieiro” e da “Determinada”, sendo esta a única que entendeu ser discrepante a prática policial, referida no item anterior, quando quase desistiu da carreira. O “Andante de um Tempo” ao elaborar a sua percepção, permite-se fazer uso de suas convicções construídas e elaboradas ao longo da carreira, em que lhe permitiu nessa narrativa inferir no seu passado formacional, ocorrendo o reenquadramento num contexto real, concreto, possibilitando a efetivação de mudanças, amenizando o cenário anteriormente percebido, alterando-o, estruturando o tempo vivido. (JOSSO 2006, apud SOUZA, 2016)

Desse modo, no tocante à categoria, complementação da formação, entendida como sendo a busca pessoal por novos conhecimentos, em áreas outras ou afins, a partir de percepções intrínsecas do campo profissional policial militar, eliciadoras e motiva-

doras para a concretização desse intento, percebeu-se que todos foram unânimes em relatar que buscaram outras áreas de conhecimento que pudessem contribuir direta ou indiretamente nos respectivos exercícios profissionais, conforme pode-se observar nas narrativas:

[...] com o tempo, passei a observar e perceber os transtornos emocionais por que passavam todos aqueles que abraçavam essa profissão, inclusive eu mesmo passei por um quadro de estresse pós-traumático com o incidente de arma de fogo envolvendo um oficial e um aluno de soldado ferido mortalmente. Vi que faltava um serviço voltado à saúde mental. Como já era simpatizante da psicologia decidi estudá-la e direcioná-la para a atividade policial. Eis que criei o NAPSS – Núcleo de Atenção Psicossocial, que funcionou por mais de sete anos na PM. (O MENINO DE AÇO)

[...] eu fiz a pedagogia. Porque entendia que lá estariam as soluções que me ajudariam a melhorar a formação do policial militar. Tudo começava na formação de base, quer fosse ela a de soldado, sargento ou de oficiais. Era ali que deveria ocorrer as mudanças. A pedagogia me deu a base para eu ser um comandante diferente. (O ANDANTE DE UM TEMPO)

[...] eu fiz diversos cursos. Nunca fiquei acomodada. Estudei desde atualização de gramática, aqueles cursos rápidos, até o de licitação. Pensava que eu poderia passar por determinados setores e precisar daqueles conhecimentos. Já era formada em economia, então, ao amadurecer na corporação decidi estudar direito pela proximidade com a minha profissão. (A DETERMINADA)

[...] Assim que eu sai da academia, comecei a estudar administração e fui até o 9º período. Eu via a necessidade de saber planejar, de saber administrar, e até de entender um pouco de finanças. Outra coisa que eu tinha em mente era a necessidade de eu me aproximar da parte legal, jurídica, então decidi fazer o curso de direito, em que concluí. (O GIGANTE DO PARDIEIRO)

[...] assim que cheguei da academia cursei administração por entender que teria tudo a ver com a gestão, com a administração. Então, fiz o curso de 1995 a 1999. Depois, fiz o curso de direito, em que também conclui em 2011, em virtude da proximidade com as questões de ordem legal, e que me auxiliou muito quando eu fui designado para o subcomando da PM. (O APRENDIZ)

Essa categoria revelou também que todos os sujeitos, mediante percepções, estímulos, entendimentos, dentre outros, foram capazes de distinguir o momento de acrescentar novos conhecimentos de outras áreas, visando objetivar o bom desenvolvimento das suas atividades de oficiais PMs. Esse movimento, torna-se relevante, uma vez que permite agregar na prática policial outros atributos valorativos que terminam por torná-la mais proficiente, como também consente o exercício do repensar de práticas castrenses a partir de novos ‘olhares’ teóricos.

Por fim, no tocante à categoria, história de si e formação, entendida como a compreensão do indivíduo sobre si mesmo na construção da sua formação profissional, percebeu-se que todos os sujeitos foram capazes de entender-se como parte integrante das respectivas formações, sendo capazes de sistematizar as suas perspectivas de objetivos, de sonhos e de ideais, conforme as narrativas destacadas:

[...] a possibilidade de vislumbrar os policiais militares com um futuro promissor, pois na condição de agentes, sujeitos ativos, tornar-se-ão cada vez mais capazes de assumir o papel de construtores dos seus destinos, levando consigo uma instituição necessária para o tipo de sociedade que escolhemos, face a capacidade de adaptação, de mudança, de readaptação que cada homem e mulher integrantes dessas forças policiais possuem. (O MENINO DE AÇO)

[...] porque para mim... é o sentimento de missão cumprida, e também, pelo fato que tenho que deixar para alguém esse exemplo para que possam, quem sabe, se identificar com a minha história, pois quando a narro, algumas pessoas ficam surpreendidas. Por exemplo, já peguei minha filha falando para a minha esposa, alguma coisa assim: “mãe eu admiro meu pai pela forma persistente que ele conduzia a vida dele”. Para mim isso é muito importante, passa um filme... acredito também que meus exemplos positivos podem servir para muitos outros filhos de ‘José’s’, encorajando-os para alcançar os seus sonhos. (O ANDANTE DE UM TEMPO)

[...] sinto-me lisonjeada por ser mulher, negra, oficiala, por ter quebrado tabus, por ter alcançado o último posto da minha carreira, e por entender que a minha história poderá contribuir com outras pessoas que desejam e querem se espelhar e dar curso a carreira policial militar. Como pessoa e como mulher eu amo a minha instituição, amava a farda que vestia, como gostava dos seus integrantes. Aos que virão, que abracem a carreira e que deem o seu melhor... (A DETERMINADA)

[...] às vezes eu digo assim: se você soubesse de onde eu vim, de onde eu iniciei, onde eu cheguei, e como cheguei... sabe, porque às vezes a pessoa acredita que você chegou ali porque a mãe o colocou, porque teve isso ou aquilo... e sabemos que não é bem assim. Primeiro, houve a permissão de Deus, e depois as conquistas foram provenientes da luta e dos esforços envidados. Isso recompensa por demais. (O GIGANTE DO PARDIEIRO)

[...] a história a gente faz dentro daquele período que passamos. Ela é o que passamos, como também aquilo que pregamos. Foi um período maravilhoso. Adquiri conhecimento, fiz amigos, foi um período importante da minha vida, e acredito ter deixado um bom legado de seriedade, honestidade, cordialidade e senso de justiça dentro da instituição policial militar sergipana. Entrei como aspirante-a-oficial, cheguei ao último posto, ocupando a segunda cadeira mais importante. (O APRENDIZ)

Por fim, os sujeitos, de acordo com o que fora depreendido dessa categoria, mediante suas representações expressas pelas narrativas, assinalam as suas identidades, de acordo com o emprego da temporalidade como um elemento norteador, em que foram trabalhadas as suas significações voltadas ao processo formacional na Polícia Militar de Sergipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida quando a questão do saber se pode diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. (...) Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre próprio pensamento (FOUCAULT, 1993, p. 13, apud DE OLIVEIRA, 2016, p. 903).

Na condição de sujeito pesquisador e pesquisado me propus, juntamente com outros sujeitos, o exercício de legitimar o pensamento crítico na forma da metacognição, isto é, pensar o pensamento sobre si mesmo, evidenciando o próprio ato do conhecer-se, experimentado através da narrativa de si com base nas memórias, que viessem, como revelou a epígrafe, ao encontro de um caminho de ressignificações muito além do se pensar e do fato de se ver encajado numa problematização direcionadora para a ação de se mergulhar na própria experiência.

Nesse sentido, face à necessidade de refletir acerca das experiências e vivências profissionais, descritas por acontecimentos, atividades, situações, estes todos promotores de aprendizagens, que se buscou por meio da pesquisa investigar e compreender os aspectos constitutivos da formação do oficial da polícia mili-

tar em Sergipe. A problematização foi desenvolvida em cima dos direcionamentos à formação do oficial policial militar, em que se elencou aspectos como: escolha, percurso, experiência, processo de formação com a intenção de analisar um tema pouco explorado no viés acadêmico.

Igualmente, o desafio de compor a (auto)biografia e as biografias dos sujeitos deu-se a partir das supervisões das disciplinas Estudos Individuais I e II, mediante os direcionamentos propostos pela Prof^a Dr^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, por meio de indagações delimitadoras do referencial teórico, do campo e do objeto a ser pesquisado. Assim, destaco as questões norteadoras, promotoras do ponto inicial a ser desvendado, como se novelo de linha fosse diante da necessidade de desenrolá-lo, em que protagonizaram o desenho da seleção do objeto e suas especificidades a serem analisadas, sendo elas: Como você se tornou oficial da polícia militar de Sergipe? Como se deu o seu percurso de formação de oficial de polícia militar? Como a sua escolha se refletiu no seu processo de formação e de inserção profissional? Considerando que você representa um coletivo, você entende que ao revelar a sua formação, você dá a ver a formação de uma geração de oficiais policiais militares de Sergipe?

Destarte, quando da aproximação com o referencial teórico, constatei a eficiência eminentária do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED), da UNIT/SE, em que de forma articulada ofereceu-me contributos valerosos com a apresentação de autores, obras e disciplinas que pude dispor, auxiliando-me significativamente não somente junto ao capital cultural, como também, no seu fortalecimento, dando-lhe robustez e consistência, dilatando as perspectivas de análises e compreensão.

Outras interrogações foram refletidas e propuseram direcionamentos junto a obra, na medida em que houve uma tentativa de compreender o *locus* inicial das instituições policiais, permitindo-

me adentrar no cenário histórico-cultural dessas instituições, buscando assim, compreender a realidade vigente das formações nesse campo profissional, que exprime relevância vital para o desenvolvimento das atividades humanas. Assim, por meio das perspectivas das narrativas biográficas dos sujeitos, de acordo com a metodologia da história oral biográfica estabeleci a composição do cenário metodológico, com vistas a rememoração do passado percebido pelos sujeitos pesquisados no tocante às respectivas formações policiais militares em Sergipe.

Dessa forma, a seleção dos sujeitos pesquisados buscou contemplar o universo dos oficiais do último posto da carreira do oficialato policial militar de Sergipe, respeitando as proporcionalidades no tocante a gênero, etnia, origem, classe social, tempo de efetivo serviço, totalizando um quantitativo de cinco sujeitos. Mesmo diante da desistência de um sujeito do gênero feminino, substituído por outro do gênero masculino, resalto que não houve comprometimento do objeto analisado, tão pouco prejuízos, tendo em vista que a pluralidade de gênero, como uma das condições, ter sido preservada com uma representação, havendo a diminuição apenas no quantitativo desse quesito. Diante das biografias apresentadas foi possível fazer uso dos pseudônimos a fim de manter e preservar o sigilos dos sujeitos. Por sua vez, aqueles foram dotados de características diferenciadas, anunciando o sujeito a partir da sua adjetivação mediante seu percurso de vida, naquilo que lhe fosse mais bem característico.

Dessa forma, ao entrar em contato com as narrativas biográficas acerca da formação do oficial policial militar de Sergipe, por meio do emprego da metodologia da história oral biográfica, foi possível constatar, através do método da análise de conteúdo de Bardin (2007) das biografias e (auto)biografia, associado à análise documental curricular e do histórico da polícia militar de Sergipe, as reinvenções de si, ressignificações, reelaborações, superações dos sujeitos pesquisados no tocante às respectivas for-

mações policiais militares. A análise de conteúdo empregada de acordo com Bardin (2007) foi a do tipo categorial em virtude da operacionalização das unidades extraídas das narrativas a partir da investigação dos temas suscitados no seu transcurso oracional, fornecendo informações de cunho histórico, psicológico, sociológico.

Com o propósito de encontrar as respostas circundantes ao entorno do objeto desse estudo, foi possível elencar as categorias temáticas das análises, estas divididas em três grupos. No primeiro grupo categorial foram destacadas as seguintes células temáticas: origem, formação familiar, desejo de infância, formação escolar, ingresso na corporação.

A análise do primeiro grupo categorial, muito embora não fosse objetivado, permitiu revelar os sujeitos da pesquisa inicialmente como pessoas normais, todos de origem simples, pertencentes as famílias sergipanas com valores e costumes, demonstrando a humanização daqueles que em um futuro próximo vestiriam fardas e que tal condição não os tornariam menos cidadãos, ficando evidenciado que não eram tão somente ‘fardas’, e sim homens e mulheres, brasileiros detentores de sentimentos, discernimentos, sonhos, vivências e um percurso profissional de acordo com a formação alcançada.

Ainda nesse primeiro momento, a figura dos pais se apresentaram relevantes para a vida e carreira dos sujeitos pesquisados, destacando-se a proeminência do papel da personalidade materna quando da criação, condução e influência. Ficou posto os diversos modelos de famílias contrariando à cultura da ‘família’ tradicional brasileira do início do século XX, em que já havia a participação da mulher como força economicamente ativa e preponderante nas tomadas de decisões junto ao lar de natureza machista.

Desse modo, verificou-se que as trajetórias dos sujeitos pesquisados foram distintas, personalíssimas e idiossincráticas, mesmo havendo algumas similaridades, como por exemplo, no tocante à condição socioeconômica: três dos entrevistados possuíam con-

dição socioeconômica desfavorável, enquanto que de encontro a estes, outros dois possuíam condição favorável, sendo esse fator não determinante para tomada de decisão na escolha profissional, visto que, as entrevistas revelaram que os sujeitos tiveram origem distintas nessa categoria.

Logo, a condição socioeconômica se demonstrou potencialmente forte, no entanto, não se constituiu determinista quanto à escolha da profissão, uma vez que, as narrativas revelaram princípios de oportunidades, podendo ter sido qualquer profissão quando da sua procura. Entretanto, àqueles não detentores de baixa condição socioeconômica tiveram como influência à profissão dos pais oriundas do meio militar. Neste caso, há de se ressaltar ainda que houve um diferencial de gênero, diante disso, a influência posta pelos entes familiares não fora determinante na escolha profissional. Nesse sentido, teorizou Josso (2006, apud SOUZA, p. 297) ao afirmar que o cotidiano é apresentado como mediador de potencialidade como ator social, daí resultar sua influência, mas não determiná-la.

De igual modo, as categorias desejo de infância, formação escolar tiveram a sua cota de influência, no entanto não foram deterministas, visto que, um dos entrevistados só fora alfabetizado aos 19 anos, destoando-se dos demais face o não seguimento desse critério. Dessa maneira, pode-se perceber que a influência da formação familiar recebida foi relevante no tocante aos direcionamentos face à cristalização de valores e preceitos, que de acordo com Ricoeur (1991) na medida que se contrai e se adquire um hábito, este toma uma posição durável, constituindo-se em um traço de caráter. Por fim, no tocante ao ingresso na corporação policial militar, três dos entrevistados adentraram ocasionalmente, e outros dois por identificação com a carreira, face experiência similar junto a carreira militar federal. Ao tratar-se da formação escolar percebeu-se que quase todos os entrevistados tiveram uma formação escolar linear, dentro de um roteiro de

civismo e de religiosidade, sendo que também não fora fator preponderante para o seguimento da carreira militar.

Assim, foi por meio da narrativas biográficas que pude perceber que os processos representacionais simbólicos se caracterizaram como elementos constitutivos na personalidade dos sujeitos como valores, tradições, aspectos característicos do grupo familiar de origem, costumes, perfis psicológicos, comportamentos e condição socioeconômica. Alguns desses elementos apresentaram uma influência na direção da atividade profissional, no entanto não foram autossuficientes para absorver por completo a tomada de decisão da escolha profissional.

Nesse sentido, com base no referencial metodológico adotado em Alberti (2004), com relação à metodologia da história oral biográfica, o acesso aos processos de rememoração do passado, conforme fora visto nas narrativas, somente se tornou possível pelo fato dos sujeitos terem se permitido lembrar e/ou igualmente esquecer lugares, fatos, situações, pessoas, acontecimentos. Dessa maneira, tornou-se viável compor uma relação de eventos do passado, em virtude do acesso de memórias, relacionando-os ao presente, colocando os sujeitos *di per si* com as suas experiências. Daí a importância de se privilegiar a recuperação das experiências vividas conforme o considerado por quem as viveu, acrescidos de documentos associados aos fatos.

Assim, foi possível constatar também a partir das narrativas dos sujeitos que havia um direcionamento político/ideológico de controle por meio do ensino, fosse ele público ou privado, acrescido de um fundamento religioso. O poder hegemônico da igreja católica junto às propostas da educação à época, contrariava os preceitos do Estado laico, fato este modificado com o advento da Constituição de 1988. Segundo Horta (2012), ao mencionar o Plano Nacional de Educação, datado de 1934, este visava um revigorecimento físico voltado aos jovens brasileiros, indo de encontro ao liberalismo e o comunismo, sendo a escola esse meio de reestrutu-

ração social. Viu-se também, na maioria das narrativas, a importância da escola pública republicana na formação desses sujeitos possibilitando perspectivas de aquisição junto ao capital cultural.

Ainda com base nos discursos biográficos de um sujeito pesquisado, alfabetizado somente aos 19 anos de idade, face a sua experiência escolar, assinalo a importância da escola pública como resquícios de uma “modernidade” implantada pela República ao se vislumbrar a existência dos ‘pardieiros’, modelo de escola rural antagonica ao ‘palácios’, conforme retratou Filho (2015).

Nesse sentido, esse grupo categorial deu a perceber que não há determinismos no sentido *strictu sensu* nesses processos de escolhas profissionais relatados pelas narrativas biográficas, inclusive foi demonstrado que até condições adversativas serviram como natureza motivadora face à oportunidade casual criada, isto é, não determinada, no entanto, sendo relevantes processos emocionais e psicológicos envolvidos em tais escolhas. Por outro lado, propiciado pela análise categorial, percebi a influência de habilidades desenvolvidas na infância responsáveis pela criação/desenvolvimento de resiliência suficiente para o enfrentamento futuro das dificuldades que a carreira apresentaria.

No prosseguimento da apreciação crítica das categorias, foram analisados os percursos da formação militar e a relação dessa formação com a atuação dos sujeitos, sendo elas: a concepção de si, a formação inicial (expectativas), a formação continuada, as experiências vividas profissionalmente, e os fatos que marcaram esse processo. Mediante a isso, conforme fora entendida por Josso (2006, apud SOUZA, 2016), a internalização do processo do conhecimento necessita de modificação a partir das experiências que cooperam para a formação. As narrativas dos sujeitos apontaram, inicialmente, para o desconforto face a complexidade do que fora acessado do ponto de vista emocional e psicológico por parte dos sujeitos. Os olhares sobre si revelaram-se dentro de uma diversidade de aspectos, desde ao empoderamento total, passan-

do pelo parcial, do organizado ao cauteloso e racional, chegando até a percepção de incapacidade e de desvalor. Assim, mister ressaltar que todos os sujeitos apresentaram uma percepção de si, sendo importante referencial de sujeito no contexto do coletivo.

Já a categoria formação inicial, revelou a expectativa pelo inesperado do mais experiente ao menos experiente, como também revelou os critérios assemelhados da formação castrense em diversas academias de polícia militar brasileiras, a base de sofrimentos físico, emocional, psicológico, e até de assédios. Ficou evidente, a reestruturação da grade ementária com o passar dos anos, no entanto ainda atrás dos processos de cidadania e de direitos humanos. Nesse ponto, destaca-se o atendimento de disciplinas voltadas aos regimes políticos anteriores e posteriores.

Ao mesmo tempo, foi identificada a existência das formações continuadas, como obrigatórias para ascensão à carreira. Formações essas com ementas modernas mais voltadas à gestão de pessoas e de direção. Um fato revelador é a presença das universidades públicas e privadas como protagonistas dessas formações, auxiliando no incremento de conhecimento tecnológico, filosófico e profissional, modificando-se inclusive o perfil dos oficiais profissionais, mediante a alteração de posicionamentos, de posturas, advindas de um grau de conhecimento proporcionado por essas instituições.

Outro ponto relevante, e destacado pelas narrativas, é o aspecto das experiências profissionais como agregadoras de conhecimento, valores, e decisivas no processo formacional, contribuindo significativamente para a alteração de concepção desses profissionais. Como exemplo, ressalto a presença da mulher e a questão do preconceito colocados pelo sujeito feminino, até então, um universo profissional predominantemente masculino. Assim, é possível compreender, a partir das narrativas biográficas, que estas oferecem uma percepção de acontecimentos relevantes responsáveis pela materialização da formação dos sujeitos e dos seus processos de aprendizado.

O terceiro e último bloco de categorias apreciou à formação relacionada com teoria e prática, complementação da formação e história de si. Ao se analisar a formação e o contraditório foi observado aspectos danosos na formação dos oficiais policiais militares, por todos os envolvidos, além de unanimidade quando da procura por outros campos de atuação, mediante percepções sobre o que fazer policial e como fazê-lo. Tornou-se ainda evidente que todos os participantes colocaram-se como contributivos para a sua formação. Um aspecto evidenciado foi o relacionado ao tipo de método aplicado à formação dos oficiais policiais, que segundo os sujeitos declarantes, calcada em coercibilidade e violência, isto é, precisando ter uma reformulação, aproximando-se de projetos mais modernos e cidadãos baseados na motivação e criatividade, possibilitando o exercício de uma metodologia de troca de conhecimento.

Ainda dentro da perspectiva da teoria *versus* a prática, a investigação direcionada para os currículos escolares, certificados das formações continuadas e curso superiores diversos, sinalizou para uma confirmação da teoria com a boa prática, de acordo com as experiências que consolidaram as propostas curriculares, como também, os relatos apontaram para uma efetivação de uma prática ruim, diante de processos de aprendizagem equivocados. Neste ponto, foi unanimidade dos sujeitos o desenvolvimento do aspecto crítico construtivo, capaz de operacionalizar mudanças nas instâncias de qualquer nível da formação e conseqüentemente do trabalho. No tocante à categoria história de si e formação, todos os sujeitos foram capazes de se perceber como parte atuante das respectivas formações, em razão das suas buscas, dos objetivos elencados e perseguidos, dos sonhos e ideias tornados realidades nos respectivos campos de atuação.

Assim, conforme Ricouer (1991), as narrativas biográficas ora estudadas, através das narrativas de si, possibilitaram uma reflexão sobre a formação do policial militar, aliando os desejos, as escolhas, as oportunidades, mas também, uma formação escolar, uma

formação institucional com características próprias, como sendo: da coercibilidade, da imposição, de violência, como também, da existência de uma formação continuada e de uma formação em serviço. Dessa maneira, segundo o autor, diante dessas percepções, o indivíduo passa a compreender-se, apropriando-se das suas representações, edificando expansivamente a sua identidade, promovendo orientações e (re)direcionamentos para o futuro.

Portanto, um dos aspectos significativos deste trabalho foi adentrar nas instituições policiais militares do Brasil, um tanto ‘esquecidas’ do universo cientificista acadêmico brasileiro, fruto do papel que desenvolveram no regime de governo autoritário protagonizado pela opressão e usurpação de direitos civis. O estudo desenvolvido não só comprovou tais resquícios desse papel opressor quando das violências instituídas nas formações, da apresentação da alteração da estrutura curricular das PMs, amoldadas à Carta Constitucional vigente, como também demonstrou o outro lado da moeda diante do tecnicismo-profissional apresentado nas capacitações continuadas, promotoras da condução dessas instituições à pós-modernidade, aproximando-as ainda mais dos anseios e necessidades da sociedade.

As narrativas de uma vida ensinam a “descrever, relatar, preservar”, a retrospectiva e prospecção, oportunizando ao seu protagonista a se reconhecer como a si mesmo no outro. Neste caso específico, tornado possível somente por meio do diálogo profícuo e reflexivo que a pesquisa científica, sem preconceitos, proporciona-nos. Assim seja.

POSFÁCIO

Lísia Fontes

Uma autobiografia tem sempre a capacidade de nos tocar, de nos levar a reflexões acerca da nossa própria história. Ler o que o outro escreveu sobre si mesmo coloca-nos diante um espelho, acentuando o papel do nosso Eu na dinâmica relação da relação EU-TU, no dizer de Bubber.

Gledson Lima nos levou a uma viagem pelas suas origens familiares, pelos seus bancos escolares, pelas clareiras da sua formação acadêmica, pela sua, ainda, travessia nas estradas da polícia militar do nosso estado. Inspirado nos gregos, soube valer-se das narrativas orais, dando voz aos que, com ele, compuseram os sujeitos da pesquisa. A cada sessão, cada capítulo, vê-se o mesmo Lima tecendo a própria obra com fios que se acautelam a fim de que se sobressaiam os retalhos dos tecidos que compõem o manto final.

A mim, causa peculiar impressão a apresentação do histórico das organizações policiais, com seus fundamentos filosóficos e seus desdobramentos na esteira do tempo. Concordando com o autor, também considero um aspecto significativo da obra o olhar do nosso universo cientificista acadêmico para as instituições policiais militares do Brasil, 'vistas com reserva', em decorrência do papel que desempenharam no regime de governo autoritário pautado na opressão e no desrespeito aos direitos civis. O estudo de Lima, dentre outros tantos ângulos, lança um olhar atento ao tecnicismo-profissional apresentado em capacitações continuadas

nessas instituições, e estas, assim e por sua vez, abrem caminhos à pós-modernidade, avizinhandose dos anseios e direitos de uma sociedade que espera realmente condições para que se torne “livre, justa e solidária”, como preconiza nossa Carta Magna.

Com essa leitura proporcionada por Lima, releio a importância daquilo a que Carl Gustav Jung chamou de desenvolver um bom ego, releio a importância do território sagrado que é a cidadania, bem como a de perceber a possibilidade de tratar feridas, ressignificar os medos e acolher, brando, as alegrias.

E, citando Drummond, como “os lírios não nascem das leis”, relembro, com (Auto)Biografias, de que o amor pode conduzir as nossas sombras – individual e coletiva – à luz. Um cidadão cresce, a sociedade, as instituições, com ele, crescem também.

Aracaju/SE, agosto de 2019.

Lísia Fontes

Formação em Psicologia Analítica. Formação em Casal e Família. Psicóloga em Formação pela Universidade Tiradentes.

Psicoterapeuta Analítica Pelo Instituto Junguiano da Bahia.

Psicodramatista em formação pela PROFINT/FEBRAP.

Graduada em Letras/Inglês pela UFS.

REFERÊNCIAS

ALVES, Armando Carlos. **Forças de segurança e corpos militares de polícia.** Unidade, Porto Alegre, v.14, 1996, p. 5-12.

ALBERTI, V. **Ouvir contar: textos em história oral.** Editora FGV, Rio de Janeiro, 2007. p.10 -196.

ARANHA, Roberto. **Legislação policial militar da PMSE.** Salvador, Editora Garamond. 1997, p. 282, 308, 374.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979. 2007, p.229.

BARTHES, R. **Introdução à análise estrutural da narrativa.** Tradução Maria Zélia Barbosa Pinto. Editora: Petrópolis – 7ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2011.

BECK, J. **Terapia cognitiva: teoria e prática.** Tradução Sandra Costa. Porto Alegre, Editora: Artes Médicas, 2007, p.30-39

BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial.** Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. Série Polícia e Sociedade; nº 8/Organização: Nancy Cardia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003.

BORGES FILHO, Nilson. **Os militares no poder.** São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.

BRASIL. **Portaria nº 027, de 16 de junho de 1977: Normas para organização das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares.** Brasília: Estado Maior do Exército Brasileiro. 1977.

BRASIL. Lei nº 2.066 de 23 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Sergipe e dá outras providências.** In: **COUTO, Daniel Ribeiro.** Legislação Institucional da PMSE: leis afetas à polícia militar do Estado de Sergipe, atualizadas até abril de 2017. 2.ed. Aracaju: J. Andrade, 2017.

CALDAS, Alberto Lins. **Interpretação e realidade.** Caderno de Criação, UFRO/Dep. de História/CEI, n.º 13, ano IV, Porto Velho, setembro, 1997.

CAMPOS, H. **Metalinguagem e outras metas: ensaios de teoria e crítica literária.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

COGGIOLA, O. Os inícios das organizações dos trabalhadores. **Aurora**, São Paulo, ano VI, n. 6, p. 11-20, ago. 2010. ISSN 1982-8004.

DANTAS, I. **A tutela militar em sergipe: 1964-1984 (partidos e eleições num estado autoritário).** São Cristóvão, 2ª Edição. Editora: UFS. 2014.

DE OLIVIERA, V. F. Implicar-se...implicando com professores: tentando produzir sentidos na investigação/formação. **Autobiografias, histórias de vida e formação [recurso eletrônico] : pesquisa e ensino.** Organizador Elizeu Clementino de Souza. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS; Salvador: EDU-NEB, 2016, p. 894. Edição do Kindle.

DE SOUZA, M. A. **Porto da Folha: fragmentos da história e esboços biográficos.** Edição do Autor, Aracaju. 2009, p. 206-215.

DELORY-MOMBERGER, C. **Biografia e educação. Figuras do indivíduo-projeto.** Tradução Maria da Conceição Passeggi, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. Natal, RN: EDU-FRN. São Paulo: Paulus, 2008.

EISENBERG, L. E. P. S. **Trabalho com crianças.** In:_____. O processo de aconselhamento. Tradução Magaly Alonso. Editora Martins Fontes Ltda, São Paulo, 2013. p.155-172.

FARIAS, L. M. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira república.** 2. ed. Passo Fundo: EDUPF, 2015.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa: Entrevistas semi-estruturadas.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 89-104.

FREITAS NETO, J. A.; TASINAFO, C. R. **História geral do brasil.** São Paulo, Editora Harbra, 2007.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

JOSSO, M. C. **Desafios existenciais da formação e do conhecimento: destinos sócio-culturais e projetos de vida programados na invenção de si.** Tempos, narrativas e ficções[recurso eletrônico]: a invenção de si. Organização Elizeu Clementino de Souza e Maria Helena Menna Barreto Abrahão. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDNUNEB, 2016. p. 500.

LISPECTOR, C. **A hora da estrela**. Editora, 1997.

YOUNG, J. E., KLOSKO, J. S., WEISHAAR, M. E. **Terapia do esquema: guia de técnicas conitivo-comportamentais inovadoras**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Editora: Artmed. Porto Alegre, 2008.

KETS DE VRIES, M. F. R. **Reflexões sobre caráter e liderança**. Tradução Ayresnede Casarin da Rocha; Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição: Vera Susana Lassance Moreira. Editora Bookman. Porto Alegre, 2010.

KRIPPEENDORFF, K. **Metodologia de análises de conteúdo: teoria e prática**. Barcelona, Editora Paidós, 1990.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Pesquisar a experiência: compreender/mediar saberes experienciais**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2015. p. 114.

MOITA, M. C. Percurso de formação e de transformação. In: NÓVOA, A. (Org.) **Vidas de professores**. Tradução de Maria dos Anjos Caseiro e Manuel Figueiredo Ferreira. Porto: Porto Editora, 2000. P. 111-141.

MAYOS, G. **O criticismo kantiano**. Tradução de Ricardo Henrique Carvalho Salgado e João Paulo Medeiros Araújo. Barcelona: EducaciOnline. 2008.

MICHAELIS, **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. Editora Melhoramentos, São Paulo. 2018.

MONET, J. C. **Polícias e sociedades na Europa**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001, p.16.

NERUDA, P. **Luso poemas: poemas, frases e mensagens: Assim é minha vida.** Publicado em 16/09/2011. Disponível em: <https://www.luso-poemas.net>. Acesso em: 08 jul. 2018.

OLIVEIRA, Eduardo José Félix de. **A missão da polícia militar ao longo da história.** Florianópolis: CAO/CEPM. 1998.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e cultura no Brasil.** 3ª ed. Petrópolis, 1996.

PASSEGGI, M. Da C. E COL. **Gêneros acadêmicos autobiográficos: desafios do GRIFARS.** Pesquisa (auto)biográfica: cotidiano, imaginário e memória/Elizeu Clementino de Souza, Maria da Conceição Passegi (Org.). Natal, RN: EDUFERN, São Paulo: Paulus, 2008.

PASSEGGI, M. Da C. **Narrativas da experiência na pesquisa-formação: do sujeito epistêmico ao sujeito biográfico.** Joaçaba, SC: Roteiro, v. 41, nº 1, p. 67-86, jan/abr, 2016.

PASSEGGI, M. Da C. **O movimento (auto)biográfico no Brasil: esboço de suas configurações no campo educacional.** *Investigación Cualitativa*, 2 (1) pp 6-26. Doi: <http://dx.doi.org/10.23935/2016/01032>. 2016.

PASSEGGI, M. Da C. E COL. **As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em educação.** *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, nº 33, p.111-125, 2016.

PAIVA, V. P. **Paulo freire e o nacionalismo-desenvolvimentista.** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

PEREIRA, B. C. **Da instrução militar ao ensino policial: profissional docente requerida para atuar como formador na academia integrada de defesa social.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PETERSON S.; EISENBERG, L. E. **Trabalho com crianças**. In:_____. O processo de aconselhamento. Tradução Magaly Alonso. Editora Martins Fontes Ltda, São Paulo, 2013. p.155-172.

RICOUER, P. **O si-mesmo como um outro**. Tradução Lucy Moreira Cesar. Campinas, SP: PAPIRUS. 1991.

ROUDINESCO, E. **Dicionário de psicanálise**. Tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antônio Coutinho Jorge. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998.

SILVA JR., M. G.; ANTUNES, E. Do desejo de traduzir à transcrição: apontamentos sobre a decodificação jornalística do discurso científico, com base em conceitos de Haroldo de Campos, José Paulo Paes e Paul Ricoeur. **Revista da Associação Nacional do Programa de Pós-Graduação em Comunicação**. E-compós, Brasília, v. 19, nº 2, maio/ago. 2016.

SILVA, F. C. R.; MAIA, S. F. Narrativas autobiográficas: interfaces com a pesquisa sobre formação de professores. In. VI Encontro de Pesquisa em Educação da UPPI, 2010. Anais (ISBN: 9788574633). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/310807896/NARRATIVAS-AUTOBIOGRAFICAS-pdf>. Acesso em 09 jun. 2018.

SOUZA, Benedito Celso de. **A polícia militar na Constituição**. São Paulo: Ed. Universitária de Direito, 1986, p. 10.

SOUZA, E. C. DE; ABRAHÃO, M. H. M. B.(Org.). **Tempos, narrativas e ficções[recurso eletrônico]: a invenção de si**. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2016. 626p.

SCHULTZ, D. P., SCHULTZ, S. E. **História da psicologia moderna.** Tradução Marília de Moura Zanlla, Suely Sonoe Murai Cuccio e Cintia Naomi Uemura. Editora Cengage Learning. São Paulo, 2017.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.528, 3 v., 1987.

UOL. **Educação: biografias.** Centro de informações de Acervos dos Presidentes da República. Almanaque Abril. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/arthur-da-costa-e-silva.jhtm>. Acesso em: 27 de jul. 2018.

VIDAL, D. G. **Escola nova e processo educativo.** In: LOPES, E. M. T. FILHO, L. M. F. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VIOTTI, E. **Da senzala à colônia.** São Paulo: UNESP, p. 73. 2010. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/carreiro/>. Acesso em: 18 de nov. 2018.

Documentos

ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR DO BONFIM. **Certificado: Curso de Trânsito Urbano para Oficiais concedido ao aluno Genival dos Santos.** Bahia. 1998.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO BARRO BRANCO. **Certificado: CEO- Policiamento de Trânsito Urbano e Rodoviário concedido ao aluno José Péricles Menezes de Oliveira.** São Paulo. 1988.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO PAUDALHO. **Certificado: Curso de Formação de Oficiais concedido à Rita de Cássia Silvestre dos Santos.** Pernambuco. 1992.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO PAUDALHO. **Certificado: Curso de Formação de Oficiais concedido ao aluno Genival dos Santos.** Pernambuco. 1992.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GENERAL EDGARD FACÓ. **Certificado: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais concedido ao aluno José Pércles Menezes de Oliveira.** Fortaleza. 1993.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GENERAL EDGARD FACÓ. **Certificado: Curso Superior de Polícia Militar concedido ao aluno José Pércles Menezes de Oliveira.** Fortaleza. 2001.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E CULTURA PIO-DÉCIMO LTDA-FACULDADE PIO-DÉCIMO. **Certificado: Curso de Direito concedido ao aluno Genival dos Santos.** Sergipe. 2016.

CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL. **Certificado: Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública concedido ao aluno Gledson Lima Alves.** Bahia. 2018.

FACULDADE INTEGRADAS DE TAQUARA. **Certificado: Curso de Especialização: Psicoterapia Cognitivo-Comportamental concedido ao aluno Gledson Lima Alves.** Taquara. 2012.

FACULDADE PIO-DÉCIMO. **Certificado: Curso Jurídico-Improbidade Administrativa concedido à Rita de Cássia Silvestre dos Santos.** Sergipe. 2013.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA E CONTROLE DO ESTRESSE MARILDA EMMANUEL NOVAES LIPP. **Certificado: Curso de Formação no Controle e Gerenciamento do Estresse concedido ao aluno Gledson Lima Alves.** Campinas. 2010.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA. **Certificado: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais-CAO concedido ao aluno Lúcio Monteiro Vasconcelos.** Paraíba. 2002.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA. **Certificado: Estágio de Tiro Racional concedido ao aluno Genival dos Santos.** Paraíba. 2001.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS. **Certificado: Curso de Formação de Oficiais concedido ao aluno Gledson Lima Alves.** Alagoas. 1994.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS. **Certificado: Curso de Formação de Oficiais concedido ao aluno Lúcio Monteiro Vasconcelos.** Alagoas. 1999.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Certificado: Curso de Formação de Oficiais concedido ao aluno José Péricles Menezes de Oliveira.** Belo Horizonte. 1986.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Certificado: Curso de Investigação e Perícia Criminal concedido ao aluno José Péricles Menezes de Oliveira.** Rio de Janeiro. 1990.

UNIVERSIDADE DE POTIGUAR-UNP. **Certificado: Curso em Especialização em Gestão de Segurança Pública concedido ao aluno Genival dos Santos.** Natal. 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Certificado: Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública concedido à Rita de Cássia Silvestre dos Santos.** Sergipe. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Certificado: Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública concedido ao aluno Genival dos Santos.** Sergipe. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Certificado: Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública concedido ao aluno Lúcio Monteiro Vasconcelos.** Sergipe. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Certificado: Curso de Pedagogia concedido ao aluno José Péricles Menezes de Oliveira.** Sergipe. 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Certificado: Curso em Especialização em Segurança da Sociedade e Cidadania concedido ao aluno Gledson Lima Alves.** Sergipe. 2005.

UNIVERSIDADE POTIGUAR-UNIP. **Certificado: Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública concedido à Rita de Cássia Silvestre dos Santos.** Natal. 2001.

UNIVERSIDADE POTIGUAR-UNP. **Certificado: Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública concedido ao aluno Lúcio Monteiro Vasconcelos.** Rio Grande do Norte. 2001.

UNIVERSIDADE TIRADENTES. **Certificado: Curso de Direito concedido ao aluno Lúcio Monteiro Vasconcelos.** Sergipe. 2011.

UNIVERSIDADE TIRADENTES. **Certificado: Curso de Extensão em Política e Estratégias Regimentais concedido ao aluno Gledson Lima Alves.** Sergipe. 2001.

UNIVERSIDADE TIRADENTES. **Certificado: Curso de Graduação em Psicologia.** Sergipe. 2007.

UNIVERSIDADE TIRADENTES. **Certificado: II Painele de Debates de Administração concedido ao aluno Lúcio Monteiro Vasconcelos.** Sergipe.

Entrevistas

ALVES, G.L. **O Menino de aço.** Aracaju, entrevista concedida ao autor no dia 11 de maio de 2018.

DE OLIVEIRA, J.P.M. . **O Andante de um tempo.** Aracaju, entrevista concedida ao autor no dia 06 de set.2018.

DOS SANTOS, R.C.S. . **A Determinada.** Aracaju, entrevista concedida ao autor no dia 05 de set. 2018.

DOS SANTOS, G. . **O Gigante no pardieiro.** Aracaju, entrevista concedida ao autor no dia 14 de set. 2018.

VASCONCELOS, L.M. . **O Aprendiz.** Aracaju, entrevista concedida ao autor no dia 04 de set. 2018.

Tiragem	500 exemplares
Formato	15x21cm
Tipologia	Adobe Garamond Pro 12pt Calibri 8pt Helvetica67-CondensedMedium 12 pt, 18pt
Papel	Off-set 75g/m ² (miolo) Cartão Triplex 250g/m ² (capa)

Meus deveres caminham com meu canto. Sou e não sou: é esse meu destino. Não sou, se não acompanho as dores dos que sofrem: são dores minhas. Porque não posso ser sem ser de todos, de todos os calados e oprimidos. Venho do povo e canto para o povo. Minha poesia é cântico e castigo. Me dizem: “pertences à sombra”. Talvez, talvez, porém na luz caminho. Sou o homem do pão e do peixe, e não me encontrarão entre os livros, mas com as mulheres e os homens: eles me ensinaram o infinito. (PABLO NERUDA, 2011)

Nesta forma percebida de viver, Neruda (2011) destaca a sua individuação transitória, inserida na condição de reinventar-se a si mesmo, principalmente quando associa o seu trabalho, seu ofício à condição análoga ao prazer, a satisfação. “Minha vida é assim” retrata o percurso de um homem, um trabalhador que atado às raízes do lugar, da família, do povo, agrega valores, conquistas, dúvidas, saberes, certezas, dores e felicidades, todas vivências transcendendo à condição da formação, pois as experiências vividas dependem de uma didática própria: o experienciar-se, este não se encontrando tão somente em bancos acadêmicos.

Nesse sentido, a presente obra tem como objetivo compreender os aspectos constitutivos da formação do oficial da polícia militar de Sergipe, pós período do regime militar (1985), a partir dos vieses (auto)biográficos. Ao “ouvir contar” e “contar” histórias minhas e de outros assemelhados, inicio uma viagem dentro de subjetividades, somente possível a partir da história oral, em que as experiências vividas transformam-se numa práxis investigativa.

Convido-vos a adentrar comigo nessa nova perspectiva de compreensão dessa atividade profissional. Boa leitura!

O Autor.

